



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

JENIFER DE CASTRO FONSECA

**O NEOLIBERALISMO PRESENTE NAS FORMAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA,
ENSINO REMOTO EMERGENCIAL E *HOMESCHOOLING*: ESTRATÉGIAS PARA
“PECHINCHAR” A EDUCAÇÃO**

FORTALEZA-CE

2023

JENIFER DE CASTRO FONSECA

**O NEOLIBERALISMO PRESENTE NAS FORMAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA,
ENSINO REMOTO EMERGENCIAL E *HOMESCHOOLING*: ESTRATÉGIAS PARA
“PECHINCHAR” A EDUCAÇÃO**

**Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Curso de Graduação em Pedagogia da
Faculdade da Universidade Federal do Ceará,
como requisito parcial à obtenção do
grau de Licenciado em Pedagogia.
Orientador: Prof. Dr. Justino de Sousa Junior.**

FORTALEZA-CE

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F744n Fonseca, Jenifer de Castro.

O NEOLIBERALISMO PRESENTE NAS FORMAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, ENSINO REMOTO EMERGENCIAL E HOMESCHOOLING : ESTRATÉGIAS PARA “PECHINCHAR” A EDUCAÇÃO / Jenifer de Castro Fonseca. – 2023.

88 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Curso de Pedagogia, Fortaleza, 2023.

Orientação: Prof. Dr. Justino de Sousa Junior.

1. Neoliberalismo. 2. Educação a Distância. 3. Homeschooling. 4. Ensino Remoto. I. Título.

CDD 370

JENIFER DE CASTRO FONSECA

**O NEOLIBERALISMO PRESENTE NAS FORMAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA,
ENSINO REMOTO EMERGENCIAL E *HOMESCHOOLING*: ESTRATÉGIAS PARA
“PECHINCHAR” A EDUCAÇÃO**

**Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Curso de Graduação em Pedagogia da
Faculdade de Educação da Universidade Fe-
deral do Ceará, como requisito parcial à ob-
tenção do grau de Licenciado em Pedago-
gia.**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Justino de Sousa Junior (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a. Kelly Menezes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Ruy de Deus e Melo Neto
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Esp. John Weyne Maia Vasconcelos
Mestrando da Universidade Federal do Ceará (UFC)

Aos meus professores e professoras, aos felinos presentes nos estudos, ao meu companheiro e camarada de todos os momentos e à minha família e amizades de todo dia.

AGRADECIMENTOS

Gostaria, primeiramente, de agradecer às/aos minhas/meus professoras/es, especialmente para: Kelly Menezes, Heulália Rafante, Bernadete Beserra, Ingrid Louback, Silvia Helena, Justino Jr, Ruy de Deus, Sahmaroni Rodrigues, Raquel Crosara e Maria José Albuquerque; por me acompanharem nessa jornada acadêmica, no meu amadurecimento e desenvolvimento pessoal, crítico e profissional.

Um agradecimento em especial à banca e ao meu orientador por ter sido atencioso e compartilhar comigo seus livros e artigos, os quais foram fundamentais para concretizar essa monografia.

Agradeço também a todos(as) que estiveram presentes nos momentos de estudo, como: Miguel, Michele e Obama (felino/as), William (sobrinho) e Guilherme (noivo). Assim como o maior incentivo que recebi por toda minha vida (até agora e sei que sempre receberei também) da minha mãe, assim como as oportunidades decorridas das condições materiais proporcionadas por meu pai e minha mãe, as quais infelizmente nem todos têm a possibilidade de terem. E também pelo meu pai ter lido toda a monografia e sugerido algumas alterações para dar uma primeira lapidada no trabalho.

Também agradeço às minhas amigas e amigos de antes de entrar na faculdade e os que fiz nela também, assim como as inimizadas, as quais foram bem pedagógicas em minha vida, pois tornaram fácil ter de lidar com o critério das amizades a se ter na vida.

Creio não ser egoísmo também agradecer a mim por todo este trabalho realizado e por 2 anos foi o meu foco total, uma dedicação completa ao ponto de surgir um vazio ao tê-lo finalizado, mas isso não significa que esgotei as fontes de pesquisa e muito menos o meu fulgor em dar continuidade ao tema.

Por fim, obrigada a todos os/as presentes na defesa de monografia.

“No entanto, como nos ensinam as narrativas de horror, o progresso não neutraliza o mal, apenas engendra monstros mais resistentes.”

(Marcia Heloisa, sobre o Drácula de Bram Stoker, 2018, p. 22)

RESUMO

A proposta deste trabalho foi analisar as seguintes formas de ensino: EaD (Educação a Distância), ERE (Ensino Remoto Emergencial) e ensino domiciliar/*homeschooling*; verificando sua relação com as políticas neoliberais, dado que essas modalidades de ensino estão associadas ao sucateamento das instalações e dos equipamentos dos sistemas públicos de educação, à precarização das relações trabalhistas e à piora das condições de trabalho dos profissionais da educação, à privatização dos sistemas públicos e à fragmentação dos processos em geral. Considerando essas relações a principal pergunta feita foi sobre qual o porquê da realização dessa ampliação de escolha do tipo de escola que se quer “consumir”; qual o intuito dessa proposição, e quais os interesses, e justificativas delas? Dessa forma, tem-se como problema principal dessa pesquisa a questão referente a: como o caráter neoliberal desembocaria nas formas de ensino EaD, ERE e *homeschooling* nos governos brasileiros de 2011-2022? Apresentando os objetivos geral e específicos presentes, existiu a necessidade de realizar esse paralelo da busca em analisar o avanço histórico das ideias neoliberais no Brasil; para também caracterizar essas formas de ensino, voltando-se para os momentos políticos em que foram mais aparentes para o contexto social brasileiro. Sendo uma pesquisa de cunho bibliográfico de revisão da literatura com espaço para relatos de experiências em uma pequena parte da pesquisa com base na experiência vivida da autora. Com isso obtivemos que as estratégias de ensino referidas de fato evocam a lógica neoliberal ao individualizarem as experiências educativas escolares/formais para dentro de um ambiente ao qual carece de outras experiências formativas no âmbito científico e da contrariedade e convivência com outras realidades. Concluímos ser necessário reavaliar as estratégias de ensino voltadas a fragmentar, individualizar e flexibilizar o acesso aos conhecimentos acumulados historicamente, ou que se utilizem do pânico moral para tornar opostas as funções educativas da família e dos/as professores/as como se fossem antagônicas e impossíveis de discutirem uma formação complementar entre ambas.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Educação a Distância; *Homeschooling*; Ensino Remoto.

ABSTRACT

The purpose of this work was to analyze the following forms of teaching: EaD (Distance Education), ERE (Emergency Remote Teaching) and homeschooling/homeschooling; verifying its relationship with neoliberal policies, given that these teaching modalities are associated with the scrapping of facilities and equipment of public education systems, the precariousness of labor relations and the worsening of the working conditions of education professionals, the privatization of systems public and the fragmentation of processes in general. Considering these relations, the main question asked was about the reason for carrying out this expansion of choice of the type of school that one wants to “consume”; what is the purpose of this proposition, and what are the interests, and justifications for them? In this way, the main problem of this research is the question regarding: how would the neoliberal character lead to the forms of distance education, ERE and homeschooling in the Brazilian governments of 2011-2022? Presenting the present general and specific objectives, there was a need to carry out this parallel search in analyzing the historical advance of neoliberal ideas in Brazil; to also characterize these forms of teaching, turning to the political moments in which they were most apparent for the Brazilian social context. Being a bibliographic research of literature review with space for reports of experiences in a small part of the research based on the lived experience of the author. With that, we found that the teaching strategies mentioned in fact evoke the neoliberal logic by individualizing school/formal educational experiences into an environment which lacks other formative experiences in the scientific field and the opposition and coexistence with other realities. We conclude that it is necessary to reassess teaching strategies aimed at fragmenting, individualizing and making access to historically accumulated knowledge more flexible, or that use moral panic to oppose the educational functions of the family and the teachers as if they were antagonistic and impossible to discuss a complementary formation between both.

Keywords: Neoliberalism; Distance Education; Homeschooling; Remote Learning.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABE - Associação Brasileira de Educação
- AIB - Ação Integralista Brasileira
- AL - Aliança Liberal
- ANL - Aliança Nacional Libertadora
- ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
- BM - Banco Mundial
- Cead - Centro de Educação Aberta e a Distância
- CFE - Conselho Federal de Educação
- EaD - Educação a Distância.
- ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
- ERE - Ensino Emergencial Remoto
- ESG - Escola Superior de Guerra
- ED - Ensino Domiciliar
- FHC - Fernando Henrique Cardoso
- FMI - Fundo Monetário Internacional
- Funtevê - Fundo de Financiamento da Televisão Educativa
- IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática
- IDORT - Instituto de Organização Racional do Trabalho
- INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- IPES - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
- ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros
- JK - Juscelino Kubitschek
- LEC - Liga Eleitoral Católica
- LDB - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MEB - Movimento de Educação de Base
- OMC - Organização Mundial do Comércio
- PCB - Partido Comunista Brasileiro
- PL - Projeto de Lei
- PNE - Plano Nacional de Educação
- Prontel - Programa Nacional de Teleducação
- PSD - Partido Social Democrático
- PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

Saeb - Sistema de Avaliação da Educação Básica

Senac - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SME - Secretaria Municipal da Educação

Unar - Universidade do Ar

UnB - Universidade de Brasília

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. Compreendendo o conceito de hegemonia de maneira inicial.	16
2. Primeiros passos para compreender a introdução de uma nova fase de acumulação do capital.	18
3. Educação a Distância, Ensino Emergencial Remoto, Homeschooling no cenário brasileiro de Dilma a Bolsonaro.	20
METODOLOGIA.....	21
INICIANDO AS REFLEXÕES PARA ELUCIDAR O “PECHINCHAR” DA EDUCAÇÃO... ..	24
1. Características do Neoliberalismo no Mundo.	26
1.1 Características do Neoliberalismo no Brasil.....	36
1.1.1 Da Monarquia a República	37
1.1.2 Período Vargas (Governo provisório e governo institucional - 1930 a 1937)	38
1.1.3 Período Vargas (Estado Novo - 1937 a 1945).....	40
1.1.4 Reformas da educação durante o Período Vargas	41
1.1.5 Brasil pós Período Vargas - República Democrática (1946-1964)	44
1.1.6 Ditadura empresarial-militar(1964-1985).....	52
1.1.7 Redemocratização e Brasil contemporâneo	56
2. As estratégias de ensino (EaD, EREe e ED) gestadas através do neoliberalismo. ...	59
2.1. Educação a Distância (EaD)	60
2.2. Ensino Remoto Emergencial (ERE)	65
2.3. Educação domiciliar/Homeschooling (ED)	69
3. As três modalidades de ensino dentro do contexto de cada governo federal e sua relação com o neoliberalismo.	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	85

INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é analisar as seguintes formas de ensino: EaD (Educação a Distância), ERE (Ensino Remoto Emergencial) e ensino domiciliar/*homeschooling*; e ver sua relação com o caráter neoliberal, por entender que a constituição dessas modalidades de ensino foram permeadas por esta concepção diante do âmbito econômico, político, social e educacional, os quais convergem como características constitutivas do neoliberalismo. Por consequência, esta concepção leva ao sucateamento maior da educação, pois a área educacional tem sido um local de disputas políticas e econômicas cujo intuito para a sociedade burguesa é estar suprindo a demanda do setor de produção econômica, ideológica, política e social. Contudo a educação persiste sendo ainda mais “acochada” para formar indivíduos flexíveis, adaptáveis, pró-ativos, de forma a racionalizar os gastos do Estado e retirar seus direitos básicos para estarem à mercê do mercado e sua competitividade. Aqui, visualiza-se tal pesquisa com o intuito de analisar os fatores que vieram a propiciar essas outras formas de ensino - EaD, ERE e *homeschooling* -, à luz de seu caráter, o qual objetiva sua imposição de forma “consensual” pelos grupos hegemônicos.

Autores críticos, tais como os referenciados neste trabalho - Saviani (2006, 2008 e 2019), Sousa Jr (2010 e 2014), Schwarz e Starling (2018), Lessa (1999), Enguita (1989) e outros/as - ao tratar dessas mudanças são contrários a elas, pois veem nisso um modo de manipular a educação para deixá-la flexível, tal como o fazem com os direitos trabalhistas e previdenciários, segundo Sousa Jr (2018) temos os exemplos das Medidas Provisórias (MP) 664 e 665, ambas aprovadas como leis em 2015 e que uma restringe o acesso à pensão de morte e a outra dificulta que seja acessado alguns benefícios trabalhistas, no caso da educação. No segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, temos a educação como prioridade, contudo são realizados cortes nos recursos, como o corte de R\$ 10,5 bilhões em 2015, ou seu desvio para as instituições particulares (por meio de parcerias público-privadas), ou devido o reajuste fiscal¹. Assim, a intenção é segmentar o ensino público e torná-la mais competitiva tal qual acontece com a economia capitalista neoliberal, de modo a preconizar o livre comércio, concorrência, competitividade, a “lei dos mais fortes” etc., de modo a se destacar como um fenômeno natural, ao invés de naturalizado.

O intuito é adentrar nesse debate, à luz do marxismo em cada uma dessas formas, trazendo a perspectiva do discurso para fazer valer cada proposta, especialmente ao questionar

¹ UOL. Educação perde 10,5 bi em 2015. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2016/01/02/educacao-perde-r-105-bi-em-2015.htm>. Acesso em 25 de mar, 2023.

as referências que pautam essas ideias para incutir no contexto brasileiro, independentemente da situação do país; visto que atualmente foi aprovado pela Câmara dos Deputados o PL 1.388/2022 no dia 19 de maio (PL 3.179/2012) e está sendo discutido pelos senadores, sobre a oferta do ensino domiciliar da educação básica, mesmo após passar o período do ensino remoto e os casos de violência doméstica na pandemia ter aumentado, assim como a violência infantil, pelas crianças terem ficado mais vulneráveis, de acordo com a Câmara dos Deputados (2021² e 2022³, respectivamente).

Seguindo-se pela lógica dos marginalistas da economia, sendo os fundadores do neoliberalismo, Mises, Hayek, Friedman, Theodore Shultz e outros, para quem o mercado se autorregularia livremente a partir do livre comércio e segundo a demanda dos produtos, assim como a livre concorrência teria um conglomerado de possibilidades de escolha aos compradores referentes aos seus interesses de consumo, ou seja uma lógica voltada ao consumo e à mercantilização, é necessário se perguntar sobre quais características a educação passa a ter.

A educação para acompanhar o processo econômico, o qual liga-se à mercadoria e sua (sobre)valorização temos uma crise quando chega em cena o neoliberalismo, pois tinha-se um modelo educacional tendencialmente liberal-democrático, podendo ser compreendido como uma formulação taylorista-fordista. Ao emergir o modelo neoliberal, tem-se o modelo de aprendizagem flexível, tendo seus preceitos voltados para a mercantilização e globalização, pois o modelo anterior preconizava pela universalização, gratuidade e por ser público, pelo menos em algumas partes tentava-se buscar tais ideais, com o novo modelo quebra-se essa ideia, mas não totalmente, para uma educação que não tem mais o suporte de seus pilares de sustentação, como o Estado-nação e o trabalho, havendo também a desregulamentação dessa escola, criação de novas necessidades requeridas pelo mercado de trabalho como “criatividade”, “iniciativa” e “participação”, mas que não são atendidas por todo e qualquer ramo de trabalho, de modo que tentaremos aprofundar esses pontos no primeiro capítulo sobre a flexibilização da escola como um modelo de escola dos pais semelhantes a irem às compras em um mercado (Sousa Jr, 2014).

No Brasil, essa passagem teve seu corolário a partir da (contra)reforma do Ensino Médio através da Lei N° 13.415/2017 instituindo o modelo de aprendizagem flexível, mas não é

²BITTAR, Paula. Violência contra as mulheres nas ruas cai durante a pandemia, mas aumenta dentro de casa. Fonte: Agência Câmara de Notícias. Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/noticias/797543-violencia-contras-as-mulheres-nas-ruas-cai-durante-a-pandemia-mas-aumenta-dentro-de-casa/> > Acesso em: 22 de jul de 2022.

³ ALESSANDRA, Karla. Pandemia de Covid-19 deixou as crianças mais vulneráveis à violência, dizem especialistas. Fonte: Agência Câmara de Notícias. Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/noticias/862757-pandemia-de-covid-19-deixou-as-criancas-mais-vulneraveis-a-violencia-dizem-especialistas/> > Acesso em: 22 de jul de 2022.

somente com essa lei que iniciam tais mudanças, em 1996 é possível notar o começo da implementação da educação a distância, como também, em 2022 temos a discussão sobre o ensino domiciliar/*homeschooling* após a mitigação da pandemia de coronavírus, devido ao ensino remoto.

Desconfia-se que essas estratégias de ensino tenham em seu princípio o neoliberalismo. Existe, primeiramente, em específico sobre os tipos de escola para escolher onde as crianças aprenderão - "liberdade de escolha" -, para agora com tais formas de ensino ter a escolha do que irá estudar⁴ e se precisará frequentar uma escola para isso. Então a principal pergunta a ser feita é qual o porquê de se realizar essa ampliação de escolha do tipo de escola que se quer “consumir” e seu intuito, os interesses e justificativas por trás disso para conseguirem criar um cenário hegemônico consensual sobre tais estratégias de ensino?

A escolha do período a ser analisado de 2011-2022 foi feita pensando na passagem de um governo de esquerda para um de ultra-direita, pensando-se nas possíveis mudanças da educação enfocando a EaD, ERE e *homeschooling*, não enfocando a questão do período em si, mas sim os governos vigentes dentro da passagem de tempo referida acima.

Dessa forma, tem-se como problema principal dessa pesquisa a questão referente a: como o caráter neoliberal desembocaria nas formas de ensino EaD, ERE e *homeschooling* nos governos brasileiros de 2011-2022? Sendo, portanto, o assunto central desse trabalho de conclusão de curso as características neoliberais no desenrolar histórico mundial e brasileiro que apresenta os tipos de ensino como a EaD, ERE e ensino domiciliar nos governos Dilma, Temer e Bolsonaro (2011-2022), para compreender como ocorre esse processo.

Apresentando os objetivos geral e específicos presentes, há a necessidade de realizar um paralelo entre o caráter neoliberal de ensino referidos dentro do cenário brasileiro de 2011-2022, em busca de analisar o avanço histórico das ideias neoliberais no Brasil; para também caracterizar as formas de ensino: remoto, educação a distância (EaD) e *homeschooling*, voltando-se para os momentos políticos em que foram mais aparentes para o contexto social brasileiro e, por fim, mapear as estratégias neoliberais dentro daquelas modalidades de ensino, formando uma realidade totalizante ao demonstrar a unidade dos diversos (Netto, 2011).

Assim sendo, com base nessas alegações, verifica-se uma certa emergência de demonstrar essa perspectiva para a educação e outros setores sociais por configurarem a individualização a ponto de segmentar até mesmo as formas de produzir conhecimento, assim como é visto no atual momento formado por uma “batalha de narrativas”, sendo possivelmente au-

⁴ Compreendemos que a formulação do currículo escolar tem a mesma relação de escolha sobre quais conteúdos serão estudados, mas aqui tem-se em mente sobre ser uma escolha não de profissionais formados para atuar na educação formal, pensado-se na modalidade do *homeschooling*.

mentado com essas formas de ensino, como consequência. Com base no que será trabalhado nesta pesquisa, proponho-me a fazer, a partir do referencial teórico de: Dermeval Saviani (2006, 2008 e 2019) e Justino de Sousa Junior (2010 e 2014) para discutir as mudanças da educação, de modo a recair nas estratégias de ensino destacadas, as quais são debatidas e implementadas através do viés de hegemonia de Gramsci (2001). Tendo como ponto de partida o interesse em englobar tais aspectos em uma compreensão totalizante para a análise de seu conjunto como consequências da visão burguesa sobre essas ideias para favorecer a economia como âmbito mais importante, em detrimento de outros, pois o interesse em lucrar é predominante para a burguesia.

Tal pesquisa tem caráter teórico e bibliográfico de revisão da literatura, sendo estas nacionais ou internacionais, para debater o caráter neoliberal presente em tais mudanças para incentivar o desmembramento da educação escolar comum a todos para a ampliação do modo e lugar para ensinar e aprender, além do questionamento que se tem sobre o que irá ser ensinado e aprendido com o modelo de aprendizagem flexível - uma nova tendência em ascensão. Com isso, fazer um paralelo desses assuntos ao traçar a situação educacional brasileira a partir dessas estratégias de ensino propostas e instituídas.

Para contribuir no enriquecimento contextual do período brasileiro considerado, iremos buscar o respaldo de alguns artigos da coleção Tinta Vermelha editorial (2018 e 2019) para depois inserir na discussão os momentos que são adentrados pela EaD, ERE e ensino domiciliar. Para fazer esse mapeamento, pretendemos procurar no site da Câmara ou Senado, as informações que tratam sobre esses assuntos e as justificativas que trazem para inserir tais estratégias de ensino na educação brasileira, a ideia liberal-democrática de um sistema público, laico, gratuito e universal (Sousa Jr, 2014).

Para apresentar uma parte do que vai atravessar todo o trabalho iremos dividir em três partes, antes de desenvolver o trabalho em si para explicar sobre hegemonia, o caráter neoliberal de forma sintetizada e a parte fundamental desse trabalho em estudar o caráter neoliberal nas formas de ensino destacadas - EaD, ERE e *homeschooling* - no período analisado.

1. Compreendendo o conceito de hegemonia de maneira inicial.

Antes de delinear a definição de hegemonia, cabe o destaque sobre o diferencial do conceito e como a escola está introduzida nas disputas hegemônicas, bem como ela é disputada em busca do seu controle, ao mesmo tempo em que dentro dela se concentra a contradição da sociedade do capital por meio da reprodução social em existir grupos antagônicos representando as disputas hegemônicas da sociedade.

Para iniciar com uma definição simples, hegemonia, segundo Gramsci (2001), faz parte do fator essencial presente em diversas instituições sociais em que um grupo dominante dirige e domina as condições materiais e imateriais de acordo com seus interesses. As principais são a escola e as instituições culturais e científicas, de modo a controlar e direcionar com o objetivo de difundir seus ideais e tratam de desempenhar uma função na psicologia de acordo com a classe dominante, utilizando-a dela para favorecer a manutenção e reprodução do poder.

Segundo Saviani (2006, p. 157), como a escola é um dos elementos responsáveis pela reprodução da sociedade do capital, mas ela o faz estando à parte do trabalho, ocorre a separação entre escola e produção e nos é apresentada, assim, a separação entre trabalho manual e intelectual, o qual não é absoluta, mas tem-se a perspectiva de valorização de um aspecto sobre o outro, refletindo também na forma como a escola vai ser concebida e irá conceber aquelas formas de trabalho, sendo este um papel realizado pela hegemonia a qual é dissipada pelos intelectuais orgânicos⁵.

Para a obtenção desse poder hegemônico não basta uma insurreição marcante ou golpe contra o Estado, é fundamental que seja algo cotidiano, em que ocupe todos os espaços possíveis da sociedade, não podendo limitar-se a “[...]uma luta de pura força física ou de puro poder econômico” (Rodrigues, 2004, p.89). Há de se notar que o Estado é um lugar de confrontos de interesse, em que os participantes o fazem através da persuasão, não havendo regras demarcando o que pode ou não ser realizado para conseguir alcançar o que se almeja, apenas o senso e a ética pessoais, sendo, portanto, uma “batalha das ideias”. Na segunda parte do primeiro tópico, ao trazer os acontecimentos históricos de 1930 até os dias atuais, é possível perceber que há disputa entre alguns grupos para dominarem a escola brasileira, passando do ensino tradicional e religioso para a escola nova, depois segue com a escola tecnicista, etc de modo a verificarmos que tal disputa acontece dentro e fora da instituição formal, aqueles que conseguirem dominar e dirigir serão responsáveis pela implementação de suas ideias, interesses e objetivos.

Trazendo, por fim, a definição de hegemonia tratada no dicionário gramsciano (2017), Giuseppe Cospito, nesse texto, traz que Gramsci define este termo como oscilante entre os

⁵ Gramsci acentua sobre os intelectuais orgânicos como sendo os intelectuais a difundir a ideologia dominante, para introjetar na sociedade como sendo ideias naturalizadas, ou seja tem sua função nos processos de formação da hegemonia, de conectar e organizar a estrutura democrática-burocrática do sistema social “[...] que são intimamente constitutivas da trama dos saberes, das especializações, das competências, das instituições, mas sempre em relação com as formas peculiares do Estado integral e da produção da hegemonia”, de modo a serem funções de valor dirigente (Dicionário Gramsciano, 2017, p. 429).

sentidos de direção e dominação, o qual dirige em acordo com outros grupos aliados e domina as classes antagônicas, subalternizando-as.

2. Primeiros passos para compreender a introdução de uma nova fase de acumulação do capital.

Segundo Sousa Junior (2014), a partir da crise de 1970, devido ao declínio do Estado de Bem-Estar Social, há um recrudescimento da individualização, especialmente por ganhar força um estado neoliberal, o qual modifica as engrenagens sociais para fazer com que as instituições públicas voltem-se para os interesses de mercado, promovendo as concepções de “qualidade” e “eficiência” nos serviços públicos, de forma que o autor trata do ideário neoliberal sobre a escola ser eficiente por meio de uma estrutura hierárquica, contendo objetivos precisos de curto e médio prazos, os docentes sejam remunerados segundo sua produtividade, havendo o treinamento de profissionais da educação de acordo com métodos modernos de administração e mais tempo e trabalho para os discentes realizarem na escola, concluindo sobre isso o “reforço do autoritarismo, aumento quantitativo da instrução visando às notas finais, e maior pressão sobre professores e alunos.” (p. 64).

Hobsbawm (1995) contextualiza a crise de 70 a partir da década antecedente, a qual era mais voltada para uma ideologia com algumas pontuações à esquerda, ou progressistas devido à administração keynesiana, a qual esta busca equilibrar os gastos públicos de seguridade social (saúde, educação, segurança, lazer etc.) com os lucros dos empresários, de modo a estimular o consumo em massa. Conjuntamente com o keynesianismo, temos o taylorismo e o fordismo, sendo modelos de produção e organização da sociedade para otimizar o processo de produção tendo em vista baratear e aumentar a produção para também aumentar os lucros. A escola também entra na lógica fordista, pois tem-se a dualidade estrutural, fragmentação curricular, formação específica dos docentes com aspectos tayloristas (horários definidos, grade curricular definida e por escala de nível etc.) e plano de cargos e salários docente (Miranda, 2004).

Segundo Hobsbawm (1995),

Economicamente, esse equilíbrio dependia de uma coordenação entre o crescimento da produção e os ganhos que mantinham os lucros estáveis. Um afrouxamento na ascensão contínua de produtividade e/ou um aumento desproporcional nos salários resultariam em desestabilização. Dependia do que estivera tão dramaticamente ausente no entreguerras, um equilíbrio entre o crescimento da produção e a capacidade dos consumidores de comprá-la. Os salários tinham de subir com rapidez suficiente para manter o mercado ativo, mas não para espremer os lucros (p. 279).

O declínio do Estado de bem-estar social começa a dar sinais quando caiu o padrão monetário baseado no dólar-ouro, houve a diminuição da produtividade em várias localidades,

assim como da mão de obra imigrante interna estava chegando à exaustão, criando-se uma população supérflua. A década de 70 foi marcada pelo superaquecimento do sistema, com uma [...] inflação em rápida ascensão, maciços aumentos nos meios circulantes do mundo, e pelo vasto *déficit* americano” (p. 280).

Sousa Jr (2014), coloca sobre a crise de 1970 a partir do contexto anterior a esse momento, traçando por meio do período de expansão do Pós-Segunda Guerra, em que havia quase o pleno emprego, expansão da escola através da promessa integradora a qual previa a universalização, gratuidade, obrigatoriedade e pública para a população e o Estado de bem-estar social, a transição para uma nova fase de acumulação capitalista teve-se uma “[...] configuração econômico-social que parece não mais capaz ou disposta a sustentar as promessas liberal-democráticas da educação” (p. 117). De modo a ter como um dos elementos de sua crise a quebra do acordo de *Bretton Woods* pelos Estados Unidos, resultando no fim do padrão ouro e da paridade fixa ouro-dólar, acabando-se com um dos pilares que “[...] sustentara a estabilidade necessária para a expansão econômica que se verificou nos ‘Anos Dourados’” (p. 121).

Além disso como o capital busca sua expansão e não correr riscos então há momentos em que sua valorização se dá por meio do aumento da lucratividade na produção e comércio e outros na financeirização e especulação, decorrentes da concorrência e sua intensificação, a qual liga-se à mundialização da economia nesse período. Com isso, a crise de 70 decorre da desregulação do mercado financeiro e decréscimo da lucratividade pelo setor de produção e comércio, tornando o meio financeiro e especulativo mais seguro para o capital se reproduzir.

É interessante notar como este movimento do capital, como um gigante que estivesse anestesiado, emerge com uma força irreprimível e leva ao poder político dos estados os setores conservadores com os mais austeros planos de ataque aos direitos sociais, diminuindo os gastos sociais do estado, especialmente os destinados à educação. Mais curioso ainda - e que demonstra a submissão da política à economia - é constatar como a austeridade para com os direitos e conquistas sociais se impõe até mesmo aos governos com tendências progressistas (Sousa Jr, 2014, p. 123).

Tais características adentram inicialmente no cenário brasileiro a partir da ditadura empresarial-militar (1964-1975), pois segundo o estudo das ideias pedagógicas, nota-se a introdução das ideias de eficiência e qualidade da educação (Saviani, 2019). Em paralelo a isso, Sousa Jr (2014) ao tratar das discussões feitas por Carnoy; Levin (1987), o faz de maneira a demonstrar as interferências internacionais através “ajudando” os países que acabam se endividando e para continuar recebendo recursos dessas agências do capital - Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM) - elas propõem alternativas para a educação, as quais se não forem implementadas, não haverá próxima vez para pedir por mais recursos; isso não difere do que Saviani (2019) traz sobre as questões internacionais dentro do golpe militar de 1964, introduz especificamente para os países periféricos dependerem dos centrais, com a

ilusão daqueles serem importantes para estes, quando não passa de um ludibriamento para os países centrais, os quais têm poder hegemônico no FMI e Banco Mundial para coalizar seus interesses nos países periféricos do Sul Global.

3. Educação a Distância, Ensino Emergencial Remoto, Homeschooling no cenário brasileiro de Dilma a Bolsonaro.

Neste tópico, utilizar-se-á algumas das obras da coleção Tinta Vermelha (2018 e 2019) e as análises de Sousa Jr (2018) para retratar a realidade brasileira do período de cada um dos governos de 2011 a 2022, pois os autores e autoras que foram compilados nessas obras, encarregam-se de contextualizar o processo em torno de cada governo sob os aspectos econômicos, políticos e educacionais. Para caracterizar as formas de ensino, serão utilizados alguns artigos, legislações do MEC, livros para exemplificar sobre o que será estudado e quais implicações do neoliberalismo para o espaço educacional e cada política referente a esses tipos de ensino. Assim sendo serão reunidos para compreendermos o caráter neoliberal desses tipos de ensino.

Dando uma prévia, percebemos com as contribuições de Sousa Jr (2018) que mesmo nos governos de esquerda, a situação da educação esteve pautada pelo neoliberalismo ao seguir com as orientações do BM para implementar o EaD. O autor também nos traz sobre a continuidade de gestão dos governos petistas em relação ao governo de FHC, o qual foi conhecido por ter sido neoliberal, e nos governos petistas não foi diferente, especialmente nas parcerias público-privadas e privatizações, de modo a repercutir na educação, pelo fato de que o dinheiro arrecadado não ter sido repassado integralmente às escolas públicas, havendo respaldo jurídico para isso. Não quer dizer que não existam pontos positivos, como foi o caso da ampliação da educação básica pelos FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) e também a ampliação do ensino superior, como nos traz o autor, porém tais ampliações são feitas sem a devida ampliação também de recursos repassados às escolas públicas e universidades.

Finalmente, antes de iniciar o desenvolvimento da pesquisa, cabe tratar sobre a divisão dos capítulos. O primeiro será voltado para a apresentação mais aprofundada sobre o caráter do neoliberalismo no mundo e posteriormente no Brasil, seguindo-se do segundo capítulo que abordará sobre a EaD, ERE e *homeschooling*/ensino domiciliar de acordo com o momento em que aparecem no cenário brasileiro, sendo uma apresentação das características de cada estratégia de ensino, concluindo com o terceiro capítulo voltado para a demonstração dessas estratégias de ensino como originárias a partir do neoliberalismo. Em seguida terminará com as

considerações finais para a verificação e conclusão do trabalho ao fazer a síntese do que foi abordado e das perguntas feitas ao longo deste processo.

Por fim, cabe destacar ainda alguns ajustes deste trabalho para futuras produções e mesmo outras pesquisas: a) primeiramente o assunto abordado, por mais que tenha sido sinalizado para o período de governos de Dilma, Temer e Bolsonaro, acabou sendo um longo período de 2011 a 2022, e tendo todas as nuances e complexidades advindas de cada período e os momentos de golpe e reacionarismo e negacionismo que foram sendo recrusdescidas, não foi possível realizar um maior debruçamento sobre seus acontecimentos, de maneira a ter sido o propósito desta monografia a exposição de diferentes governantes do Brasil em diferentes circunstâncias o trato com o programa educacional foi semelhante, parecido, teve uma certa regularidade. tendo como consideração maior o viés histórico anterior para contextualizar a introdução neoliberal em nosso país; b) ao chegar ao período mais fortemente neoliberal do Brasil, nos anos 1990, não houve muita exposição dos acontecimentos, como um debruçamento do neoliberalismo desse período e as reformas dos anos 90, sobre o novo gerencialismo e os ministros da educação Paulo Renato e Mendonça Filho nos anos subsequentes dos governos petistas e do governo Temer e; c) na parte do *homeschooling* faltou debruçar-se sobre a atuação das igrejas e os materiais didáticos para implementar essa modalidade de educação em larga escala e o papel da mulher na Igreja. Com isso, pretende-se demonstrar as faltas que existem no trabalho para futuras produções quais se interessem no tema.

METODOLOGIA

Para a metodologia deste trabalho proponho-me a fazer um delineamento do assunto a partir do referencial teórico de: Dermeval Saviani(2006, 2008 e 2019) e Justino de Sousa Junior (2010 e 2014) para discutir sobre as mudanças da educação nos anos de 2011-2022, de modo a abranger sobre as ideias pedagógicas debatidas e implementadas à luz do consenso hegemônico de Gramsci (2001). Tendo como ponto de partida o interesse em englobar tais aspectos em uma compreensão totalizante dos mesmos para a análise de seu conjunto como consequências da visão burguesa sobre essas ideias para favorecer a economia como âmbito mais importante, em detrimento de outros, pois seu interesse em lucrar é dominante.

Assim sendo, a pesquisa tem caráter teórico bibliográfico documental, buscando-se pautar em alguns documentos nacionais e internacionais para debater sobre a gênese neoliberal presente em tais mudanças, tendo por consequência o desmembramento da educação escolar comum a todos e ampla em acesso e permanência para aprender, além do questionamento

que se tem sobre o que irá aprender, através da aprendizagem flexível - uma nova tendência em ascensão. Com isso, fazer um paralelo desses assuntos ao mapear a situação educacional brasileira a partir dessas estratégias de ensino propostas e instituídas.

Para contribuir com o enriquecimento contextual do período brasileiro considerado, foi feito o respaldo na coleção Tinta Vermelha da BoiTempo editorial (2018 e 2019) para depois inserir na discussão os momentos que são adentrados pelo EaD, ERE e ensino domiciliar. Para fazer o mapeamento fiz a busca no site do Congresso pelas informações que tratam sobre esses assuntos e as justificativas que trazem para inserir tais estratégias de ensino na educação brasileira, de forma apartar a ideia liberal-democrática de um sistema público, laico, gratuito e universal (Sousa Jr, 2014).

Há de se fazer um parêntesis sobre a questão bibliográfica dentro do período pretendido, pois visa apenas ao entendimento de quem estava governando o país durante esse período, pois começa no governo Dilma para terminar no governo Bolsonaro, de modo que foi feito um levantamento bibliográfico inicial dos três governos (governo Temer encontra-se entre os dois governos referidos anteriormente), mas trazendo-se exemplos de produção bibliográfica daqueles a serem destacados no período referido, tal escolha deu-se tendo a consciência do volume expressivo de produções sobre o assunto, não sendo possível a satisfação de estudar aprofundadamente todos em apenas um trabalho de conclusão de curso. Dessa forma, a escolha de alguns artigos, livros e sites do governo nos serviram à proposta do tema para a respectiva reflexão tratada.

Por fim, ao ter citado o que pretendeu-se trazer com base na perspectiva marxista é preciso evocar uma curta obra que José Paulo Netto (2011) escreveu referente a introdução aos estudos do método de Marx, pois pretende-se aqui fundamentar uma crítica voltada aos fundamentos, condicionamentos e limites dos objetos de estudos para torná-las expostas suas facetas ocultas pela aparência primeira, evitando o julgamento moralizador de ser bom ou mal, isto é, o maniqueísmo moralista, nesse sentido. Assim como elencar uma verificação desses conteúdos a partir dos processos históricos reais, sendo feito através de uma investigação, a qual o método de Marx não se propõe a ser um receituário de procedimentos a se adotar nem de definições prescritas, pois parte do princípio de que o/a pesquisador/a busque a essência do objeto de estudo por seu próprio interesse sem procurar metodologias prontas para apenas aplicar e esperar o resultado “cair do céu”. Portanto, o presente trabalho de conclusão de curso tentou humildemente alcançar o mesmo processo de investigação, entendendo que Marx (apud Netto, 2011) compreende as relações de produção da sociedade burguesa como um complexo maior abarcando complexos menores, permitindo assim o entendimento destas

complexidades, mas não como um levando ao outro de modo positivista, mas sim que sua gênese e desenvolvimento têm um movimento dialético com a estrutura e função organizacional atuais, havendo antagonismos, sínteses e diversidades de elementos elencados para constituir tal complexo estudado como uma unidade de diversos.

INICIANDO AS REFLEXÕES PARA ELUCIDAR O “PECHINCHAR” DA EDUCAÇÃO

Antes de tratar sobre o assunto deste trabalho, apresentaremos alguns questionamentos que foram colocados na introdução para serem respondidas ao longo desta pesquisa, elas são: qual a defesa feita para cada uma dessas formas de ensino e quais referências pautam suas ideias? Qual a motivação para essa ampliação da “liberdade de escolha” - referente ao tipo de escola em estar ou não e dos conteúdos a serem colocados, especificamente o ensino domiciliar - e sua justificativa para fazer um consenso dessas estratégias de ensino? Qual a limitação do neoliberalismo? Há uma individualização das formas de produzir conhecimento, podendo virar uma “batalha de narrativas”? Por fim, a pergunta principal que leva a problemática deste trabalho: como as origens neoliberais desembocam nas formas de ensino: EaD, ERE e *homeschooling* dos governos de 2011 a 2022 no Brasil?

O intuito de começar com as perguntas é para termos a possibilidade de voltar para este ponto de início e relembrar os questionamentos para respondê-los ou refletir sobre. Contudo as respostas e/ou reflexões serão feitas não de forma linear, mas à medida que forem surgindo aproximações com tais perguntas. Contudo a problemática principal estará rondando por toda pesquisa sobre a correlação do neoliberalismo nas formas de ensino tratadas aqui.

Tratando então do tema em questão, o qual é referente às origens neoliberais serem responsáveis pelo surgimento de algumas estratégias de ensino, dentre elas o enfoque volta-se para a EaD, ERE e ED ou *homeschooling*, porquanto é visto a aproximação das características neoliberais dentro dessas estratégias, especialmente no quesito da “liberdade de escolha” sendo a principal justificativa para a existência de formas de ensino além da instituição escolar. Não é ignorada que a situação da escola também esteja rodeada com tais ideias. Devido a isso o primeiro capítulo será voltado para a apresentação e aprofundamento do surgimento do neoliberalismo a partir da crise de acumulação do capital taylorista-fordista, de acordo com Sousa Jr (2014). Porém, como o autor o faz no sentido mais global desta crise, será discutido, em seguida, o que estava acontecendo no mesmo período no Brasil e a inserção dessas origens aqui a partir da contextualização trazida por Saviani (2019) com algumas pinceladas sobre as ideias pedagógicas que surgem para fins de enriquecimento do conteúdo, pois compreendemos a existência da intervenção econômica e política nas ideias pedagógicas, podendo resultar também nas estratégias estudadas. Ressalva-se apenas não ser o estudo principal tais ideias que Saviani (2019) apresenta.

Nos dois capítulos subsequentes, terão como ponto principal as estratégias de ensino

no cenário brasileiro desde o governo Dilma até o de Bolsonaro e as características delas, de modo a demonstrar seu surgimento em nosso país, ou melhor, sua inserção nesse cenário e re-
crudescimento a depender do contexto governamental, tendo-se a curiosidade em investigar
sobre o crescimento de cada tipo de estratégia a depender do governo federal brasileiro, devi-
do as legislações aprovadas e/ou implementadas, trazendo leis, marcos, projetos de lei (PL),
decretos ou emendas referentes às estratégias discutidas aqui, além de exemplos de debates ou
literaturas feitas sobre o mesmo assunto.

O último capítulo antes das considerações finais será o entrelaçar dessas formas com
as origens neoliberais para a motivação de sua inserção e implantação, retomando principal-
mente o quinto capítulo do livro *A crise da escola*, além dos capítulos dois, três e quatro do
*Marx e crítica da educação: da expansão liberal-democrática à crise regressivo-destrutiva
do Capital*, de Sousa Jr (2014 e 2010, respectivamente) para retomar o que está colocado no
primeiro capítulo, de forma a aprofundar na última parte deste trabalho sobre as característi-
cas neoliberais presentes no ensino e fazendo sua síntese com as estratégias aqui discutidas.
Porquanto, antecipando, há estratégia em se diminuir o ônus do Estado em financiar a educa-
ção e, dessa forma, desconfia-se que tal objetivo seja o princípio para a existência dessas for-
mas de ensino alternativas à instituição escolar pública.

Fazendo um parêntesis do que foi colocado até aqui para retomar uma correção feita
enquanto demonstrava os conteúdos de cada capítulo, a qual foi a utilização do termo “inser-
ção” do que o “surgimento” daquelas estratégias de ensino no Brasil, tendo, por isso, o enten-
dimento sobre a intervenção estrangeira, especialmente do Banco Mundial (BM) e do Fundo
Monetário Internacional (FMI). Justino de Sousa Jr (2014) traz, sobre este assunto referente
ao tema da globalização e educação que os órfãos internacionais envolvidos preocupam-se
com as reformas educacionais dos países em desenvolvimento, intervindo nessas reformas ao
formarem acordos com tais países quando forem “socorrê-los”. O FMI o faz de acordo com a
questão econômica, cabendo então ao BM os ajustes no campo educacional, havendo uma im-
posição das medidas a serem seguidas pelos países “auxiliados”; dentre as exigências, a des-
centralização e privatização são as que mais se destacam nessas medidas (idem, p. 74-75).

Em seu texto, Sousa Jr (2014), há a discussão sobre a imposição feita pelo BM, de mo-
do que os Estados Nacionais têm a autonomia em não seguir, mas se essas medidas não forem
seguidas é certa a ausência de uma outra possibilidade de ajuda desses órgãos ao submeter os
países subdesenvolvidos em uma “saia justa” por conta do seu cenário de interdependência
com os países hegemônicos.

1. Características do Neoliberalismo no Mundo.

Para iniciar as reflexões trazidas pelo professor Justino de Sousa Junior (2014)⁶, cabe colocar as conclusões para adentrar às introduções como forma de começar pelo fim para trilhar o caminho apresentando os fundamentos principais desta monografia.

Dessa forma, podemos tratar as características neoliberais como uma dinâmica pautada por diversos fatores os quais introduzem a crise da escola, a qual baseia-se pela autoexpansão acumulativa do capital para o setor de financeirização especulativa, através disso há as interferências internacionais que impõem e limitam as gestões nacionais, mais fortemente nos países periféricos do que os centrais, apesar destes também sofrerem interrupções dos mesmo órgãos externos. Por conta disso, faz-se necessária a seguinte citação:

Se não se compreende a dinâmica como um todo, ou em seus elementos essenciais, como um movimento complexo em que o neoliberalismo, a globalização ou a mundialização do capital, a crise dos Estados nacionais, a crise do trabalho assalariado etc. fazem parte de uma nova direção dos processos produtivos do sociometabolismo do capital; se não se compreendem estes elementos como integrantes numa só dinâmica, que é comandada pelo capital em seu movimento autoexpansivo e que se volta contra todos os fatores que colaboraram com ele, mas que passaram a impedir o seu “bom funcionamento”; se não se compreende este movimento como uma guinada em que cada fator citado é um elemento que é conduzido num bloco articulado a favor da acumulação do capital; se não se compreende assim este processo, corre-se o risco de se apreender os problemas apenas parcialmente, bem como de se apontar falsas alternativas de superação (p. 252).

Enfocando-se no que a citação aborda, sobre a “dinâmica como um todo” e traz alguns processos produtivos responsáveis pela expansão do capital no ramo especulativo, os quais alguns autores citados pelo Sousa Jr (2014) traçam o enfoque do início da crise entre o final 1960 e início de 1970 ao trazerem em sua perspectiva uma dualidade da passagem de um Estado de bem estar social para um Estado neoliberal, de uma “pré-globalização” para globalização, de um fortalecimento dos Estados nacionais para seu enfraquecimento - nos centrais - ou interdependência - periféricos – através da mundialização do capital, o recrudescimento das organizações trabalhistas e seus direitos para seu deliberado enfraquecimento e destituição por parte deste projeto de favorecimento do acúmulo, de uma deliberada ideologia voltada para algumas pontuações progressistas para estar em voga ideologia conservadora; o qual tal passagem caminha para apunhalar aquilo que fez o capital

⁶ Cabe aqui a ressalva de que tal obra não será extraída e explorada profundamente no capítulo primeiro, mas dará fundamentação e orientação para a introdução e origem neoliberal de modo geral, porquanto o detalhamento feito pelo autor é melhor abordado em sua obra como um todo. De forma a passar algumas características citadas por ele em seu estudo de tese.

ser expandido para o comércio depois de passar pela crise de 1929 e pelo Pós-Segunda Guerra Mundial para sua reestruturação.

Abrindo um adanto sobre a dualidade levantada no parágrafo anterior, no contexto colocado, não levo em conta a oposição simplista de um maniqueísmo entre os aspectos destacados, pois o autor levanta a armadilha que isso traz, porquanto é visto como uma relação entre o que foi bom e passou para algo ruim, contudo tal transição forçada pelo capital traz as características negativas também de seu processo antecessor, pois o Estado de bem estar foi benéfico para os países centrais, tendo-se a universalização da escola e a promessa integradora dos cidadãos, o quase pleno emprego dos trabalhadores, contudo volta-se para a produção e consumo em massa de modo a fortalecer um modo de vida, de preferência o estadunidense, através da propaganda “American Way of Life”, contudo para os países de periferia, tais benevolências ficaram limitadas ao desenvolvimentismo industrial, não poderia ser tratado sobre o pleno emprego colocado antes, mas havia-se a expectativa de conseguir em breve algum emprego. Enfim, a dialética está envolta por toda a transição, pois romantizar uma em detrimento da outra, é cair na armadilha que envolta o capital pelo seu objetivo de expansão e acumulação devido ter sido um momento de aparente benevolência aos “de baixo”⁷, mas sendo possibilitado pelas lutas e organizações dos trabalhadores nesse período, os quais seus direitos e avanços foram retirados para enxugar o Estado dos gastos públicos para inserir a máxima da privatização.

A origem neoliberal tratada pelo autor, sofre um recorte de três pilares que sofreram pela crise do capital entre 1960 a 70, desregulação da escola, a crise do trabalho assalariado e a crise dos Estados nacionais para ter efeito na crise da escola; isso é realizado através do crescimento das grandes corporações transnacionais que vão ganhando um substancial controle sobre a economia mundial com as insatisfações de estudantes e operários revoltados pelas contradições acumuladas no crescimento econômico depois da Segunda Grande Guerra Mundial por dois motivos: a ” crescente incapacidade - ou indisposição - do sistema produtivo para incorporar em número e qualidade” segundo as expectativas do nível educacional elevado para as forças trabalhistas e a insatisfação do modelo de organização do trabalho e também reproduzido nas escolas, o taylorismo-fordismo (Sousa Jr, 2014, p. 30).

Este modelo foi introduzido nos ambientes escolares para sua expansão, sendo possível a inserção no mercado de trabalho, contudo para alguns ela não formava para esse propósito por ou formar demais ou de menos, havendo uma expectativa não correspondida

⁷ Expressão de Florestan Fernandes utilizado para se referir à classe trabalhadora, aos oprimidos tanto da cidade como do rural, explorados pelo sistema do capital, sendo retirado de nota de rodapé 82 de Sousa Jr (2014).

para os trabalhadores e nem formava com o objetivo de gerar reflexões do mundo o qual as pessoas estão inseridas.

Quando ocorre a mundialização econômica, ascensão política de setores conservadores, crise da regulação do Estado, crise do trabalho assalariado, o crescente aumento dos setores de tecnologia, informação, comunicação, transporte etc., as promessas integradoras da liberal-democracia são retiradas de cena pela sua inconsistência com esse cenário de transição. Para elucidar melhor, a discussão que o autor traz sobre Carnoy e Levin (apud Sousa Jr, 2014, p. 65-71) ao tratar essa transição nos EUA ajuda-nos a observar um pouco esse panorama de como funcionou a crise, porquanto

Quando a crise atinge o coração do sistema, ou seja, os lucros, imediatamente os setores socialmente dominantes a quem cabem estes lucros reúnem forças afim de dar novos rumos à política econômica e repensar o papel do Estado. (p. 67).

Assim a crise segue para vários sentidos, como a globalização, democracia, trabalho, escola, teoria do capital humano, contudo como uma perspectiva de rompimento entre um lado com o Estado fortalecido, promessas integradoras, expansão da escola, mobilidade social⁸, “pleno emprego”, solidariedade, direitos sociais fundamentais e, o outro, com a globalização e tecnologia recrudescidas, mas que foram geradas antes do período neoliberal em si, de forma embrionária (não levando em conta muitas especificidades de períodos ainda mais anteriores que os dois referidos neste trabalho), tendo-se os opostos das ideias liberais-democráticas. Ressalve-se também que essas ideias são mais abrangentes nos países centrais, não é possível corresponder a mesma universalização delas nos países periféricos.⁹

Continuando sobre Carnoy e Levin, segundo Sousa Jr (2014), é feito a disseminação do discurso sobre a falência do Estado ao estar gastando mais do que era possível, gerando consequências na qualidade de seus serviços e tornando-o ineficiente, o que iria aumentar os impostos para recuperar a economia. Contudo, à medida que a classe média¹⁰ deixava os espaços escolares, menos estava disposta a pagar por mais educação por meio dos impostos, dessa forma, o discurso que vigora sobre “liberdade de escolha” foi bem aceito, especialmente ao não quererem sustentar um sistema público repleto de “minorias”, o que

⁸ Importante ressaltar que esta mobilidade social para uma melhoria das condições de vida não ultrapassa a questão das classes sociais, ou seja, o trabalhador permanecerá na classe trabalhadora e o burguês permanecerá em sua classe.

⁹ Tal como utilizado pelo autor referenciado, utilizaremos tais expressões - países centrais e periféricos - segundo a denotação a partir do entendimento de que os países centrais “conduzem com punho de ferro as relações com a periferia.” (nota de rodapé 9 da p. 46). Assim como poderemos utilizar a variação de países do Norte e Sul global, segundo Gramsci (apud Rodrigues, 2004).

¹⁰ Trazendo para o contexto mais atual, faz um recorte sobre essa classe média, a qual não é o enfoque do autor, de modo que a Chauí (2016) trata sobre a classe média como a nova classe trabalhadora, sendo melhor discutido em um tópico adiante.

formula um certo tipo de atitude contraditória por utilizarem um sistema que os beneficiaram para então descartarem.

Quando os autores vão discutir sobre a globalização, trazem os assuntos referentes às desigualdades, limites, intervenções internacionais, as consequências disso etc.; refletindo sobre a questão da hegemonia das ideologias de mercado, acirrando a competição econômica global entre trabalhadores, países e unidades de capital. A mesma lógica entra na educação através dos conceitos de competição, livre escolha e outros envolvendo a dinâmica mercantil sob a justificativa de “incrementar a qualidade, produtividade e acesso equitativo à educação” (Sousa Jr, 2014, p. 71).

Mesmo com a descentralização dos Estados nacionais, Carnoy e Levin, consideram que a globalização não simboliza o fim das fronteiras e o total entreguismo dos países ao capital, pois o Estado ainda se constitui como importante. Contudo, a discussão colocada por Sousa Jr (2014) a partir desses autores, enfrenta uma série de questões, pois aqueles autores, em parte podem estar certos, mas esquecem-se da desigualdade daqueles países periféricos, sendo necessário para permanecerem subsistentes, estar de acordo com as exigências do capital feitas através de organizações internacionais como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), o qual um intervem nas questões educacionais e/ou sociais e outro na parte econômica, em que a depender da posição ocupada pelo Estado nacional submetido a eles, vem à tona a situação de inferioridade dentro da hierarquia capitalista, demonstrando também o caráter de endividamento e/ou estrangulamento de sua economia, impossibilitando alguma autonomia em comparação com os países centrais.

Caso os países do Sul global não permanecerem em uma situação de miséria (se não estiverem nela), aquelas agências do capital global - BM e FMI - os auxiliam. Entretanto, ironicamente, a situação econômica em que esses países se encontram foi gerada pelo próprio capital, ou seja, uma circunstância que o próprio sistema do capital coloca para esses países, faz com recorram às suas agências internacionais para socorrê-las, tornando-as devedoras de seus credores. Carnoy e Levin colocam sobre a autonomia de todos os países em poder adotar o que tais agências pedem em seus “termos de compromisso”, digamos assim, para os países socorridos, por ser uma decisão dos Estados, contudo ao não cumprirem obstaculiza-se um próximo pedido de ajuda a essas agências. Apenas os países do Norte global conseguem ter uma autonomia maior, apesar de também estarem à mercê da lógica de mercado para permanecerem com seu posicionamento forte e alto dentro da hierarquia dos países.

Os objetivos dessas organizações internacionais é o mesmo, descentralização e privatização, a qual a primeira busca maior autonomia, controle e participação da comunidade

nos processos escolares, trataria da prestação de contas, aproximando comunidade e autoridades locais e dividindo responsabilidades (Sousa Jr, 2014, p. 75), demonstrando-se aspectos positivos nessas reformas, mas o “pano de fundo” tem em vista os cortes de gastos públicos, reduzindo a contribuição governamental na educação pública. Em uma das citações retirada dos autores pelo Sousa Jr (2014), diz respeito às reformas educacionais fomentarem a financeirização das escolas pelas matrículas ou taxas pagas pela comunidade ou responsáveis pelos(as) estudantes.

Assim sendo, como as leis de mercado não estimam pela igualdade devido a qualificação ser demandada através dos processos produtivos, tendo-se o crescimento das taxas de retorno no Ensino Superior (ES) virando outro elemento de diferenciação para segregar a inserção das classes sociais mais baixas nas universidades e recrudescendo a pressão competitiva, o intuito é voltado para a

[...] retomada pelo capital dos mais altos patamares de acumulação, trata-se de liberar a dinâmica expansiva da acumulação de qualquer constrangimento político. As leis de mercado são, agora abertamente o mecanismo que determina as prioridades sociais, inclusive as políticas de Estado. O discurso, portanto, é cada vez mais o da livre iniciativa, da "liberdade de escolha", do Estado mínimo, da competição, da concorrência e da meritocracia. (idem, p. 219).

A crise da escola ocorre segundo a negação de realizar a potencialidade da promessa integradora em meio ao ideal liberal-democrático, devido aos processos que desestruturam os pilares de sustentação da escola naquele ideal por efeito da transição do modo de estruturação liberal-democrática/taylorista-fordista para o neoliberal/toyotista. Nesse sentido, um dos pilares da escola foi construído a partir do papel dos Estados nacionais fortalecido para autodeterminarem-se e regular a economia sem a atual mundialização, com a nova fase de acumulação capitalista, entendida aqui como neoliberal, é feito o rompimento da regulação por parte dos Estados e das fronteiras nacionais para haver a livre circulação do capital, causando a perda de poder dos Estados periféricos e a barganha dos Estados centrais para permanecerem em uma situação favorável, como foi colocado anteriormente. O autor nos esclarece melhor essa visão.

Por outro lado, se não se pode falar de uma crise geral dos Estados nacionais é plausível reconhecer que a financeirização e mundialização da economia criaram uma relação diferente entre o capital e os Estados. De um lado, temos os Estados periféricos cada vez mais endividados, submetidos aos credores internacionais e aos organismos internacionais de controle político e econômico, cujos interesses se fundem, isto é, estrangulados pelos mecanismos econômicos e políticos do capital e suas agências. De outro, encontramos os Estados do centro do capitalismo sem a mesma capacidade de regulação do capital e precisando fazer o máximo de concessões ao capital financeiro e às grandes corporações capitalistas, impondo para o conjunto da sociedade políticas de cortes de gastos sociais, desregulamentando o mercado de trabalho, enfraquecendo os mecanismos de

proteção trabalhista etc. De modo que, mesmo os Estados vencedores deste jogo de forças, o são apenas quando se associam de maneira submissa ao grande capital, oferecendo as vantagens necessárias a este em troca de deter no universo econômico de sua proteção o maior volume de investimentos de capital, mesmo que especulativos. (Sousa Jr, 2014, p. 220)

Compreende-se com isso que os governos dos países ao redor do mundo não têm o poder econômico e social total de sua nação, comparado às empresas transnacionais/megacorporações e agências internacionais, caso não tenham feito as barganhas para favorecer os interesses dos grandes capitalistas. Explicando melhor, independente se o governo nacional, estadual, municipal, enfim os poderes locais, forem ligados a algum espectro ideológico progressista ou conservador, esquerda, centro ou direita, vão, ainda assim, seguir os preceitos da acumulação capitalista, como foi visto mesmo nos governos do PT (Partido dos Trabalhadores) em que favoreceram os Bancos e seguiram algumas “recomendações” do BM, especialmente ao não ajustarem para 10% do PIB os investimentos voltados à Educação. O que pode acontecer, são políticas sociais que favoreçam alguns setores, mas aqueles que forem voltados ao assunto econômico serão pautas prioritárias.

É por isso que em sua obra, *A crise da escola* (2014), Justino afirma que falar de uma falência dos Estados nacionais é improvável, pois ao citar Greider mostra a dependência do capitalismo em relação ao Estado, pois o mesmo tem a responsabilidade de proteger e promover os interesses do capital, porém sem intervir em seu comércio e finanças. Sendo assim

[...] as políticas de educação, cada vez mais, se submetem direta ou indiretamente aos interesses competitivos do mercado mundial. E isto não se dá meramente por uma escolha política dos governos mas, fundamentalmente, como parte de uma dinâmica mais complexa em que o processo de acumulação segue como principal força histórica estruturante. (p. 226).

Concluído o que caracterizou a crise dos Estados nacionais, seguiremos apontando outro pilar da construção da figura da escola universalizante, o qual também foi abalado pela crise do capital: o trabalho assalariado.

O trabalho assalariado foi a forma que vigorou no Pós-Segunda Guerra, representando uma estabilidade aos trabalhadores operários, a produção de mercadorias segue uma organização de “produção em série, instrumental especializado, mão de obra pouco qualificada, especialização de tarefas e rígida organização hierárquica” através do modo de produção taylorista, enquanto isso, com a crise, há o surgimento de “novas formas de organização do trabalho”, como Enguita (apud Sousa Jr, 2014) denomina, instabilizando

aquela estabilidade trabalhista, a qual foi conquistada através das lutas organizadas pela classe trabalhadora, tendo-se então trabalhos precarizados, desempregos, subempregos, de forma que para Enguita, ele caracteriza essas novas formas assim: “enriquecimento de tarefas, rotação nos postos, pequenas equipes, círculos de qualidade, grupos de tarefas, empresas ‘Z’, empresas de terceiro tipo etc.”, “[...] produção de pequenas séries, maquinaria de tipo universal, mão de obra qualificada, processos de produção flexíveis, descentralização das decisões, retroalimentação desde o local de produção até as oficinas de desenho etc.” (Sousa Jr, 2014, p. 102 e 103).

Mesmo acontecendo a inserção de outras formas de organização trabalhistas, a anterior permanecia na sociedade, pois a dinâmica da escola ainda preserva o modelo taylorista-fordista em conjunto com o processo de produção flexível. De acordo com o autor ao tratar sobre as contribuições de Enguita, ele critica o modelo escolar não-flexível por formar demais ou de menos, criando expectativas pelos conhecimentos não utilizados no trabalho ou sua ausência de conhecimentos necessários para trabalhar, ou seja, não formaria as competências e habilidades para realizar propriamente o ramo de trabalho que os sujeitos irão atuar.

Enquanto isso, ele coloca que a escola forma apenas para o trabalho assalariado, negligenciando outras formas de trabalho como o doméstico, no campo, por conta própria e outros; porém, o autor de referência desse capítulo lamenta sobre as críticas feitas pelo Fernández Enguita, porquanto a forma como a sociedade capitalista responde indiretamente a essas críticas, é pelo trabalho precarizado, temporário e desregulamentado. Aqui perde-se de vista a centralidade do trabalho assalariado em relação aos demais por consequência de sua objetividade “dentro do sistema produtor de mercadorias” (Sousa Jr, 2014, p. 245), podendo-se questionar essa centralidade, contudo ela molda as expectativas da classe trabalhadora, de forma a promover lutas pela democratização e universalização da escola, sendo tratada como a forma mais avançada dentro do desenvolvimento histórico, não à toa está colocado para poucos depois do surgimento do modelo neoliberal, contudo continua sendo o sonho de quase todos os trabalhadores para terem seus direitos trabalhistas assegurados e estabilidade econômica frente às demais formas, os quais apenas cargos tecnológicos, públicos ainda têm algumas garantias.

Por efeito dessa nova fase de acumulação, a reprodução do capital não é feita pelo consumo massificado das mercadorias, ficando de fora a incorporação de “exércitos de trabalhadores”, segundo o professor Justino (2014), de modo a derrubar o pilar de sustentação da escola por conta de sua função social e econômica associar-se ao modelo taylorista-fordista, assim como ao Estado de bem-estar. Consequentemente os ideais de universalização,

gratuidade, igualdade, pública tornam-se obsoletos e ultrapassados pelos “apologistas do mercado” (p. 274).

Fazendo um adendo sobre o consumo massificado no parágrafo anterior, é interessante registrar a sua substituição por meio da diminuição do tempo útil das mercadorias e da dissipação dos(as) trabalhadores(as), aquilo que o autor denomina ao referenciar Mészáros de “dissipação da força produtiva”, sendo a intensificação do consumo para entrar no lugar da expansão desse consumo no modelo keynesiano de Estado de bem-estar. Em que isso demonstra a contradição das promessas de mobilidade social no mercado de trabalho assalariado, porquanto não é possível encontrar vagas no mercado de trabalho formal. Enguita é citado para mostrar tal contradição quando se é prometida essa ascensão ou melhoria de vida pela formalidade trabalhista poder acolher a todos, a qual é perpetuada pela escola, tem-se então uma ideia difundida em contradição com a prática tomada por essa instituição que está a serviço das forças dominantes, da classe burguesa, ganhando “destaque propostas que apontam para a adaptação da escola à nova materialidade produtiva, o que significa abandonar as promessas integradoras, igualitárias e democráticas” (Sousa Jr, 2014, p. 249).

Antes de passar para a desregulação da escola, tendo-se esses dois pilares de sustentação retirados de cena pelo neoliberalismo em conjunto com as condições materiais vigentes no processo de transição das ideias liberal-democráticas para as neoliberais, é regido pela “tendência à utilização decrescente de trabalho vivo nos processos produtivos; em contrapartida à utilização crescente de instrumental de tecnologia avançada”, ficando aos cargos de ponta a segurança de leis trabalhistas por serem cargos de produção de mercadorias mais sofisticadas e avançadas, demandando profissionais qualificados, os quais são poucos aqueles que conseguem alcançar tais profissões pela dificuldade de acesso e permanência em um longo processo de escolarização, havendo uma demanda maior e urgente de trabalhadores em cargos modestos pela urgência do acesso à sua subsistência através do dinheiro, tendo-se atualmente a “uberização¹¹” dos trabalhos, o qual Sousa Jr não chega a este ponto tão diretamente, mas trata-o pelos termos de precarização, subempregos, empregos temporários, desregulamentados. Portanto, trata-se de uma valorização excedente de atividades trabalhistas de cunho predominantemente intelectual e a desvalorização daquelas voltadas para atividades mais práticas, em que Engels (1876) coloca sobre “as produções mais modestas, fruto do trabalho da mão, ficam relegadas a segundo plano [...] a cabeça que planejava o trabalho já

¹¹ Para um aprofundamento, vide SILVA, Amanda Moreira da. A uberização do trabalho docente no Brasil: uma tendência de precarização no século XXI. *TrabalhoNecessário*. v. 17, n° 34, set-dez, 2019. ISSN: 1808-799 X. Disponível em: < <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/38053> > Acesso em 1 de julho de 2023.

era capaz de obrigar mãos alheias a realizar o trabalho projetado por ela.” (Engels, 2020, p. 429), sendo toda a evolução civilizatória do gênero humano “atribuída ao desenvolvimento e à atividade do cérebro” (idem, ibidem).¹²

Enfim, chegando ao tema da desregulação da escola (Sousa Jr, 2014), ela se caracteriza pela “incompatibilidade” da relação escola e sociedade, pois o caráter global da crise nos níveis econômico, político, social e trabalhista impõe a adaptação da escola nesse novo cenário, de forma que Vázquez traça a disputa da escola dentro dos espaços de ensino-aprendizagem flexíveis de acordo com o aumento da circulação de ideias e informações, a qual ele marca a escola como um espaço inflexível e rígido. A contraposição feita a esse autor pelo Sousa Jr (idem) lida com a ingenuidade ao problematizar o descompasso da escola em relação aos avanços tecnológicos e não nos antigos problemas que ela permanece enfrentando serão agravados por essa sociedade pós-industrial, “como a dualidade dos sistemas de educação, [...] persistência do analfabetismo [...], elitização dos altos níveis dos sistemas de educação etc.” (p. 204).

A tese desse tema pressupõe uma suposta superação da escola pela educação não-formal, como se houvesse o “fim da escola” por contrapor a escola, um sistema rígido, não flexível, presa a uma inteligência defasada, enquanto aquela reproduz a lógica da dinâmica flexível, estaria compondo espaços diversos para além da escola e funcionar segundo a era da informação, como uma constante atualização dos saberes não introduzidos na educação formal.

As colocações destacadas de Vázquez por Justino esclarecem uma perspectiva teórica que retira de cena o heterocontrole, a alienação e rigidez do trabalho ao ser “substituído” pelo emprego, o qual seria liberto, autônomo, não-alienante, configurações positivas das qualificações exigindo “multivalência e polivalência, capacidade de resolução de problemas, responsabilidade pessoal, trabalho em equipe, capacidade de comunicação oral [...], atitude positiva frente às inovações tecnológicas, atitude de busca de qualidade total etc.” (Sousa Jr, 2014, p. 206), em que podemos contrapor a isso, a função da escola que Sacristán (apud Sousa Jr, p. 251) sobre a sua capacitação em fazer as pessoas progredirem no sistema educacional “para que possam realizar com êxito a transição ao mundo escasso do trabalho” (Sacristán, 1996, p 158).

¹² O texto refere-se sobre o papel do trabalho na evolução humana, de forma que Engels afirma, referente ao trabalho, como sendo a atividade fundante do ser social, contendo em toda produção humana a prática, não diferenciando-se a atividade intelectual da manual, a qual na contemporaneidade ideologicamente fazem tal divisão para subjugar uma a outra, podendo fazer um paralelo com o Manifesto Comunista (2017) das lutas de classes e essa outra forma de diferenciação entre os sujeitos que compõem a classe burguesa da classe proletária.

Há outras contestações do autor sobre as colocações de Vázquez, contudo o ponto que pretendemos chegar sobre a desregulação da escola acaba por desamparar as classes trabalhadoras, assim como os valores que a construíram, como: democracia, equidade de oportunidades, acesso e permanência universais e indiscriminado ao saber e às culturas universais; os quais não sendo totalmente implementados foram pautas sociais das lutas por educação (Sousa Jr, 2014, p. 209).

Dessa forma, ao retirar do Estado a regulação da escola faz com que “as leis de mercado determinem a dinâmica da educação.” (idem, ibidem, p. 211), implicando em deixar os profissionais da educação à mercê dos responsáveis, familiares dos(as) estudantes, sendo estes uma representação de clientes; assim como colocar para as escolas públicas e privadas a livre competição não melhora qualitativamente os processos educacionais em sua estrutura, porquanto precariza as localidades que não contém as mesmas condições materiais para se tornar mais robusta em sua dinâmica educacional, pois até mesmo o sentido de qualidade no modelo neoliberal passa por uma significância voltada para a lógica do mercado (Sacristán apud Sousa Jr, 2014), sendo esta vislumbrada na reprodução dos objetivos da sociedade do capital produtora de mercadorias em que seja fundamental a criação de uma população supérflua, a hegemonia ideológica e política conservadora, a crise do trabalho assalariado e a crise dos Estados-nacionais, resultando em outras contradições, as quais valorizam os avanços científicos e tecnológicos, enquanto há uma diversidade de sujeitos desempregados, subempregados, precarizados e competindo pela miséria em um sistema a estimular essa competitividade, de maneira a ser adaptado nessa nova fase o trabalhador coletivo, realizando diversas tarefas pelo mesmo indivíduo sendo pago menos por isso, barateando seus custos (Sousa Jr, 2014).

Sobre o tema abordado, Steffan (apud Sousa Jr) traça o oposto daquilo que Vázquez escreve, pois ele supõe o aumento da importância da educação formal por voltar a ser um ambiente elitizado para a “pequena parcela da população que ocuparia cargos e posições na sociedade e no mundo do trabalho que envolvem o conhecimento elaborado.” (p. 214), enquanto isso a população que não poderá ter acesso a esses cargos, será caracterizada por trabalhadores subempregados, precarizados, temporários etc.

Como Vázquez é um adepto das novas tecnologias da informação como forma de superar a educação escolar, o contraponto de Steffan refere-se ao fato de essa gama de informações e novas tecnologias são improváveis de conseguir “redimir os indivíduos dos processos de alienação e estranhamento.” (Sousa Jr, 2014, p. 215). Não estando alheia ao que acontece com as crises do Estado e trabalho assalariado decorrentes da crise do capital, de

forma a haver a prioridade dos fatores de mercado, assim também entrará a ideologia de priorizar no ambiente educacional do sistema escolar o fator custo-benefício.

Não sendo à toa as intervenções do BM, as quais estão segundo os interesses daqueles que têm um significativo aporte de capital para influenciar na votação e decisões de forma proporcional a esta contribuição - sendo uma das figuras centrais de influência os estadunidenses -, de modo a priorizar, após o pós-guerra e tendo por objetivo a reestruturação dos países atingidos, houve uma reorganização pautada pela cobrança econômica dos países credores, além das reformas empresariais, segundo o ideário de defesa crucial da liberdade pessoal e social, mesmo que rompa com os caminhos da liberal-democracia para combater a economia planificada, estando atrelada à esquerda e ao comunismo, mesmo não estando presentes no horizonte imediato de hegemonia da mesma forma que os países capitalistas (Moreira, Martineli, Silva e Vasconcelos, 2020). Segundo as autoras, essa reestruturação econômica do BM para os países atingidos no Pós-Segunda Guerra, a prioridade foram os países “capitalistas mais industrializados” para só então abrir os empréstimos aos países periféricos.

Ainda segundo as autoras acima, em 1995 o BM publicou o primeiro documento voltado para o sistema educacional para a América Latina e Caribe, com recomendações e orientações, dentre elas, a prioridade do ensino básico para o indivíduo adentrar ao mercado de trabalho e destacando que “qualquer formação adicional não deve ser responsabilidade do Estado, mas sim, da iniciativa privada.” (p. 4), reforçando-se a tese de Sousa Jr (2014) ao longo deste capítulo sobre a desregulação da escola ao não se tornar universalizante segundo os preceitos da liberal-democracia, havendo através da crise do capital entre 1960-1970 a origem neoliberal no contexto global pela crise do trabalho assalariado e dos Estados nacionais, interligando os setores econômicos, políticos, sociais e educacionais.

1.1 Características do Neoliberalismo no Brasil.

Seguindo com o tópico anterior, neste o enfoque será o Brasil, tendo por inspiração o que Sousa Jr (2014) fez em sua obra em demonstrar as características do modelo liberal-democrático e depois a transição para o neoliberalismo, mas aqui dando o destaque para os acontecimentos brasileiros, para isso serão abordados os escritos de Saviani (2019) e Schwarcz e Starling (2018), de modo a compararmos os acontecimentos que introduziram a mudança liberal para neoliberaldo mundo para o Brasil, sendo realizada esta comparação a partir de antes de 1960-1970 para então passar por esse momento e os acontecimentos posteri-

ores para acompanhar as mudanças vigentes e se interferiram de início com o modelo econômico brasileiro para implantar o neoliberalismo ou somente foi implantado depois dos outros países terem tido sua “conversão” neoliberal, acarretando em uma mudança “atrasada”. Cabe ressaltar que esses autores/as serão complementares entre si por um fazer o aporte das ideias pedagógicas e as outras um apanhado histórico geral do Brasil.

Começando pelas contribuições de Saviani (2019), sua contextualização a partir das ideias pedagógicas enriquece este trabalho, porquanto passa pelo debate as ideias keynesianas, fordistas, a partir da modernização e industrialização, passando pelo desenvolvimentismo pós-1930, a doutrina de interdependência do regime militar e sua contradição do modelo econômico em relação à ideologia política e tendo a reorganização da escola, de forma a entendermos que o papel do Estado brasileiro com a ditadura empresarial-militar foi contundente com a implementação de um embrião neoliberal, tendo em vista o que Sousa Jr (2014) traz ao detalhar que o regime neoliberal nos países periféricos acontece de forma distinta dos países centrais, estando o Brasil dentro dessa lógica, de modo a não podermos comparar o regime neoliberal dos países centrais com o que se desenvolve nos países periféricos.

1.1.1 Da Monarquia a República

Na passagem da monarquia para a república em que houve o processo de industrialização e urbanização do país propiciadas pela exportação do café e com a parceria entre a oligarquia rural e burguesia industrial. Em 1920, a burguesia industrial brasileira incorpora a orientação fordista-taylorista e tem o alargamento do espectro da “classe média”, a qual apoia o movimento tenentista, mesmo não podendo relacionar diretamente o tenentismo com a pequena burguesia. Entretanto a hegemonia das oligarquias rurais começa a ruir quando os interesses dos cafeicultores mineiros dominantes aderem à Aliança Liberal com as Forças Armadas, classe média e os movimentos dos trabalhadores, acarretando em 1930 nas mudanças ocorridas no Brasil, como a eleição do próximo presidente da República tendo a mobilização da população pela campanha ter ido para as ruas e colocado a atenção da população no debate, os procedimentos e as regras da sucessão presidencial e as práticas republicanas de igualdade social, exercício da cidadania e sua incorporação pela República, pois a lógica das eleições no período da política do café com leite tinha a alternância de poder entre os mineiros e os paulistas, o qual o presidente atual indicava seu sucessor para dar continuidade (Schwarcz e Starling, 2018, p. 351).

Com isso, os mineiros procuraram um candidato de oposição que pudesse coalizar as dissidências para formar um arco amplo politicamente, sendo uma articulação entre Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba, os quais davam prioridade ao mercado interno, diferentemente

do plano de estabilização econômica de Washington Luís (Presidente da República - 1926 à 1930) ao promover o setor cafeeiro como a principal exportação relevante do país. A chapa da oposição era composta por Getúlio Vargas - governador do Rio Grande do Sul - à Presidência e João Pessoa - governador da Paraíba - à Vice-Presidência. A nomenclatura das forças de oposição foi “Aliança Liberal” e “abrigava um amplo leque de dissidências, viabilizava um eixo alternativo de poder e apresentava uma nova linguagem política com capacidade de mobilização de um largo segmento da sociedade”. Além de ter sido aprovado o nome do partido pela população, incutia um ideário político de intenção de inserir uma nova forma de pensar o Brasil através da modernização do país. Segundo as autoras, o termo liberal estava ligado a industrialização no país, a introduzir no debate a problemática acerca dos direitos sociais por novos setores sociais da República, como a “jornada de trabalho de oito horas, férias, salário mínimo, proteção ao trabalho feminino e infantil.” (Schwarcz e Starling, 2018, p.354).

No momento das eleições, a vitória foi de Júlio Prestes, contudo houveram algumas conturbações, porquanto as dissidências coalizadas pela Aliança Liberal (AL) não aceitaram a derrota de Vargas pelas urnas, buscando a vitória por meio das armas com a adesão dos tenentes, os quais estavam em busca do poder que não conseguiram desde a Proclamação da República, não se deixando vencer sem lutar. Por serem bem vistos, os tenentes, e terem boa reputação dos setores médios da população e dos trabalhadores urbanos, como também de suas tropas. A aproximação desse setor militar com as lideranças civis da oposição aguardava o momento de engatar a luta armada, as atividades para sua concretização estavam favoráveis aos aliancistas, mas a indecisão entre os dirigentes do partido não permitia sua realização.

1.1.2 Período Vargas (Governo provisório e governo institucional - 1930 a 1937)

Por meio de um golpe militar, Vargas virou o presidente provisório da República em 1930 com o declínio de Washington Luís pela crise de 1929, além do seu esforço em censurar jornais, decretar estado de sítio e feriado para os bancos não abrirem, convocar reservistas contra os rebeldes - estes compunham a Aliança Liberal, formada por tenentes, pessoas da classe média e os trabalhadores/as -, fez campanhas para reprimir os boatos e não resolveu os problemas voltados para o desemprego, alta dos preços, perda do valor monetário daquele período (Schwarcz e Starling, 2018, p. 360). Então, com a mudança de governos, ocorreu também mudanças econômicas, culturais, políticas e sociais pelas reformas e os ministérios criados, como: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e Ministério da Educação e Saúde Pública. Tem-se o avanço do modelo de substituição de importações para continuar urbanizando e industrializando, de modo a ter havido a urbanização do campo e industrialização da agricultura. O projeto da burguesia industrial pautava-se pelo taylorismo-fordismo e uma ges-

tão de Estado de Bem-Estar Social, em contrapartida havia forte repressão das organizações dos trabalhadores/as que fosse fora do controle estatal e organizações sindicais autônomas, era aceito o sindicato que fosse colaborativo do Estado, os trabalhadores/as rurais não tiveram acesso aos direitos da legislação de proteção do trabalho (Schwarcz e Starling, 2018, p. 362).

A Constituição de 1934 inovou em alguns setores como a modernização e democratização dos deputados por meio da “racionalização da autoridade, a manutenção do federalismo, o reforço para o desenvolvimento das instituições políticas, a inclusão de novos setores sociais por meio de um processo eleitoral mais alargado.” (idem, p. 367), porém ainda existiam limitações, como: permanência da estrutura agrária fundiária e sem incluir o trabalhador rural na legislação trabalhista, exclusão dos analfabetos na votação e uma política restritiva aos imigrantes. Entretanto, ela dura apenas dois anos devido a crise de 1929¹³. Ao solucioná-la pela intervenção estatal para a sobrevivência do modo de produção capitalista, como a ascensão do nazismo e fascismo, chegando ao Brasil pelos integralistas da AIB (Ação Integralista Brasileira), constituindo o primeiro partido político massificado do Brasil, apoiados pela classe média urbana, com intelectuais orgânicos para difundir a ideologia fascista com o suporte de uma militância ativa para a inserção de suas ideias no país.

Nesse momento o general Góes Monteiro¹⁴ partilha sua visão de modernização pelo fascismo italiano, concordando com isto o Presidente Provisório da República via no movimento integralista o culto à nação e propiciando a “colaboração de classes e crença no ideal corporativo”, em que patrão e empregados colaborariam com a tutela do Estado para gerar eficiência e capacidade técnica com a supressão dos que não colaborassem (Schwarcz e Starling, 2018, p. 368). Outro aliado foi o general Eurico Gaspar Dutra, o qual irá suceder Vargas na disputa eleitoral posteriormente. Assim, para efetivar o golpe para instalar a ditadura varguista, ambos generais em conjunto com as Forças Armadas apoiariam Vargas e sustentariam a ditadura em troca da modernização do Exército com armas e indústria.

¹³ Crise gerada por especulação financeira e superprodução, ocasionando na quebra da bolsa de valores de Nova York, impactando na economia mundial, visto que as operações financeiras dessa instituição eram responsáveis por pelo manutenção e crescimento do capital pós Primeira Guerra Mundial. A União Soviética nesse mesmo período não foi afetada pela crise, visto a construção de um sistema econômico alternativo ao Capital, compreendido como o socialismo soviético (Hobsbawn, 2004).

¹⁴ Tenente-coronel Pedro Aurélio Góes Monteiro era um apreciador do fascismo e o incitava para ser realizado no Brasil por meio do fortalecimento estatal e contribuiria com os princípios basilares de classe, sendo definidas e atendidas pela administração pública, tendo complacência de outros militares, como o comandante das operações no Nordeste, Juarez Távora - também estava no planejamento do golpe militar de 1930 para colocar Vargas no poder -, em que aprovaram o modelo ditatorial colocado no governo provisório de Vargas para reabilitar e regenerar a política e administração (Saviani, 2019, p. 197; Schwarcz e Starling, 2018, p. 359). A apreciação pelo fascismo era também adotada por Vargas quando ainda era governador do Rio Grande do Sul, afirmando que “[...] sua diretriz governamental se assemelhava ‘ao direito corporativo ou organização das classes promovidas pelo fascismo [...]’”, tendo sido reiterado quando tratou da decadência da liberal-democracia e individualismo, tendo o crescimento dos regimes de autoridade (Saviani, 2019, p. 197).

1.1.3 Período Vargas (Estado Novo - 1937 a 1945)

Em oposição aos integralistas havia a ANL (Aliança Nacional Libertadora) e os comunistas, os quais confrontavam o programa político de governo provisório, para isso tinham um programa reformista que tinha a defesa da “ [...] suspensão definitiva do pagamento da dívida externa, nacionalização dos serviços públicos, reforma agrária, aumento dos salários, garantia dos direitos e das liberdades individuais - incluindo a liberdade religiosa - e combate ao racismo.” (Schwarcz e Starling, 2018, p. 369).

Para acabar com a força política dessa oposição e efetuar o golpe do Estado Novo, o governo de Vargas juntamente com seus aliados censuraram, repreenderam e propagandearam contra o ideário comunista para alimentar o pânico da população cristã, da classe média, e alta. Como consequência houve a concretização do Estado Novo, o qual tinha o viés nacionalista, modernizante, autoritário e pragmático, dependente do consenso com a maioria populacional para permanecer com força, tendo suporte pelos veículos de comunicação, como rádio e cinema, com a subordinação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) para as veicular as ações e iniciativas do governo. O Ministério da Educação e Saúde dirigido por Gustavo Capanema, apoiou o regime em associar a figura do ditador como uma liderança a representar a nação, de modo a colocar estudantes em apresentações nas manifestações de massa, assim como executar projetos de modernização como também ocorreram silenciamentos e perseguições no mesmo ministério.

Como o contexto mundial presencia o fascismo e nazismo, aquele influenciando a política varguista com o corporativismo, centralismo, burocracia, dualismo (separação do ensino destinado às elites e ao povo) e a verticalização na educação, inflamando um sentimento autoritário e nacionalista entre os dirigentes que realizavam as trocas de favores a partir dos benefícios e combate contra o comunismo. Em decorrência desse autoritarismo crescente, o qual era instigado pelo fascismo, a Igreja tinha alguns líderes católicos, em conjunto com os tenentes/ Forças Armadas e intelectuais positivistas do Rio Grande do Sul se alinharam ao pensamento autoritário. Estando adepto a isso também o Vargas e observando a crescente do autoritarismo como a decadência da liberal democracia individualista.

Com a Segunda Guerra Mundial e o Brasil sendo favorecido por ambas as partes ao ter se mantido em uma “zona de neutralidade”¹⁵ enquanto durou, no seu fim Vargas teve de se aliar aos vencedores para manter-se bem nas relações internacionais, contudo isso contrariou seus generais, Dutra e Góes Monteiro. Além disso tinha o crescimento das reivindicações pelo

¹⁵ Segundo as autoras (2018, p. 384), “[...] Vargas via a neutralidade como estratégia de aproveitamento máximo das circunstâncias; comercializava com ambos os lados, para exasperação do estreito núcleo decisório de seu governo, uns favoráveis aos Aliados [...] e outros francamente germanófilos [...]”.

regime democrático e o esgotamento do seu regime autoritário, o que fez Getúlio se preparar para a transição do regime que a população reivindicava. Como havia muita participação dos militares durante seu governo, sua participação nas eleições também foi significativa, pois também concorreram ao cargo na presidência, como o brigadeiro Eduardo Gomes e o general Dutra. Seus discursos eram de acordo com suas posições no cargo das Forças Armadas, com essa inserção militar nas instituições políticas tem-se a alteração dos seus papéis de subordinados e subalternos diante do poder civil e da vontade popular para ser intervencionista, autônomo e atuante no poder político.

1.1.4 Reformas da educação durante o Período Vargas

No campo educacional e na elaboração de políticas governamentais durante o período discutido até então, o IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho) as influenciou para realizar um dos projetos hegemônicos da burguesia industrial, a escola nova e o ensino profissionalizante, havendo o confronto pedagógico entre os escolanovistas voltados para impulsionar a modernização e a Igreja Católica¹⁶ para recuperar os espaços escolares, de forma que tais confrontos ajudam a fortalecer a hegemonia burguesa das indústrias.

[...] o Brasil consolidou, sob a égide do modelo de substituição de importações, as indústrias de bens de consumo não duráveis até o início dos anos 1950 e instalou nos anos finais dessa década, no governo de Juscelino Kubitschek, as indústrias de bens de consumo duráveis. Tais realizações foram possíveis sobre a base da “pequena indústria do aço” e da indústria de cimento (MELLO, 1982, pp. 164-166), implantadas na década de 1920, e da indústria pesada instalada no Estado Novo. (SAVIANI, 2019, p. 193).

A Constituição de 1937, a qual instituiu o Estado Novo e foi considerada como a mais democrática da educação nacional, definiu o ensino técnico como dever do Estado e com uma aliança colaborativa com a indústria. Além disso, mesmo com a disputa da Igreja Católica pelo ensino tradicional e, principalmente, religioso, as ideias escolanovistas ganharam maior destaque devido o contexto econômico e social a demandarem a unificação das diretrizes educacionais, uma política nacional de cunho orientador, obrigatório, gratuito e comum a todos, de faixa etária dos sete aos doze anos, sendo uma educação inicial padronizada sem a pretensão de ser uma uniformidade estrutural rígida, mas sim como um ambiente igual para todas as escolas do país, sendo conhecida como a reforma da instrução pública pensada por Fernando de Azevedo, contendo três aspectos: a primeira é a escola única, a segunda é a escola do trabalho, a qual refere-se a atividade educativa como um “instrumento de reorganização econô-

¹⁶ O papel da Igreja católica estava colocado para defender a burguesia industrial segundo os critérios de conformar a classe operária de sua situação de exploração pelo quesito de difusão da solidariedade e caridade. A motivação tem em vista o temor, nas décadas de 1920-1930, do avanço do movimento operário em buscar sua intervenção pelos meios não repressivos como a polícia faz, mas sim pelos meios políticos.

mica” (Saviani, 2019, p. 212) colocando a criança em experiências e observações a desenvolver suas atividades com interesse e curiosidade intelectual de caráter individual. A terceira é a relação da escola organizada como uma comunidade e tendo solidariedade e trabalhos grupais para o relacionamento cooperativo entre os agentes que compõem a escola. O nível primário tem instituído a escola única e do trabalho para os estudantes, havendo um tipo de “escola vocacional” com o intuito de experimentar e selecionar e a “escola profissional” para a especialização; ambas voltam-se para uma sociedade organizada pelo trabalho e caracterizada pela industrialização.

A educação pública para a democracia burguesa vira um elemento-chave - chegando a ser considerada revolucionária - para a modernização, inovação social e construção da nacionalidade brasileira, entretanto os obstáculos para superar as desigualdades advinham das forças sociais dominantes - e da própria estrutura da sociedade do capital -, a burguesia e seus aliados, que colocavam a educação como um local privilegiado das elites. Ainda assim, o desejo de superar as desigualdades e reivindicar a educação para todos e os direitos trabalhistas não passou pelo crivo da superação do capitalismo, permanecendo-se na defesa do ideal liberal-democrático com as suas limitações postas no tópico anterior.

Assim a “trindade renovadora”¹⁷ *versus* os expoentes da instrução católica se confrontam na Associação Brasileira de Educação (ABE¹⁸, criada em 1924), havendo a presença em peso de engenheiros, o que explicitaria a introdução da problemática relacionada ao taylorismo-fordismo. Getúlio Vargas prestigia a IV Conferência Nacional de Educação - a qual é organizada pelos participantes da ABE - em 1931, juntamente com o Ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos. O chefe do governo provisório fez com que os inscritos definissem as bases da política educacional para guiar as ações nacionais do governo. Pela oportunidade do ministro estar presente, os renovadores criticaram a reforma educacional Francisco Campos¹⁹ por sua dualidade do ensino e o restabelecimento do ensino religioso nas escolas primárias e secundárias, dispendo a redigirem um manifesto para dispor sobre a orientação da política educacional, realizando então o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” em 1932 (Saviani, 2019).

O manifesto traz algumas passagens que relembrariam uma ideia socialista, contudo seu teor engloba as concepções de Durkheim ao colocar a “dupla função social dos sistemas de ensino” como constituidoras de uma função homogeneizante e outra diferenciadora seguin-

¹⁷ Composta por Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho.

¹⁸ Destinada a agrupar aqueles que se interessem na causa da educação, independentemente de como for realizada sua defesa ou contraposição.

¹⁹ Foi um dos expoentes do catolicismo autoritário e um dos responsáveis pela redação da Constituição de 1937.

do aquilo que seriam as “aptidões dos indivíduos e suas destinações ocupacionais, atribuída ao ensino universitário”, como também há a “teoria de circulação das elites”, baseada em Pareto, entendida como a mobilidade social ao ascender ou descender as classes sociais na composição das elites, que dependeria da harmonia do regime democrático (idem, p. 252-253), sendo curiosa esta ideia ao se pretender existir a possibilidade de um trabalhador ascender para a burguesia, bem como um burguês descender para a posição de proletário devido a “harmonia” de um regime democrático deliberadamente burguês, sendo inverídico que um trabalhador se torne burguês através dessa harmonia ou de seu trabalho, o que acontece é ele melhorar suas condições de vida por meio das lutas reivindicando seus direitos sociais. Assim como as concepções de Durkheim podem ser questionadas, de fato é verídico o papel socializante da educação, mas também tem uma concepção determinista de que os sujeitos tenham aptidões e destinos ocupacionais de quem deverá trabalhar priorizando atividades manuais e os que priorizarão atividades intelectuais, constituindo assim o dualismo do ensino. No Manifesto existem teorias incompatíveis, de modo que as influências predominantes nesse documento são as mesmas de Fernando de Azevedo²⁰, apesar disso, a defesa está em torno da escola pública e um sistema nacional de educação pública desde a escola infantil até o ensino universitário (Saviani, 2019).

Nesse momento, a visão católica pautava-se contra o laicismo do ensino por trazer a formação moral e espiritual dos sujeitos, pois assim - sem a religião - incitaria o individualismo, a negação da convivência social e coletiva e a neutralização da moral. Algumas dessas pautas podem ser questionadas, de fato todas podem, mas questionaremos sobre o ensino religioso ser base fundamental para a convivência social e coletiva, pois Engels (2020) nos mostra que foram as relações coletivas para a sobrevivência do gênero humano as responsáveis por sua prosperidade, de modo a não existir a religião católica naquele momento remoto, sendo a fundamentação por parte da categoria do trabalho. Tais grupos foram se tornando mais complexos ainda permanecendo em coletividades e formando sociedades mais e mais complexas, havendo também a divisão social do trabalho para que cada grupo tenha suas funções para a reprodução social (Lessa, 1999). Ainda assim não prescindindo fundamentalmente de um ensino religioso, especificamente o católico, a qual é a ideia trazida pelos intelectuais da pedagogia católica para manter e implementar suas ideias e buscar a hegemonia delas.

²⁰ De acordo com Saviani (2019, p. 211), [...] Azevedo fazia cursos avulsos e tinha interesses intelectuais diversificados transitando pela literatura, sociologia, política e economia. Em consequência, sua adesão à Escola Nova resultou, por assim dizer, heterodoxa e eclética.” De modo que utiliza os autores a partir daquilo que convergem, deixando de lado as contradições, quando se extremam, levam os pontos às últimas consequências ou põem os princípios em conflito, contudo esquece-se de que tais pontos de contradição são importantes a serem refletidos para se realizar sua síntese ou apontamentos de concordância, discordância, limitações etc.

Sobre a doutrina pedagógica da Igreja tem em vista uma hierarquização de três instituições/agências educativas, a família, Igreja e o Estado, devendo a este último se subordinar às instituições naturais (família) e sobrenaturais (Igreja). Por parte dos renovadores/escolanovistas não considerarem essa hierarquia, ocasionaria a abertura de veredas para a “comunização” do país, pois chocaria com a “moral e os sentimentos católicos do povo brasileiro.” (Saviani, 2019, p. 258). Continuando com a pedagogia católica, eles defendiam o direito dos responsáveis em decidir livremente qual a educação de sua prole, o que seria problemático por não prevalecer a centralidade na erradicação do analfabetismo para permanecer suas virtudes, as quais seriam desagregadas pela instrução laica ao aprenderem a ler e a escrever, pois para trabalhar as pessoas só precisarão das mãos sem uma instrução escolar do Estado por ela vir pela “educação paterna e instrução religiosa” (Catarsi apud Saviani sobre a revista *Civiltà Cattolica* de 1872, p. 259). Com isso, os representantes da Igreja Católica e seus defensores/fiéis voltam-se para a formação de sujeitos a ocuparem cargos públicos para defenderem os interesses católicos, criando assim a LEC (Liga Eleitoral Católica) para incluir na Constituição um programa com os princípios católicos para todas as instituições estatais e não-estatais (Saviani, 2019, p. 264/265). Eles conseguiram a façanha de implantar suas teses na Constituição de 1934, ocasionando na reciprocidade entre a Igreja e o Estado sendo possível por meio da comunhão de visão entre a “trindade governamental” - Getúlio Vargas, Gustavo Capanema e Francisco Campos - e a “trindade católica” - cardeal Lemo, padre Leonel Franca e Alceu Amoroso Lima - ao vigorar a centralidade na figura com autoridade, verticalização da sociedade em decorrência disso e daqueles que são concebidos como “os escolhidos” para conduzir as massas, rejeita-se a liberal democracia por ser tida como insuficiente, acordo entre o conservadorismo tradicional católico e modernização dos governantes, também conservadora, repulsa às ideias comunistas e defesa da reprodução da ordem, segurança e corporativismo (idem, p. 265).

A primeira trindade não via sentido nas discussões em torno do confronto entre católicos e escolanovistas, pois eram “vistos como instrumentos de ação política”, tanto que não as viam como conflitantes ou incompatíveis, eram tratadas como uma “modernização conservadora” (Saviani, 2019, p. 271), a qual conciliaria a Igreja em seu processo de manutenção da ordem social e os renovadores na modernização por suas habilidades e competências técnicas para o processo social mediante a reprodução do capitalismo.

1.1.5 Brasil pós Período Vargas - República Democrática (1946-1964)

Vargas deixou o cargo, mas o fez com pretensões de retornar posteriormente. Ele for-

ma dois partidos - PTB²¹ e PSD²² - e aposta na atuação dos trabalhadores urbanos no momento de deixar a vida pública, avançando um novo movimento, o Queremismo, em que os trabalhadores clamavam pela volta de Getúlio. Enquanto isso o partido de oposição de frente ampla anti-getulista, denominava-se UDN (União Democrática Nacional), em que tinha uma amplitude de propostas, como o combate contra o estadonovismo, democratização, liberalismo, retirar de cena pública qualquer relação à Vargas. Formando um perfil conservador, moralista, antidemocrático, abrigando o que sobrou das elites regionais, algumas camadas da classe média, homens de negócios, cafeicultores e industriais de São Paulo. Por fim, Vargas em todo esse percurso declara seu apoio ao general Eurico Gaspar Dutra, em oposição ao brigadeiro Eduardo Gomes, assim como boa parte do eleitorado organizado do PTB, culminando na eleição de Dutra em 1945 (Schwarcz e Starling, 2018).

A nova Constituição, de 1946, permanecia com as conquistas sociais da década de 30, ganhou outros contornos relacionados ao regime democrático pois garantia a liberdade de imprensa e de opinião, eleições diretas, regulares e com margem mínima de fraude, liberdade partidária, independência dos sindicatos, eleições para o Legislativo (até então era apenas para o Executivo), como também das esferas federativas, a União, Estados e Municípios. Contudo mesmo com a inclusão de votos a partir dos dezoito anos, a população analfabeta não votava, o direito a greve era restritivo, a legislação de proteção aos trabalhadores não incorporava os do campo e havia a interferência militar na política; o confronto dessas contradições ainda viriam a ser realizadas pelas pressões populares e trabalhistas do meio rural entre os anos finais de 1950 e início de 1960, demonstrando a expansão do processo democrático, ou sua possibilidade de expansão, pois no cenário mundial com a Guerra Fria e pós-Segunda Guerra as orientações políticas são modificadas, tendo a importância da localização geográfica.

Por isso, com Dutra presidindo tem-se a efetivação de uma política subserviente aos interesses norte-americanos e com repressão aos comunistas, os quais voltam à clandestinidade, e aos trabalhadores, porquanto, mesmo em sua campanha, Dutra não se dirigia a essa clas-

²¹ O PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) tinha por intuito dar condições aos trabalhadores de participarem dos negócios da república e evitando os operários serem manipulados por políticos para depois serem abandonados, contudo, ironicamente, se não estiverem organizados nesse partido, ou o sindicato não estiver organizado em conjunto com o PTB, seriam organizações clandestinas e passíveis de reprimendas, consecutindo em uma restrição da liberdade política dos trabalhadores. É de se registrar sobre a ampliação do partido, ficando além da figura de Vargas e sua dependência de modo que em 1960, o trabalhismo tinha caráter nacional-reformista pelo “bem-estar dos brasileiros, protegendo e amparando os assalariados e os setores mais pobres da população.”, pautando-se em um programa de reformas trabalhistas ao proteger esse setor, incluindo os trabalhadores rurais (Schwarcz e Starling, 2018, p. 394)

²² O PSD (Partido Social Democrático) era constituído pelos interventores de cada unidade da federação para aproveitarem as “[...] benesses da máquina administrativa estadual e operar a capacidade dessa máquina de se ramificar pelo interior do estado até atingir o eleitorado dos municípios.” (idem, p. 393), ou seja, organizou um partido com os interventores regionais que estavam alinhados com a política getulista e coronelista.

se, sendo realizada uma política violenta com uma gerência econômica ruim devido a inflação gerada pela Segunda Guerra, gerando a importação de produtos supérfluos ao mercado interno sem ampliar a capacidade industrial brasileira.

Na sequência, a Constituição de 1946 não tem alterações profundas em relação à anterior, pois mantém a predominância conservadora e o viés corporativo fascista para controle da classe excluída do regime “democrático”. Também houve a elaboração do anteprojeto da LDB, de forma a apresentar-se em peso a participação dos renovadores (catorze) em comparação com os tradicionalistas (dois), já tendo algumas ideias implementadas pela Constituição de 1937 e 1946, a qual foi utilizada depois para fins político-partidários por acusarem-na de ser descentralizante e antigetulista, o que levou ao seu arquivamento e adentrando-se na discussão entre escola pública *versus* escola privada/particular, devido a defesa de Anísio Teixeira no 1º Congresso Estadual da Educação Primária sobre a escola pública, universal e gratuita, Porém o padre Fonseca e Silva entendeu tal defesa como um desmonte dos interesses católicos, mesmo Teixeira não tendo se referido à isso. Com isso, os defensores da escola pública configuram-se em três correntes: liberal-idealista, liberal-pragmatista e socialista (Saviani, 2019, p. 289-290), tendo por intuito a defesa ideológica para a hegemonia das ideias renovadoras do que os referentes à didática-pedagógica.

Seus adversários seguem pelas ideias de que ao universalizar a escola pública e gratuita não haveria a possibilidade de existência de outros tipos de escola por acreditarem que a escola pública universalizada assistia à todas as necessidades educacionais. Em 1958 eles enveredam com argumentos doutrinários ao defender a “liberdade de ensino” pela precedência da família e Igreja e tendo o Estado apenas por seu “caráter supletivo [...] em matéria de educação” (Saviani, 2019, p. 289), contribuindo para isso o Substituto Lacerda, apresentado pelo deputado Carlos Lacerda, ao contemplar os interesses daqueles que defendiam a escola particular, como a Igreja Católica e os donos das escolas privadas. Ao fim e ao cabo as ideias renovadoras então foram internalizadas no meio educacional, tanto para a escola privada como para a pública, sendo preciso os católicos renovarem-se ao constituir um movimento escolanovista católico pela força da concepção humanista moderna, ocasionando posteriormente em uma educação católica popular, havendo a contribuição de Paulo Freire.

Em 1949 Vargas se candidata novamente à Presidência com um posicionamento político diferente, pois pretendia “[...] aprofundar a intervenção industrializante, garantir o pleno emprego, combater a carestia sem sacrifício do crescimento econômico.” (Schwarcz e Starling, 2018, p. 400), enfocando em se readequar ao contexto internacional de desenvolvimento e bem-estar social. Eleito em 1951, ele realiza a Campanha do Petróleo, buscando a indepen-

dência econômica do país por meio das riquezas nacionais para a autonomia do crescimento nacional. Com isso tem a coalizão em torno do petróleo ao aumentar o sentimento de soberania da nação; em 1954, a Petrobrás tem o monopólio estatal de pesquisa e extração do petróleo, contudo há o embate entre a modernização estatal nacional e os interesses internacionais (Schwarcz e Starling, 2018, p. 403). Em 1952 Vargas enfrenta obstáculos pela dissipação dos partidos que seriam seus apoiadores e uma articulação entre os opositores para obstruir as iniciativas do governo, e o início de uma crise pelo aumento da inflação e queda dos salários, retirada dos investimentos no Brasil por parte dos Estados Unidos e o BM estava cobrando a dívida do país por conta dos empréstimos vencidos, gerando um custo de vida maior, aumento do gasto público.

Devido a esses problemas, a classe trabalhadora protestou contra Getúlio, mas sem se aliar à oposição udenista, o que fez Vargas tentar acalmar os ânimos da classe e ter de volta sua adesão através da nomeação de Jango/João Goulart para o Ministério do Trabalho, em que uma de suas propostas foi o aumento do salário mínimo, porém, curiosamente, dentre as reações ocorridas pela proposta, a maioria dela aconteceu por parte dos militares que redigiram um manifesto - o Manifesto dos Coronéis - ameaçando realizarem a desordem porque a proposta causaria o aumento dos gastos públicos, eles pretendiam manter o *status quo* para não alterarem o padrão de vida e inverter o *status* entre militares e civis.

Essa atuação dos militares de ameaçar pela desordem, ou mesmo a tentativa de golpe também aconteceu no governo interino de Café Filho, após a morte de Getúlio Vargas, em 1955, quando estava doente e a presidência foi passada para um simpatizante do golpe militar, mas foi barrada por um general legalista - general Lott - que resolveu a situação colocando um senador legalista até Café Filho se recuperar. Mesmo depois de sua recuperação, os parlamentares, em uma situação de urgência, votaram pela interdição de Café Filho, por receio de uma outra tentativa de golpe, o qual estava tão recuperado quanto Café Filho. Enquanto isso o senador Nereu Ramos voltou ao cargo de presidente interino até realizarem novas eleições, ainda assim os militares permaneceram vinculados às instituições civis, não sendo exigido que voltassem ao caráter submisso ao poder civil e despolitizado.

Retornando às autoras, Schwarcz e Starling (2018), o próximo eleito foi Juscelino Kubitschek e o vice Jango em 1955, os quais foram eleitos em um clima de instabilidade política por parte da UDN que preparava junto com os militares um golpe, pois consideravam a vitória de JK como ilegítima, mas isso não impediu sua posse, tendo contribuído para isso o general Lott novamente. JK capitalizava diversas forças para o apoiarem em torno de seu projeto ambicioso de modernização, o Plano de Metas, em que responsabiliza o Estado de viabilizar e

efetuar um desenvolvimento econômico acelerado de industrialização, privilegiando o setor industrial de bens de consumo duráveis, transporte, energia e alimentos. A ideia desenvolvimentista de Juscelino partia da convivência de dois tipos de sociedade em nosso país, um moderno que estava se desenvolvendo e outro atrasado e tradicional, de modo a ser resolvida tal dualidade pela urbanização e industrialização, dependendo da vontade do Estado e do desejo coletivo da população. Assim o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) torna-se próximo do presidente ao fornecer a defesa nacionalista sem rejeitar os estrangeiros, tendo em comum os interesses nacionais.

No entanto, o Plano de Metas, mesmo com o intuito nacionalista, na prática se tornava entreguista pelo processo de internacionalização ao facilitar a entrada de capital externo em conceder privilégios fiscais e econômicos, dependendo do financiamento internacional para a aceleração industrial. Os prejuízos, segundo as autoras, foram três, a facilidade das empresas externas em assumir o controle de setores a desenvolver economicamente o país, aumento dos déficits da balança de pagamentos e a dívida externa foi ampliada e crescimento inflacionário. Para resolver a inflação, tinha-se que restringir salários, créditos e gastos públicos, resultando na interferência do Plano de Metas, com isso, Juscelino adiou para o próximo governo resolver a questão inflacionária para não precisar parar o crescimento de "50 anos em 5" de seu governo. Ainda assim, o objetivo de JK era ganhar votos e não modificar estruturalmente a base política e social porque havia de contornar a burocracia estatal em criar uma "administração paralela" por meio de um regime clientelista e sem mudar o regime latifundiário.

Assim, como a população rural era maior que a urbana, assim como a desigualdade e pobreza também eram maiores na população rural, sem escolas, saneamento, saúde e proteção pela legislação trabalhista, ocorreu a mobilização dessa população, de modo a ter ocorrido nos anos finais de 1950 a pauta da reforma agrária, a qual unificou a luta dos trabalhadores rurais. Nesse momento o papel da Igreja Católica dividia-se entre aqueles a neutralizar as forças da esquerda e promover sua doutrina e outros a reforçar os laços com esses trabalhadores, de modo a ter comandado o processo de "sindicalização rural através da criação de um programa voltado para a educação pelo rádio - o Movimento de Educação de Base (MEB)." (Schwarcz e Starling, 2018, p. 426) para alfabetizar os camponeses e assim produzir a transformação daquela realidade, funcionando como "Escolas Radiofônicas" inspiradas pelo método de Paulo Freire.

No contexto educacional brasileiro, em 1961 é aprovada a primeira LDB, que vigorou a partir de 1962, com a influência de Anísio Teixeira nela e no CFE (Conselho Federal de Educação) e PNE (Plano Nacional de Educação), o qual foi homologado também em 1962, es-

tando sob responsabilidade do CFE a elaboração de planos de educação para os três fundos - ensinos primário, médio e superior - sendo seus fundos elevados para 12% dos recursos federais para a educação pela LDB (a Constituição de 46 colocava 10% dos recursos federais e 20% aos estados, municípios e Distrito Federal). Além disso, determinaram aos três fundos de ensino nove décimos dos recursos da União com parcelas iguais a cada um, tendo-se esse caráter supletivo e também de responsabilidade por parte desse órgão dos ensinos médio e superior pelo ensino primário demandar mais recursos ao ser obrigatório a toda população. Nesse quesito a LDB contém a vitória de orientação liberal, assim como a descentralização do ensino e a autonomia dos estados e contendo as concessões às iniciativas privadas, o que ainda gerava conflito com os escolanovistas em procurarem promover uma reconstrução educacional através do sistema público de ensino. A polarização promovida pela discussão da escola pública *versus* escola particular²³, assim como o processo de industrialização, modernização e desenvolvimento nacional modificaram rumos políticos acerca da educação de modo a delinear o ideal nacionalista no país, o qual inicialmente era considerado como uma ideologia de direita, consequência do nacionalismo vigente do contexto varguista, fascista e nazista do período. No caso desse momento, com o auxílio do ISEB, o nacionalismo adquire uma face nacional-desenvolvimentista pela visão progressista e modernizadora, especialmente ao tentar promover a expansão do ensino primário diante do objetivo de erradicar o analfabetismo (Saviani, 2019).

Em 60, enquanto ainda existia a democracia, ocorreram novas eleições, o candidato Jânio Quadros é levado à frente pela articulação de pequenos partidos com a UDN, JK não se põe a candidato por constar na Constituição de 46 a não reeleição, então ele pretende concorrer em 1965, pela popularidade que conquistou com seu programa de modernização. Jânio se mostrava honesto e competente, pretensamente antipolítico ao ver-se como superior às organizações partidárias e aos políticos tradicionais, seus discursos atacavam a corrupção, a inflação, o alto custo de vida, o desperdício de dinheiro nas obras do governo de Kubitschek e estava acompanhado de promessas do crescimento econômico, da austeridade pública e de contenção dos gastos públicos, contudo sem explicar como cumpriria suas promessas sobre os problemas estruturais como a inflação e a reforma agrária, e superaria as limitações de seu antecessor (Schwarcz e Starling, 2018).

²³ Segundo Saviani (2019), o conflito foi iniciado através de uma interpretação errônea do deputado padre Fonseca e Silva sobre o discurso proferido por Anísio Teixeira, nessa ocasião era o diretor do INEP e da Capes, no Primeiro Congresso Estadual de Educação Primária a favor da educação pública, universal e gratuita, o qual entendeu como o fim das escolas particulares, imaginando haver o monopólio estatal da educação por conta disso (p. 284-289).

Ele tinha adesão das camadas sociais, como: a classe média, tinham a expectativa dele fazer uma gestão eficiente, além do descontentamento do custo de vida elevado e a queda nos salários, a população também estava cansada da estrutura partidária em não se adaptar às demandas de seu povo. Ao ser eleito, tendo como vice o Jango (as eleições para os cargos eram separadas), ele fez uma boa gestão externa ao renegociar a dívida internacional e combatendo a inflação. Mas a gestão nacional tinha muitos defeitos ao ter feito muitas intrigas e confrontos com aliados, funcionários públicos e a imprensa, criando muitas desavenças, o que fez ele renunciar, não havendo resultados positivos em resolver os problemas públicos, "sua política econômica, que desvalorizou a moeda, dobrou o preço do pão, aumentou as tarifas de ônibus, restringiu o crédito e congelou salários." (Schwarcz e Starling, 2018, p. 432). Os decretos de cunho moralista e apoio à Revolução Cubana para estreitar as relações comerciais condecorando Che Guevara, o faz ser impossibilitado de continuar governando. Sua renúncia foi em vão, pois apesar de não ter sido relevada sua motivação, acredita-se que Jânio queria algo semelhante ao quererismo de Vargas, ou seja, apelo popular para o seu retorno ao poder - o que não aconteceu, pois a população não se mobilizou.

Sobrando João Goulart²⁴ para suceder e sem apoio dos militares - alguns eram ministros - e dos udenistas, teve de fazer uma presidência de coalizão, conciliar com os principais partidos (UDN, PTB e PSD) para conquistar o apoio da maioria e governar, o que o fez estar na defensiva. Tinha por pretensão realizar as reformas de base, sendo a reforma agrária a mais conciliatória, em comparação com as outras, mas não foram feitas negociações para prosseguir com um programa por discordâncias entre as ideias de como seria a implementação, de modo que sem um acordo não haveria forma de passar pelo Legislativo. Internacionalmente os EUA estavam desconfiados do Brasil por causa da política de Jânio Quadros ao ter buscado diversificar suas parcerias, ter sido contrário às sanções contra Cuba e ainda havia a negociação da dívida externa com eles e a regulamentação do capital estrangeiro na economia na-

²⁴ Comparando-se o governo de Juscelino Kubitschek, na década de 50 quando tem o sentimento nacional-desenvolvimentista e havia uma filiação das ideias burguesas, com o governo de João Goulart há uma ameaça de ruptura com a classe burguesa, pois aquela filiação, a qual concordava-se que as massas fossem guiadas por uma inteligência esclarecida, conhecida como aquele que compõem a burguesia e seus intelectuais orgânicos começavam a ter teses contraditórias por alguns de seus apoiadores, como a "privatização de setores fundamentais da economia e a repressão da subversão" (p. 312), enquanto outros não concordavam, havendo essas discussões pelos participantes do ISEB. De 1962 até 1964, quando o ISEB é fechado, há uma radicalização por parte de seus integrantes, acenando ao rompimento da ordem burguesa, porque a política entreguista de JK e a ideia nacionalista sem consciência da classe trabalhadora foram determinantes nesse momento, pois, porventura, viam na escola pública a construção de consciência nacionalizante para além da defesa da nação contra inimigos externos, em que seria um movimento unificador e igualitário, sem a distinção de trabalhadores entre favorecidos e desfavorecidos, e sem a alienação de sua cultura e gostos, segundo o que acreditavam (Saviani, 2019).

cional, além disso queriam que o Brasil escolhesse um lado entre os dois blocos (EUA ou URSS) (Schwarcz e Starling, 2018, p. 438).

Contudo não havia bases reais para executar o golpe, principalmente pelo parlamentarismo ter demonstrado desgastes, sendo possível perceber através da votação relacionada a forma de governo que a população queria, ganhando o regime presidencialista, dando a Jango uma segunda chance de governar. Porém a desestabilização decorreu principalmente pelos ataques de Carlos Lacerda, a perda da emenda constitucional da reforma agrária no Congresso e pelo trabalho que Brizola, liderando a coalizão das esquerdas para o projeto das reformas de base, a qual não havia uma concordância plena de como seria elaborado, dava a Jango conjuntamente com a coalizão. Sua reação contra Lacerda o levou a solicitar a declaração de estado de sítio, tendo a hostilidade dos governadores dessa declaração e não aceitaram atos de exceção em seus estados; essa situação enfraqueceu o presidente, assim como outros acontecimentos que estavam relacionados com as Forças Armadas e sua atuação política, não tendo qualquer reação contrária por parte do presidente sobre os atos de insubordinação, dando a entender que podiam realizar o que fosse e não seriam punidos. A situação de inflação econômica, bloqueio do crédito pelos credores internacionais, aversão ao protagonismo do proletário urbano e rural, dinheiro curto e sem uma ideia certa de como seria o futuro acendeu na classe média o ativismo, por não quererem sair de seu lugar na classe social, a qual poderia ser abalada pela distribuição de renda e poder, então se juntaram para formar a Marcha da Família com Deus pela Liberdade em 1964 (Schwarcz e Starling, 2018).

Na metade da década de 60, de acordo com Saviani (2019) há o declínio das ideias escolanovistas pelo fechamento das instituições de teor renovador e o crescimento do ensino da matemática e ciência. Essa mudança efetua a radicalização das ideias renovadoras por defenderem-na devido os movimentos de educação popular e pedagogia da libertação (normalmente do espectro da esquerda), enquanto isso tinha os que defendiam pedagogias institucionais ou pedagogias não diretivas pelos que seriam do centro e os defensores do espectro da direita apoiavam a pedagogia tecnicista. A explicação dessas três ramificações é segundo a introdução da tecnologia, especialmente aquelas voltadas à comunicação em massa, tendo por consequência o descrédito na instituição escolar, por colocarem-na como não sendo a única e/ou a principal agência educativa, não valendo o esforço de sua renovação, o que fez aparecer a ideia da possibilidade de se eliminar as escolas (Schwarcz e Starling, 2018, p. 339-340).

Com a ampliação e apoio aos movimentos populares, também por parte da Igreja pela “teologia da libertação”, surge um movimento contrário constituído pela classe empresarial, tendo por base uma ideologia política e social de desagregar a percepção popular e combater

o comunismo e “populismo” de JK. Esse grupo estava no poder e na política para comandar as ações a lhes favorecer, não se restringindo no campo político, chegando sua influência no campo educacional. Seus tentáculos neste campo foram alcançados pela criação do IBAD e IPES, os quais ambos eram financiados nacionalmente e multinacionalmente. A função e objetivo da educação era o retorno ao desenvolvimento econômico do país, pela educação ser sinônimo de investimento (Saviani, 2019).

Nesse quesito, as autoras Schwarz e Starling (2018), nos trazem sobre as eleições de 1962 não davam espaço para implementar as reformas de base e o golpismo ainda pairava no país com o envolvimento do IBAD e IPES, de modo a aquele financiar os candidatos da Câmara e do Senado contrário a João Goulart para abrir a possibilidade do golpe. E o outro organismo - IPES - era uma instituição conservadora para estudar a realidade brasileira, reunindo a classe empresarial, diretores de empresas multinacionais, militares, tecnocratas, jornalistas, intelectuais, tendo como intuito desestabilizar o governo e orquestrar um novo projeto de governo e desenvolvimento que fosse aberta internacionalmente e também autoritária, especialmente se baseando em uma propaganda anticomunista.

Houve também a assistência da Escola Superior de Guerra, a qual inspirava-se na ESG norte-americana, em que pretendia aproximar militares e empresários para promover a industrialização, em que mudam seus horizontes estratégicos devido ao contexto da Guerra Fria e segundo as autoras era “[...] orientada por uma noção de guerra interna que redirecionava o papel das forças militares para o controle da sociedade, propunha um modelo de desenvolvimento econômico para o país e enfatizava a importância da atividade de inteligência e informação para maior eficiência do Estado.” (idem p. 440).

1.1.6 Ditadura empresarial-militar(1964-1985)

Antes de adentrar mais na crise da década de 1960, é preciso entender a doutrina de interdependência, gestada no interior da ESG, compondo a ideologia de modelo desnacionalizante, por continuar com a substituição de importações, opondo-se ao nacional-desenvolvimentismo. Nisso, algumas figuras influentes, como o general Golbery do Couto e Silva²⁵, elaborou a doutrina e ideologia da Segurança Nacional no Brasil, atuando explícita e implicitamente na vida política do país. A geopolítica, entendida como a “política feita em decorrência das condições geográficas” (Saviani, 2019, p. 355), desse general foi compreendida como referente à Guerra Fria ultrapassando os moldes tradicionais das guerras já ocorridas por ter si-

²⁵ Segundo Saviani (2019, p. 352-354), Golbery do Couto e Silva teve uma significativa participação no país não apenas no cargo militar, mas também político, em “[...] 1961, em setembro desse ano solicitou transferência para a reserva, assumindo, em 1962, a direção do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Nesse organismo civil prosseguiu com seu trabalho de doutrinação e propaganda, organizando ações desestabilizadoras do Governo Jango e desagregadoras dos movimentos populares.”

do uma guerra total e global, em que utilizou força bélica/militar envolvendo a economia, finanças, política, psicologia e ciência com a interdependência dos aliados para “beneficiar” ambos lados.

Para reforçar isso, tem-se outro general, o Juracy Magalhães - embaixador do Brasil nos EUA durante o governo de Castelo Branco e foi ministro das Relações Exterior entre 1966 até o ano seguinte, relatando não haver independência, e sim interdependência, havendo uma subserviência e entreguismo do que for benéfico para os EUA também ser para o Brasil, mesmo sendo realidades distintas. Resumidamente é uma relação dependente de um país fraco dominado por um país forte, estando os EUA nessa posição de força e influência.

Sobre o contexto histórico feito pelas autoras (2018), pensava-se que a intervenção militar no governo de Goulart seria apenas temporária, até as novas eleições de 1965, mas estavam enganados. Enquanto isso, a pretensão dos militares era "implantar um projeto de modernização impulsionado pela industrialização e pelo crescimento econômico, e sustentado por um formato abertamente ditatorial.", tendo embasamento jurídico ao mudarem a legislação através dos Atos Institucionais implementados, apoiados por um aparato de repressão política e informação, assim como a censura para desmobilizar e suprimir os que não concordavam com a gestão militarista (Schwarcz e Starling, 2018, p. 449). Assim, o modelo era tido como modernizante conservador, por modernizar a questão industrial e econômica, mas conservadora na política, tendo-se a aproximação do governo com a classe empresarial.

Assim, o golpe em 1964, ao continuar a ordem socioeconômica do capital sem a mesma correlação liberal democrática frágil (a qual flerta com ditaduras para sua manutenção do poder e de acumulação do capital, havendo assim a existência dessas ditaduras e seu apoio pelos países fortes), entendia-se a necessidade da educação ser adequada a esse contexto de “mercado associado dependente, articulado com a doutrina da interdependência”, assim ela contribuiria para alavancar a economia pela teoria do capital humano. Essa ideia foi oficializada na legislação sob os princípios de racionalidade, eficiência e produtividade. A partir de 1969 foram aprovados decretos, leis e pareceres a expandir o ideal tecnicista em escolas, cursos pedagógicos a desenvolver as habilidades e técnicas necessárias, assim como a regulamentação da pós-graduação e implementação da reforma universitária para incumbir seu ideal, a qual mesmo nos anos 70-80 e flexibilizada nos anos 90, ainda assim permeou o âmbito educacional atualmente (Saviani, 2019).

Dessa forma, o ensino primário é colocado para realizar a capacitação de determinadas atividades práticas; o ensino médio objetivaria a preparação de profissionais necessários ao desenvolvimento econômico e social do país, segundo um diagnóstico de demanda efetiva de

mão de obra qualificada. O ensino superior teria duas funções básicas, a de formar mão de obra qualificada/especializada requerida pelas empresas e de preparar os quadros dirigentes do país (Saviani, 2019, p. 343). Demonstrando uma educação elaborada à luz da teoria do capital humano, com apoio e financiamento dos EUA (desde 1956) de um projeto educacional técnico; a influência estadunidense aumenta na ditadura civil-empresarial-militar. Os acordos relacionados ao seu envolvimento na educação são disseminadas pela região brasileira por meio das tecnologias de comunicação, sendo necessário também a produção de conteúdos para a divulgação da perspectiva tecnicista da educação, seu conceito próprio da profissionalização e determinação das funções que os sujeitos precisarão para serem inseridos no mercado de trabalho e, conseqüentemente, desenvolverem economicamente o Brasil. Resultando então em mão de obra profissionalizada em massa, mas sem criticidade pela sua condição de vida.

O projeto econômico da ditadura empresarial-militar visava o desenvolvimento por meio da facilitação da entrada do investimento estrangeiro, a redução do papel estatal e aumentar o ritmo do crescimento; com isso, Castello Branco estimulou o investimento estrangeiro e incentivou as exportações através da desvalorização da moeda nacional (cruzeiro) em relação ao dólar, fez uma política dura de estabilização, porém quem saiu prejudicado foram os trabalhadores, pois houve o controle dos salários e a redução da idade mínima legal para trabalhar, deu fim a estabilidade empregatícia pelo FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e reprimiu sindicatos e proibiu greves. Costa e Silva teve um governo em que a economia entrava em crescimento e a responsabilidade do arrocho econômico caiu novamente no proletariado (Schwarcz e Starling, 2018).

O custo de vida subia e os salários estavam congelados. A inflação diminuiu com isso, resultando em um surto de crescimento econômico e repressão de movimentos operários, assim o "Milagre Econômico" foi fruto da repressão contra opositores, censura dos meios de comunicação, subsídio governamental e diversificação das exportações, desnacionalizando a economia pelo adentramento de empresas estrangeiras, controlaram os preços e seu reajuste, como também dos salários; a concentração de renda, política salarial restritiva, ganhos produtivos que não se repassava aos trabalhadores também contribuiu na construção do tal milagre. Enquanto isso, o aumento da dívida externa fez com que o país se tornasse mais vulnerável às alterações do cenário internacional pela captação de recursos privados no exterior em que tinha-se o financiamento barato e com maior prazo e a obtenção de créditos para a indústria em bancos privados internacionais com juros flutuantes e elevados, gerou como consequência a interferência no preço do petróleo, findando o "milagre".

Médici assumiu quando estava no apogeu do crescimento econômico, mas a população não estava acompanhando o mesmo momento por ser uma gerência em busca de implementar uma maior desigualdade social em favor da melhoria econômica. A classe média foi beneficiada enquanto durou o "milagre econômico", pois havia o crédito fácil, a possibilidade de financiar a casa própria, novas oportunidades profissionais e um consumo diverso de mercadorias.

O processo de descompressão do governo para os militares saírem do cadeira Executiva foi pensada em 1975 por Geisel e Golbery, os quais pretendiam passar para um governo civil autoritário de forma lenta, pois a gestão política e a segurança interna da nação estavam afetando os quartéis e os interesses da instituição, assim como afetava a estrutura hierárquica de comando ao colocá-los em funções policiais e de punições, os quais eram bonificados e tinha-se a efetivação de uma "burocracia da violência" nas Forças Armadas.

Ainda assim, a transição e os interesses dos militares estava em sair do controle do Executivo tendo a anistia, o desenvolvimento da indústria de armamentos com apoio dos empresários e empresas de segurança do Estado como as telecomunicações e informática. Entretanto, as consequências da ditadura foram:

"[...] crescimento lento nas exportações, aceleração das taxas de juros internacionais, aumento da dívida externa. A inflação seguiu ascendente, chegou a 211% ao ano em 1983, 223% em 1984, no final do governo do general Figueiredo, e bateu forte no bolso e no cotidiano do trabalhador e da classe média assalariada: descontrole nos preços, contas públicas deterioradas, recessão e desemprego." (Schwarcz e Starling, 2018, p. 471).

No projeto de abertura, a impunidade aos militares, anistia, ameaças, atentados, repressões, resistências e formação suprapartidárias para pedir a redemocratização foram importantes para viabilizar um movimento de massas pedindo por "Diretas Já", facilitava à oposição o desgaste do governo militar, os escândalos financeiros a descreditar o governo de Figueiredo.

Durante o regime ditatorial dos empresários e militares, objetivou-se por um modelo de desenvolvimento econômico que fosse seguro para a associação-dependente entre EUA e Brasil, a qual foi estreitada com a entrada de empresas internacionais, mas a situação educacional foi um problema pela baixa produtividade do ensino, alta repetência e evasão, acarretando a pouca mão de obra preparada para atuar nas empresas que entravam no país. Mas essa inserção das empresas estrangeiras influenciou na importação do modelo organizacional da abordagem tecnicista, em que relacionavam-se com a "organização racional do trabalho (taylorismo, fordismo)", o "enfoque sistêmico" e "controle de comportamento (behaviorismo)" no campo educacional para moldar a pedagogia tecnicista (Saviani, 2019, p. 369). A crise de 1970 fez o modelo fordista-taylorista ser substituído pelo toyotismo, concebendo a educação

como formadora de mão de obra ao mercado de trabalho. A educação também passa por essa mudança ao assegurar antes o trabalho, nesse momento tem-se a prevalência da competência e esforço próprios do sujeito para competir pela vaga de emprego, configurando-se um cenário excludente e competitivo, recaindo ao indivíduo a responsabilidade de sucesso ou fracasso, não havendo vaga para todos.

Para divulgar essa nova tendência, houve uma forte divulgação e traduções de textos, livros e artigos que endossassem essa prerrogativa da educação como investimento e formação de mão de obra produtora e enfocando o comportamento do aluno, dos professores e também dos profissionais da educação, aqueles que elaboram políticas educacionais e outros; sendo esse tipo de ciência útil à economia brasileira por basear-se na reação dos sujeitos ao meio em que se encontram.

A preocupação em torno da relação entre educação e modelo empresarial reflete os esforços dirigidos a estudos e publicações voltados aos meios comunicativos para incutir uma homogeneidade e padronização social, porém ela só foi possível nos países desenvolvidos. Os países subdesenvolvidos têm um contexto próprio, distinto daqueles, impossibilitando a comparação entre eles como semelhantes pois a construção histórica entre países colonizadores e colonizados impõe um peso no desenvolvimento pleno desses sem uma interferência oportunista daqueles para favorecê-los em suas políticas.

1.1.7 Redemocratização e Brasil contemporâneo

Em 1980 houve a emergência de pedagogias contra-hegemônicas pela abertura democrática, contudo não vigoram por efeito da ascensão de governos neoliberais por causa do Consenso de Washington, a qual promove o estímulo de reformas educativas neoconservadoras, generalizando ideias neoliberais, pós-modernas, de Estado Mínimo e de revolução tecnológica da informática e meios de comunicação. O contexto educacional também foi impactado pela introjeção de discursos relativos ao fracasso da escola pública, por isso mesmo defendiam a sua privatização pela ingerência do Estado pelo bem comum (Saviani, 2019).

Na transição do governo pelo meio indireto, o candidato mais provável a ganhar seria Tancredo Neves e Sarney, sendo sua concretização em 1985, tendo por intuito uma política conservadora, conciliatória, de reconstrução democrática, estabilidade econômica e institucional. Após a morte de Tancredo Neves devido a uma doença súbita, o mais cotado para a presidência seria Ulysses Guimarães, porém Ulysses recusa a presidência ficando essa ao cargo de José Sarney, Vice Presidente de Tancredo. Sarney era uma espécie de novo coronel, em que não se adaptou às regras democráticas, pensa-se estar acima da lei, não distingue público do privado e utiliza-se do clientelismo. Realizam em 87 uma Assembleia Constituinte para ter-

mos a Constituição de 1988, encerrando a ditadura e assentando as colunas de sustentação da democracia (Schwarcz e Starling, 2018).

O governo de Sarney apresentou alta na inflação e nas denúncias de corrupção, originadas do Plano Cruzado - trocava o cruzeiro pelo cruzado, tinha o seguro-desemprego, abono salarial e aumento do salário mínimo e ajuste acima da inflação quando chegasse a 20%, congelava os preços, as tarifas e serviços, a população fiscalizava os preços, denunciava irregularidades, de forma que o plano liberava os preços, cortava os gastos e diminuía o consumo.

Contente com a popularidade que ganhou e os benefícios políticos que poderia receber, Sarney permaneceu com o congelamento até as eleições para governador, contudo o Plano Cruzado se desfez ao ter esvaziado as prateleiras, ficando ao encargo da Polícia Federal de levar comida à mesa dos consumidores, tendo também o sobrepreço dos produtos. Assim foi feito o Plano Cruzado II, elevando as tarifas dos serviços públicos, descongelou os preços e permitiu os aumentos, resultando em inflação, mas quis deixar para os empresários anunciarem o fim do congelamento, a população notou que ele adiara anunciar o segundo plano e fora acusado de "estelionato eleitoral, descredibilizando seu governo.

Com mais essa frustração à população, veio a possibilidade de um "salvador", o qual as autoras o comparam com Jânio Quadros, o candidato Fernando Collor, sendo contrário ao "[...] empreguismo e as distorções salariais do funcionalismo público, sobretudo de quem aumentava o salário por meio de manobras burocráticas [...]" (Schwarcz e Starling, 2018, p. 491), de modo a sustentar o discurso de "[...] modernizar o país, acabar com a corrupção e botar o funcionalismo para trabalhar." (idem).

Na eleição de 1989, a disputa ficou entre Collor e Luiz Inácio Lula da Silva, mas aquele detinha dinheiro, propaganda e a mídia ao seu lado. A mídia de comunicação passou a atacar o Partido dos Trabalhadores (PT - Lula), havendo a exacerbação advinda do discurso anticomunista evocado por Collor e fazendo a classe média entrar em pânico por já se sentir expropriada pela inflação, além de associar ao Lula a desapropriação de imóveis e o confisco da poupança (Schwarcz e Starling, 2018, p. 492), isso fez Collor vencer, mas o que a população não imaginava, era que o discurso de Collor não correspondia à sua prática.

Foi criado o Plano Collor para enfrentar a inflação, contudo ele era frágil devido ao seu voluntarismo e reformas fiscal, bancária e patrimonial do governo, não podendo ser feito um decreto, o plano bloqueava uma parte do dinheiro de conta-corrente, aplicação financeira e poupança nos bancos, congelou os salários, as tarifas de serviço público aumentaram, o Banco Central decretou feriado por três dias, de modo a ninguém poder comprar, assim o consumo diminuiu, o desemprego cresceu, empresas faliram e o país já havia perdido a capacidade

de poupar, conformando os brasileiros a aceitarem o confisco, seja pelo cansaço hiperinflacionário seja pelo Collor ser um recém-eleito ter declarado essa como única opção. Para a maior infelicidade da população, após dez meses a inflação retorna e os trabalhadores tiveram de lutar por reajustes salariais.

O presidente tenta o Plano Collor II enquanto preparava para privatizar empresas estatais, fechar autarquias e fundações e abria para o mercado internacional. Apesar disso os preços subiam e o governo adotava medidas violentas e ineficazes como o “[...] congelamento de salários, liberação de preços, aumento de impostos.” (p. 494), depois disso, Collor sai do governo por meio do impeachment em decorrência da corrupção, então seu vice, Itamar Franco, assume e encomenda ao FHC um plano econômico, o Plano Real - “uma moeda estável, [...] valor igual ao do dólar” (Schwarcz e Starling, 2018, p. 497) -, sendo responsável pela sua conquista ao cargo de presidente em 1994.

Segundo as autoras (2018), FHC em seus dois mandatos (1995-2002) fortalece seu partido - PSDB -, conseguiu combater a inflação com o Plano Real, fez algumas reformas de Estado, “implementou o primeiro programa de distribuição de renda” (p. 503), houveram também ações e projetos sociais de modo a tentar erradicar o trabalho infantil e atender a população pobre, os quais foram comandados por sua esposa, Ruth Cardoso, como: “Comunidade Solidária, Capacitação Solidária, Alfabetização Solidária.” (idem). Em contrapartida, houve casos de corrupção e manipulação envolvendo a venda de empresas estatais públicas e compra de parlamentares para se reeleger.

Por fim, em 2001 tem a instituição do novo PNE e isso completa o processo de regulamentação da LDB de 1996, no ano seguinte encerra-se o segundo mandato de FHC e começa o mandato de Luís Inácio Lula da Silva (PT), o qual chega ao poder pela proximidade com os movimentos populares, de modo a se esperar uma significativa mudança na orientação da política educacional; entretanto não há qualquer alteração fundamental, havendo um “mesmo espírito que presidiu as iniciativas da reforma educativa desencadeadas sob administração de Paulo Renato Costa Souza” (Saviani, 2019, p. 451), o ministro da educação nos dois mandatos de FHC.

Na América Latina, esses ataques à regulação estatal, defesa do livre mercado com a abertura das economias nacionais para entrada de empresas transnacionais e multinacionais e privatização dos serviços públicos, além da contrariedade de uma democracia das massas trabalhistas por consequência dessa implementação, fez com que houvesse um programa de rigor fiscal através de reformas administrativas, trabalhistas e previdenciárias com cortes nos gastos públicos, objetivando estabilidade monetária e a desregulação do trabalho e financeira, sendo

essas políticas impostas pelas agências internacionais financiadoras (exemplo: BM e FMI) até serem “assumidas pelas próprias elites econômicas e políticas dos países latino-americanos.” (Saviani, 2019, p. 428).

Assim, as ideias pedagógicas hegemônicas são mais voláteis e substituíveis, caracterizadas pelas pedagogias que os antecederam, como: neoprodutivismo, neoescolanovismo, neoconstrutivismo e neotecnicismo; advindas das pedagogias escolanovista e tecnicista. Com a conjunção dessas pedagogias há a constituição da figura humana como um ser adaptável, competente e produtivo segundo a concepção neoliberal para maximizar os resultados sem o dispêndio grande de recursos, e a flexibilização do trabalho, promovida pelo toyotismo, aumenta a lucratividade pela maior exploração do trabalho não pago, informal e precarizado.

Dessa forma, há uma compilação dos mecanismos de mercado, das iniciativas privadas e de organizações não governamentais para reduzir a atuação pública, implicando na redefinição do papel do Estado e da escola para flexibilizá-los e focar nos resultados pelas avaliações, por isso é feito um sistema nacional de avaliação para tentar garantir a produtividade e eficiência. As reformas de 1995 a 2001 caminham nesse sentido para aprofundar a tendência neotecnicista.

O resultado disso visa à lógica da “qualidade total”, a qual transforma a educação em mercadoria, os/as estudantes em produto para a sociedade (representados como a clientela), com o fim de alcançar seus objetivos pela competitividade e meritocracia “livres”. Esse formato organizativo e de funcionamento empresarial visa a agências educativas para adentrar nas escolas como uma pedagogia corporativista, em que se teria variadas modalidades de cursos guiadas pelos interesses mercadológicos, as quais seriam introduzidas pela iniciativa de grandes empresas buscando trabalhadores/as em potencial com as competências certas, tornando os/as educadores/as em treinadores/as; torna-se assim o trabalho destes em doutrinação, convencimento, treinamento para a eficácia dos agentes que operam no mercado (Saviani, 2019, p. 441).

2. As estratégias de ensino (EaD, EREe e ED) gestadas através do neoliberalismo.

Antes de adentrarmos no tópico em questão, cabe explicar um pouco sobre a EaD, ERE e ED, para conhecermos mais sobre cada uma e sua atuação no contexto atual e concreto, para além das intencionalidades. De modo a então fazer uma ponte da descentralização da educação promovida pelo neoliberalismo, o qual gera a demanda capitalista para os sujeitos se

adequarem à produção e reprodução de suas vidas na lógica da contínua adaptação e ser volátil para as adversidades, ou mesmo sempre atualizado para não ser “deixado para trás” e ter o risco de entrar na informalidade, subemprego ou desemprego.

2.1. Educação a Distância (EaD)

Baseando-nos em Lopes e Faria (2013), a história da EaD é mais longínqua do que imaginamos, pois a comunicação através da correspondência também era utilizada para ensinar outras pessoas, inicialmente na Antiguidade, mas as primeiras iniciativas propositalmente educativas foram na Modernidade - a qual será o enfoque deste tópico -; depois era por meio de material impresso (livros didáticos) também por correspondência e que podia otimizar o ensino e ser distribuído a diversos locais. Com a massificação da comunicação, televisão e rádio, tiveram impacto também nesse modelo, pois além do uso dos livros didáticos, esses meios de comunicação também foram implementados, por fim, com a produção de computadores, de igual modo foram usados para realizarem cursos a distância.

O desenvolvimento dessa modalidade de ensino acompanhou as mudanças no modo de produção da existência, sendo tanto pelo trabalho como a educação de cada época e sua correlação, pois os autores colocam na página 29, que

Verifica-se que o ensino por correspondência acompanhou a industrialização do trabalho em dois aspectos importantes:

1. por um lado, preenchendo lacunas do sistema educacional;
2. por outro, compensando as suas deficiências, sobretudo no treinamento profissional (Peters, 2006).

Podemos nos questionar então sobre o sistema educacional da época e sua compensação que os autores destacaram de Peters, de modo a nos esclarecerem em sua obra que o ensino era dualista - como atualmente -, sendo necessário lembrarmos o primeiro capítulo e o segundo em que tanto Sousa Jr (2014) como Saviani (2019) nos trazem sobre a dualidade do ensino, de modo a termos nesse contexto o uso da EaD para formar trabalhadores e suas especificidades, as quais o sistema educacional não supre, por formar de modo generalizado a ponto de alguns a enxergarem como assuntos desnecessários e outras como uma formação em deficit para o que precisariam em seu futuro, como trouxe Enguita (apud Sousa Jr, 2014), de maneira a impor aos trabalhadores e trabalhadoras precisem buscar se qualificarem para estarem de acordo com a demanda do mercado de trabalho industrial. Outra correlação do trabalho e educação no desenvolvimento da EaD que Lopes e Faria (2013) nos traz é a seguinte:

[...] existe uma correlação direta entre as mudanças no modo de produção, ou seja, no mundo do trabalho, e as necessidades que surgem no campo educacional. A organização dominante do capitalismo nesse primeiro período da EaD era o *for-*

dismo. Para Harvey (1996), esse modelo industrial propõe a produção em massa para mercados de massa, tendo como princípios a baixa inovação dos produtos, a baixa variabilidade dos processos de produção e a baixa organização de trabalho.

As iniciativas de EaD, nessa primeira fase procuravam atender às necessidades dessa organização produtiva [...]. Empregam-se no trabalho educativo os princípios da produção em massa e do consumo em massa, [...]. (grifo dos autores; p. 29).

Mesmo na objetividade da EaD corroborar o sistema capitalista na dualidade do ensino e seu individualismo a ser estimulado por parte das pessoas a usufruírem desse ensino, o destaque dos autores sobre os fundamentos da EaD ao ser uma prática humana e ter o intuito de ser uma educação acessível e de acordo com a disponibilidade dos sujeitos, o qual não deveria ser mercadológica. Contudo as condições materiais nos mostram que apesar desses objetivos poderem existir e serem, ou haverem tentativas para sua realização, realizados, eles foram cooptados pelas iniciativas privadas para não gastarem seus recursos e terem uma maximização de resultados, assim como os lucros obtidos a partir disso, em sua maioria no ensino superior voltados para os cursos de licenciatura e formação de docentes, no Brasil, o qual será o enfoque mais à frente.

Ainda sobre a questão da iniciativa privada, quando a EaD no Brasil foi propiciada pelo aumento do uso do rádio e da televisão, depois pelos computadores, havendo suas respectivas utilizações a partir da década de 1920 até 1990 - o que podemos nos questionar sobre o perfil socioeconômico desses públicos, especialmente aqueles que utilizavam computador(es) na década de 90 - havendo modificações ao longo dos anos e tendo sua expansão por meio de incentivos públicos ou iniciativas privadas e suas parcerias, de modo a termos o marco principal a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, de Roquette-Pinto, o qual pretendia ampliar o acesso para a educação, assim como outros institutos, Instituto Universal Brasileiro (1941), Universidade do Ar (Unar, em 1946), este sendo fundado pelo Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), o MEB (Movimento de Educação de Base) e conjuntamente com Paulo Freire também participação do meio de radiodifusão com ações de formar jovens e adultos ao alfabetizá-los, contudo a ditadura extinguiu o programa (*idem*, p. 60-61).

A partir de 1960 temos o uso da televisão para programas de EaD, havendo uma comissão para estudar e planejar a radiodifusão educativa e desta criou-se a Prontel em 1972 para coordenar e apoiar a teleeducação brasileira e após passar por várias mudanças e substituições, culminou na Funtevê em 1981. Algumas fundações contribuíram nessa rede educativa, como a Fundação Padre Anchieta (TV Cultura) e Fundação Roberto Marinho (TV Globo), desenvolvendo projetos em conjunto com as iniciativas do Governo Federal (um exemplo foi a Universidade de Brasília (UnB) que ofereceu cursos de educação continuada a distância por

meio do Centro de Educação Aberta e a Distância (Cead)) e Estaduais (a TV Educativa do Ceará atendia alunos de 5ª e 6ª séries para as regiões que não haviam elas, em 1969), assim como houveram outras, mas não haveríamos motivos para detalhar todas (p. 63-66).

Por fim os computadores que chegaram ao Brasil em 1970 eram utilizados pelas universidades, eles propiciaram para a propagação da EaD, mas, novamente, podemos nos questionar sobre o perfil de quem acessava a eles, atualmente há uma maior possibilidade de acesso, mas ainda assim nem todos têm acesso ou somente de forma limitada, como será abordado sobre o Ensino Remoto Emergencial (ERE), assim como os próprios autores colocam que há aspectos a serem superados, como a infraestrutura e utilização dos ambientes virtuais de aprendizagem (p. 66).

Assim, a motivação de implementação da EaD foi a flexibilização do ensino e sua democratização do acesso em locais remotos, também para a formação continuada, alguns dos que foram extinguidos havia-se a preocupação de estarem transmitindo conteúdos subversivos, outros pela falta de políticas públicas para darem continuidade aos incentivos, de forma a mudar a partir da LDB de 96, dando à EaD seu próprio espaço e tirando-o do lugar de apêndice do ensino presencial, tornando-o uma modalidade do sistema educacional brasileiro. As primeiras motivações da EaD são importantes, em vista do tamanho continental do Brasil, contudo a execução não é feita visando necessariamente a esses fins, especialmente no quesito da formação continuada, ou mesmo inicial, pois a lógica de gastarem menos recursos para terem mais resultados acaba por influenciar na qualidade da formação, de maneira que os autores confiam nos órgãos reguladores para verificar a qualidade dos cursos ofertados em EaD, os quais há de fato a verificação e regulamentação. Contudo, sua checagem deve ser feita pelos consumidores para pesquisarem se onde estão se matriculando é de qualidade, deixando a cargo dos indivíduos, os quais não necessariamente tenham clara consciência de onde procurar, ou mesmo escolher um curso EaD que seja condizente com suas condições econômicas para poder ter algum certificado/graduação para trabalhar²⁶. Com isso, Lopes e Faria (idem) nos trazem sobre o desenvolvimento das tecnologias e sua mercantilização a ir também para os setores educacionais, tornando a educação um “[...] insumo necessário para o sistema, cujas ocupações exigem maior qualificação, e se converteu também em um grande nicho para a geração de lucros.” (p. 101). Essa percepção os autores colocam sobre os organismos internacionais, o BM e a UNESCO suas orientações, reforçadas também pela OMC, quais são: privatização e anulação da gratuidade do ensino superior, havendo sua implementação no governo

²⁶ JUSBRASIL. *MEC fecha mais de mil pólos de cursos superiores a distância*. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/noticias/mec-fecha-mais-de-mil-polos-de-cursos-superiores-a-distancia/227936> > Acesso em: 07 de abril de 2023.

Lula, pois 73% das matrículas e 90% das instituições eram privadas e também contata-se a crescente parceria entre instituições público-privadas com cobrança de taxas aos estudantes. Sendo sua maioria cursos de licenciatura, “[...] em 2006, de um total geral de 818.580 vagas oferecidas para cursos na modalidade a distância, 524.096 foram para educação, portanto 64.02%, sendo 18.912 em instituições públicas e 505.184 pelo setor privado.” (p. 150).

Os dados mais recentes do INEP em 2022 mostram os dados do ano de 2021 e trazem a expansão da modalidade em 474% dentro de uma década, enquanto na modalidade presencial diminuiu 23,4%. Segundo o mesmo censo,

O censo de 2021 registrou 2.574 instituições de educação superior. Dessas, 87,68% (2.261) eram privadas e 12,2% (313), públicas. Nesse contexto, a rede privada ofertou 96,4% das vagas. Já a rede pública foi responsável por 3,6% das ofertas. O número de matrículas também seguiu a tendência de crescimento dos últimos anos e chegou a mais de 8,9 milhões. As instituições privadas concentraram a maioria dos matriculados: 76,9%. Já as públicas registraram 23,1% deles — entre 2011 e 2021, o percentual de estudantes matriculados na educação superior aumentou 32,8%, o que corresponde a uma média de 2,9% ao ano.²⁷

Com isso podemos nos pautar do mesmo apontamento feito por Saviani (2019) ao referenciar outro autor sobre o ensino tecnicista e o desenvolvimento das tecnologias, não havendo possibilidade de voltar para trás, pois elas continuarão a serem desenvolvidas e aperfeiçoadas pelos/as trabalhadores/as, necessitando de sua utilização para uma formação integral, superando o dualismo do ensino aprofundado pela sociedade do capital - mas não gestado nela. Assim, devemos nos questionar sobre isso também na educação e o crescimento da modalidade a distância nos moldes como estão e a formação dada aos discentes, porquanto como Lopes e Faria (2013) apontam, uma formação ideal contemplaria esclarecidamente os sentidos: ontológico, gnosiológico/epistemológico, ético-política e pedagógica, além da importância da pesquisa na formação de educadores/as e sua necessidade, tanto na educação superior como na formação continuada, pois através da pesquisa se evita a criação de “[...] um círculo vicioso que nada mais promova do que a semiformação ou o repisar de práticas já muito desgastadas.” (Severino apud Lopes e Faria, 2013, p. 95).

Sobre a formação de docentes e a modalidade a distância, Giolo (2008) traz sobre o aumento da oferta a distância, mostrando-nos a existência de uma competição para tirar o público do presencial para a modalidade a distância.

Das matrículas dos cursos de Pedagogia e Normal Superior, de 2006, 76,4% estão vinculadas a instituições privadas e 23,6%, a instituições federais e estaduais.. Isso representa uma completa inversão de perspectiva, pois em 2005, 55,5% das matrículas desses cursos estavam em instituições públicas; em 2004, 65,5%; em 2003,

²⁷ INEP. *Ensino a distância cresce 474% em uma década*. Disponível em: < <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/ensino-a-distancia-cresce-474-em-uma-decada> > Acesso em 07 de abril de 2023.

79,1%; em 2002, 82,9%; em 2001, 100%. Isso significa, singelamente, que esses cursos são, hoje, uma área de disputa de mercado, onde se trava uma aguerrida concorrência entre a educação a distância e a educação presencial. (idem, p. 1225-1226)

Dessa forma, mesmo que os autores Lopes e Faria (2013) advoguem, criticamente, a favor da EaD por considerarem-na uma opção relevante pela ampliação do acesso, possibilidade de formar as pessoas em localidades, espaços e tempos distintos, ambos trazem a preocupação da formação de professores/as a distância por “[...] transferir aos futuros professores os encargos da sua educação. No entanto, a educação é uma práxis histórica e social. Pensá-la como processo realizado por indivíduos isolados é descaracterizá-la [...]” (idem, p. 143), assim como Giolo (2008) coloca a mesma preocupação quanto a formar docentes a distância para atuar na modalidade presencial, em que se necessita de preparo para ensinar outros sujeitos, o qual Giolo (idem) também não retira a importância da modalidade a distância, reitera que ela deva ser feita ou de modo continuado para a falta de opção em realizar presencialmente, ou para quem for atuar profissionalmente nessa modalidade.

Ainda que fosse dessa forma, ainda existiria uma gestão de mercado na área educacional. O que se propõe neste trabalho é a ideologia mercadológica dentro dessas modalidades, as quais foram emergentes no modelo neoliberal. Lopes e Faria (2013, p. 145-154) tratam desse tema ao evocarem os discursos dos organismos internacionais como a Unesco e o BM, demandando o incentivo ao ensino superior para a formação da autonomia dos discentes para aprenderem a aprender, como a ampliação do acesso pelo uso das tecnologias, democratizando-a, melhorar a qualidade educacional para os países em desenvolvimento participarem da economia mundial por meio do conhecimento e preparar pessoas “[...] necessárias para dirigir uma sociedade moderna e contribuir para o seu progresso.” (idem, p. 146), de modo a entender a educação como investimento, um serviço, não um direito social, sendo necessária a redução dos custos, primeiramente.

Com isso os autores (idem) questionam sobre as ideias colocadas anteriormente, por exemplo, caso a educação superior e o acesso ao ensino dependessem do uso das tecnologias para promover a democracia, esse problema já deveria ter sido solucionado. Assim, como evidencia-se o uso de palavras com sentido muito amplo e abstratas, como “qualidade educacional”, “progresso”, em que dependeria da orientação ideológica daqueles que interpretam, não havendo qualquer resquício de concreticidade nessas ideias. Por fim, cabe notar também quando destaca-se a melhoria da educação para os países em desenvolvimento participarem da economia mundial, como se ela fosse apartada dela, quando na realidade o tipo de educação existente nesses países é fruto da participação da economia mundial da sociedade burgue-

sa a propiciar a desigualdade e a contradição entre classes, de modo a Sousa Jr (2014) nos alertar sobre isso ao comparar a existência de uma realidade preconizar-se qualidade na formação, mão de obra especializada e com possibilidade dos seus direitos assegurados e outra de mão de obra barata e não-especializada, sem uma formação de qualidade, com trabalhos precarizados, subempregos e a informalidade, da mesma forma acontece entre países centrais e da periferia, não sendo coincidência.

Giolo (2008) então destaca um autor que escrevera sobre a ruína do ensino à distância nos Estados Unidos, David Noble em 2000, devido a criação em 1880 de uma escola por correspondência de Thomas J. Foster, a qual superou as matrículas dos institutos de ensino superior e de formação profissional, tendo rendimento por ano maior que setenta milhões de dólares.

Tratava-se de uma instituição [*Internacional Correspondence Schools*] que vinha do meio comercial, mas o seu êxito não demorou a atrair a atenção das universidades. Várias delas iniciaram, em 1890, um processo semelhante, com justificativas de ordem pedagógica que poderiam constar nos textos de hoje sem provocar a mínima dissonância (uma ferramenta mais barata, de melhor qualidade, que respeita o ritmo individual dos alunos etc. etc. etc.). Depois de algumas décadas (sim, pois nesses projetos os problemas são realmente percebidos depois de algumas décadas), essas iniciativas deixaram um saldo negativo composto por publicidade enganosa, precarização do trabalho docente e mercantilização do ensino. O indicativo maior da falência do modelo foi uma taxa de evasão de aproximadamente 90%. Uma evasão que gerava lucros, pois os alunos eram obrigados a pagar, no todo ou em parte, adiantado. (idem, p. 1230)

Dessa forma, Giolo (2008) traz a questão da regulamentação da EaD no Brasil, o qual já acaba por ser um avanço em relação às fragilidades da modalidade a distância, colocando 20% dos cursos ofertados para serem presenciais e que houvessem bibliotecas, contudo fica em aberto se isto será seguido, ainda assim permaneceria esta modalidade em concorrência com o modelo presencial, além da própria concorrência existente desse modo de ensino devido a mercantilização da educação na própria educabilidade promovida pela sociedade burguesa.

2.2. Ensino Remoto Emergencial (ERE)

Antes de introduzir o tópico, cabe destacar sobre a fundamentação utilizada nesse tópico, sendo Soares, Fonseca e Merichelli (2022), Soares (2022) e Saviani e Galvão (2021) para demonstrar sobre o contexto brasileiro e cearense no período pandêmico nas escolas, além da utilização de relatos de experiência da própria autora quando participava da bolsa de iniciação à docência do PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), a partir disso podemos iniciar o assunto do tópico propriamente dito.

O ensino remoto é uma modalidade emergencial em casos de calamidade ou colapso que afete a maioria da população em período de escolarização e precise manter o distanciamento social, situação vivenciada na pandemia de Covid-19 entre os anos de 2020 a 2021/2022. Diferentemente da EaD por ser todo voltado para algo planejado a longo, médio e curto prazo, o ERE não funciona nesse mesmo formato porquanto se caracteriza pelo caráter emergencial, de modo a professores/as, discentes e profissionais da educação não estarem preparados para atuar de modo a distância, sendo necessária a adaptação do que era praticado na sala de aula física, síncrona e presencial para a virtualidade, sincronicidade e assincronicidade (Behar, 2020).

O ERE foi realizado por duas formas, síncrono e assíncrono, com a utilização das ferramentas digitais *Google Meet* e *WhatsApp*, mas tem de se levar em consideração a realidade brasileira de muitos/as estudantes não terem acesso à internet (38%) e computador (58%) (Saviani e Galvão, 2021), ou mesmo restringindo-se a um aparelho para ser dividido entre os familiares, um plano de internet pequeno, ou o aparelho celular não tem um espaço de armazenamento suficiente, etc. (Soares, Fonseca e Merichelli, 2022), impedindo estudantes a terem acesso à educação formal.

Assim, apesar do contexto emergencial, o qual era previsto na LDB²⁸, sua implementação foi realizada de modo lamentável, não por falta de esforço do corpo docente, gestão, familiares, mas devido às condições desses sujeitos e falta de vontade de articulação entre os entes federados para oferecer uma educação de qualidade como se teoriza nos documentos oficiais de plenitude, integralidade, formação cidadã e ao trabalho, mas a realidade material demonstra a contrariedade das relações da sociedade do capital ao não efetivá-lo por acabar se isentando das responsabilidades que Soares (2022) traz:

Como evidenciado nas orientações da SME-Fortaleza²⁹, é perceptível que não havia uma estratégia pedagógica-formativa ou uma ferramenta digital específica a ser utilizada para o ensino remoto, logo, coube as instituições escolares e professoras a responsabilidade de definir os meios necessários para dar continuidade ao processo de escolarização das crianças. Tampouco são abordadas as condições de trabalho docente e a possibilidade de apoio financeiro as/os profissionais. Além disso, apenas em novembro de 2020 foram elaboradas as Orientações Curriculares Prioritárias

²⁸ “Art. 32. § 4o O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.” (Brasil, 2021, p. 24)

²⁹ “As atividades domiciliares serão planejadas e orientadas pelos professores da rede e entregues aos estudantes e seus familiares pela unidade escolar, que deverá utilizar todos os meios de tecnologia da comunicação disponíveis para interagir com os estudantes ou ainda, nos casos em que não seja possível essa difusão por meios digitais, a gestão escolar deverá dispor de outras estratégias para promover a interação entre professores, estudantes e familiares, por meio de entrega e recebimento dos materiais didáticos, atividades, trabalhos de pesquisa, roteiros diários e de estudos, entre outros, de forma segura, atentando para as recomendações de segurança das autoridades de saúde municipal, estadual e federal.” (SME-Fortaleza apud Soares, 2022 p. 14-15).

rias do Ceará (OCPC)³⁰ priorizando os objetivos de aprendizagem e habilidades essenciais previstas pela BNCC enquanto durasse o isolamento social, alinhando a RPF³¹ ao Parecer CNE/CP nº 5/2020. Dessa forma, é notável uma transferência de responsabilidade da gestão da educação pública e gratuita do Estado para a sociedade civil, neste caso, para as escolas que representam os interesses desta última (p. 15)

Com isso a comunidade escolar teve de se reinventar, não em um sentido romantizado, mas no sentido de concretamente se reestruturar em um novo modelo de ensino os quais não estavam habituados, pois tiveram como solução utilizar o *WhatsApp* e, posteriormente, o *Google Meet*, para acompanharem as atividades síncronas e assíncronas, havendo uma adesão mínima, além do envio de atividades ao longo da semana, modificando também a jornada de trabalho das docentes, pois tinham de se adaptar ao cotidiano das famílias e suas condições (Soares, Fonseca e Merichelli, 2022), por meio dos relatos das professoras de responderem aos pais e responsáveis fora do seu horário normal quando era em sala de aula, como a noite ou nos finais de semana, de maneira que podemos fazer um paralelo com as condições anti-higiênicas colocadas por Lênin (2021) sobre o trabalho capitalista a domicílio, pois o trabalhador estava em completa miséria e sem possibilidade de regular suas condições de trabalho por não haver alguma norma, uso do domicílio como ambiente profissional de maneira a transformar os aposentos em “[...] focos de horrores sanitários e doenças profissionais. [...] Um outro traço próprio do trabalho capitalista a domicílio (e, geralmente, das pequenas indústrias) é o desmedido prolongamento da jornada de trabalho” (p. 37), claro que excetuando as devidas diferenças de momentos históricos, a situação não está tão distante daquela, somente trajada de acordo com o contexto atual, pois caso as professoras não estivessem em condições sanitárias ruins, havia a problemática da saúde global devido à Covid-19 e também o prolongamento de sua jornada, não ter tido um assessoramento da SME sobre o formato do ensino remoto

³⁰ Segundo Soares (2022, p. 15) antes da OCPC, a recomendação do Conselho Municipal de Educação de Fortaleza era basear-se no Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC), o qual integra a BNCC e as diversidades regional, contudo em novembro de 2020, com a OCPC tem-se em foco “[...] os componentes curriculares de matemática e português alinhados com a matriz de referência do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaee), avaliação estadual que mede a proficiência dos estudantes em português e matemática no 2º, 5º e 9º do ensino fundamental.”, de maneira a limitar o currículo e o acesso aos conhecimentos construídos historicamente pela humanidade apenas a duas disciplinas, matemática e português, de modo a podermos trazer as considerações de Sousa Jr (2010; 2014) sobre o embrutecimento da classe trabalhadora, sendo este uma outra vereda a se tomar para embrutecê-los em suas faculdades intelectuais ao os limitar na aquisição dos conhecimentos humanos devido à formação fragmentada, individualizada, alienada/estranhada.” Pode parecer um exagero ou algo próximo de uma visão ingênua do tipo da que foi veiculada no Brasil décadas atrás, que dizia: ‘as elites não querem o povo educado’; mas trata-se de uma observação que desnuda as contradições do processo e corrobora as assertivas de Steffan: Chromsky (1999, p. 38) nos diz que ‘a população *surplus* deve ser mantida na ignorância, mas também controlada’. Aparentemente simplista, esta afirmação, na verdade, dá conta de que a realização da promessa integradora da escola não está na ordem do dia na nova fase de acumulação do capital.” (Sousa Jr, 2014, p. 215)

³¹ Rede Pública Municipal de Fortaleza

e uso das tecnologias, assim como há as condições das famílias a serem consideradas também, as quais tinha de se pensar a organização e limpeza, local de estudo e ruídos etc.

A problemática principal do ERE diante do já exposto foi colocar o ensino remoto como único formato viável de prosseguir a educação escolar/educação formal, pois como reforçam Saviani e Galvão (2021), os limites dessa modalidade se dá pela sua precarização e ser inadequado considerar como ensino essas atividades virtuais da educação escolar por estarem esvaziadas de conteúdo, forma empobrecida e destinatário excluído ou ludibriado³² (p. 43), pois há determinadas condições a terem sido realizadas

[...] para colocar em prática o ‘ensino’ remoto, tais como o acesso ao ambiente virtual propiciado por equipamentos adequados (não apenas celulares); acesso à internet de qualidade; que todos estejam devidamente familiarizados com as tecnologias e, no caso de docentes, também preparados para o uso pedagógico de ferramentas virtuais. (p. 38)

Podemos dizer que tais condições não foram realizadas, sendo possíveis de serem identificadas na pesquisa de Soares, Fonseca e Merichelli (2022) ao relatarem a situação das famílias e relatos das professoras, não havendo condições materiais, famílias compartilhando o uso de um aparelho celular, a prefeitura de Fortaleza distribuiu chips de telefone para as famílias terem acesso aos dados móveis, contudo alguns deles não funcionavam ou paravam de funcionar e sem uma forma de solucionar, as professoras dependeram da rede de apoio da própria escola para aprenderem a utilizar as ferramentas digitais, porquanto a Secretaria Municipal de Fortaleza e órgãos responsáveis não fizeram momentos formativos voltados para os/as docentes se familiarizarem, assim como tiveram de se readequar a esse contexto utilizando de seu próprio orçamento para comprar equipamentos tecnológicos adequados (Soares, 2022), ou seja, tudo aquilo que foi pontuado por Saviani e Galvão (2021) foi realizado o seu contrário, tendo como resultado o prejuízo da saúde física e mental por causa da precarização e intensificação laboral em conjunto com o “[...] processo de conversão da educação em mercadoria, na

³² Saviani e Galvão (p.39-40, 2021) colocam “Deve-se ter presente que, pela sua própria natureza, a educação não pode não ser presencial. Com efeito, como uma atividade da ordem da produção não material - na modalidade em que o produto é inseparável do ato de produção -, a educação se constitui necessariamente como uma relação interpessoal, implicando, portanto, a presença simultânea dos dois agentes da atividade educativa: o professor com seus alunos (SAVIANI, 2011). Mas não basta apenas presença simultânea, pois isso estaria minimamente dado por meio das atividades síncronas do “ensino” remoto. Para compreender essa insuficiência, precisamos nos deter nos elementos constitutivos da prática pedagógica.

Martins (2013, p. 297) afirma que ‘A tríade forma-conteúdo-destinatário se impõe como exigência primeira no planejamento de ensino. Como tal, nenhum desses elementos, esvaziados das conexões que os vinculam, pode, de fato, orientar o trabalho pedagógico’” Dessa maneira, a explicação da tríade a que Martins se refere e Saviani e Galvão (idem) desdobram sobre é referente ao: 1) destinatário ser o ser humano e sua necessidade de humanização através da socialização dos conhecimentos historicamente acumulados, sendo esta a função da escola, mas ela também precisa de condições para viabilizar essa socialização, o que nos leva ao 2) conteúdo, sendo a escolha, sequenciamento, gradatividade, assimilação, transmissão, ou seja, “[...] a escola precisa selecionar os elementos culturais fundamentais para a humanização dos indivíduos” (p. 40), como também convém ser organizado a 3) forma de se passar os conteúdos, sendo “[...] os meios através dos quais se proporcione a cada indivíduo singular a apropriação dos conhecimentos produzidos pela humanidade. As formas (procedimentos, tempos, espaços etc.) dependem das condições objetivas de sua efetivação e da natureza dos conteúdos.”(p. 41).

esteira da privatização, que implica sempre a busca da redução dos custos, visando ao aumento dos lucros.” (p. 39)

Também não é possível deixar a cargo dos responsáveis, familiares, pais e mães a intencionalidade pedagógica e profissional dos/as docentes, pois estes/as possuem

[...] as condições de identificar as pendências afetivo-cognitivas que precisam ser suplantadas e que podem promover o desenvolvimento. Minimizar a função do educador na prática pedagógica é desqualificar a profissão e a profissionalidade da categoria docente, pois qualquer um e em quaisquer condições precárias poderia se arvorar a realizar o trabalho educativo escolar. (p. 42)

Sendo possível verificar na prática quando a professora fazia suas avaliações orais e escritas com as crianças de forma síncrona pelo *Google Meet*, pois ao invés dos responsáveis instigarem as crianças a tentarem procurar a resposta através das tentativas, com os erros e acertos, as quais fazem parte do processo de ensino e aprendizagem, eles/as já respondem pelas crianças, mas também não estamos fazendo esse apontamento para mostrar algum culpado, mas sim que não há a mesma preocupação pedagógica e intencionalidade que há na profissão dos/as docentes, assim como as mães e figuras femininas, em sua maioria, também se ocupam com outros afazeres, o que as deixam sobrecarregadas e com múltiplas jornadas de trabalho, não havendo um momento qualitativo para preocuparem-se, como ocorre por parte das professoras, em fazer tais estímulos próprios da didática pedagógica.

Por fim, é necessário diferenciar o ERE do EaD, pois como colocado no início deste tópico, o ERE veio a tona somente no período emergencial da pandemia de COVID-19, o qual adota um caráter emergencial e em períodos de calamidade humana e risco à saúde da sociedade, diferentemente da EaD o qual não ocorre nessas condições, estando presente nos momentos normais, além de ser planejado previamente o currículo, conteúdo, método, avaliações, aulas etc., dessa forma não são modalidades iguais em contextos distintos, elas são diferentes por conta dos contextos e a forma como são construídas e passadas para os/as estudantes.

2.3. Educação domiciliar/*Homeschooling* (ED)

O *homeschooling* ou educação domiciliar é comumente entendido como a educação realizada no ambiente de casa, em que os pais e tutores responsáveis se tornariam os professores de seus filhos, o qual não havia regulamentação, até o governo Bolsonaro assinar o projeto que alteraria o ECA e a LDB de 96 para autorizar esse tipo de ensino. O mesmo está em discussão no Senado desde 2022 e pela Comissão de Educação, mas é um assunto para discussão

posterior.

Sobre a contexto histórico do *homeschooling*, temos as contribuições de Enguita (1989) ao colocar a transição do lar para a sala de aula e às fábricas, em que a educação era feita por meio da transmissão dos conhecimentos aos iniciantes de uma determinada produção, cabendo aos pais deixarem seus filhos com outra família para ensinarem seus ofícios e valores/costumes, nesse caso, no contexto dessa época não havia a existência de escolas institucionalizadas como atualmente, sendo realizado nas casas de outros a educação da comunidade ou da sociedade, como também o ofício que aprenderá com o mestre, sendo voltada para a realização prática o ensinamento e a aprendizagem. O autor traz sobre essa educação ser feita por outra família devido os laços afetivos da família progenitora, tornando-se inadequado “[...]para aprender os laços de dependência [e][...] a auto-disciplina necessários. Para isso era necessário haver uma relação mais distante entre mestre e o aprendiz”(idem, p. 108), de maneira a não ser uma relação atravessada pela afetividade familiar.

Para elucidar sobre aqueles que mais bradam pela defesa do *homeschooling*, tomemos os autores Zamboni (2016, 2020) e Callihan, Jones e Wilson (2017), os quais em suas obras nos trazem alguns fatores semelhantes como: a educação atual está em ruínas e apenas a educação domiciliar e cristã pode salvaguardar as crianças e jovens, pretendendo-se retomar a educação clássica de outrora pois era “cristã, rigorosa e completa” composta pelo *Trivium* - gramática, dialética e retórica -, de maneira a criticarem o ensino atual por não formar integralmente o indivíduo para estar em consonância às finalidades da vida humana, qual seja a felicidade relacionada a Deus, da religião cristã, criador do homem a sua imagem e semelhança. Alguns apontamentos estão fora da realidade e pretendem-se como causadoras de um pânico moral, pois considera a educação sexual como uma educação que seria contra as crianças e as famílias por deixarem as crianças brincarem com brinquedos do sexo oposto; a socialização dentro da escola haveria de ser um obstáculo ao *homeschooling* de modo a apontar a violência escolar e perseguição política como fatores que deveriam ser suficientes para demonstrar a necessária inserção da educação domiciliar pelas famílias brasileiras; por fim temos a “implementação da hegemonia marxista na educação” (Zamboni, 2020), a qual tem o plano de acabar com a família, pois

[...] a tomada do sistema educacional e a sua transformação tornam-se uma das prioridades dos marxistas. Ali, deve ocorrer a desconstrução do modelo familiar autoritário e a modificação do comportamento sexual como forma de alterar as relações de poder. A escola torna-se, dessa forma, um dos instrumentos mais preciosos da revolução, seja operando a transformação social, seja garantindo as conquistas da revolução. (idem, p. 25)

Além disso, outras problemáticas são colocadas, mas acabaria por ficar uma longa listagem, os exemplos colocados são suficientes por hora, pois mesmo que alguns sejam sem uma base concreta da realidade a fazer jus ao pânico criado, há alguns que são importantes, mas a perspectiva de solução do problema tem um viés idealizador, por exemplo, a questão da violência escolar é uma realidade brasileira, assim como o analfabetismo, a evasão e o abandono, mas propor que os alunos e alunas estudem cada um em sua moradia e crer que o problema será resolvido é colocar a cargo do indivíduo a responsabilidade de acabar com um problema estrutural e histórico, como se somente se ele próprio fizer o certo e aglomerando todos a realizar o mesmo certo, fará da sociedade um lugar melhor. É, portanto, um idealismo, tendo em vista a apenas conseguir verdadeiras conquistas, mesmo sendo parciais, através do esforço coletivizado de todos(as).

Dentre as preocupações reais a serem abordadas pelos autores, mas sem a sua devida solução na raiz do problema, é viável o questionamento sobre a motivação real para aprovarem o ED, pois o que se nota é uma superficial preocupação com os problemas reais para preocuparem-se com os valores e costumes universais de um tipo de família brasileira e pautados pelo reacionarismo cristão, visto que Zamboni (2016, 2020), em muitos momentos, trata da família como a primazia das instituições a ser considerada como natural, consagrada e milenar, seguida pela Igreja para o Estado estar submisso a ambas, porquanto este teria sua existência sido um acidente e não uma essência da família, sendo uma prioridade dos pais poder escolher a forma de educar seus(suas) filhos(as). A seguir, a citação é um exemplo de como o autor vê a educação atual e tendo por objetivo

[...] refrear o poder da religião, [retirar de cena] os princípios da moral cristã como a defesa incondicional da vida inocente, no caso do aborto, ou da sacralidade do matrimônio, da fidelidade conjugal e da castidade fora do casamento, que fortalecem a família e contrariam os princípios da crítica destrutiva de Escola de Frankfurt. (idem, 2020, p. 34-35)

Para finalizar a descrição do conteúdo que os autores trazem sobre o *homeschooling*, temos a profunda análise de contexto ao fazer o comparativo entre a escolarização nos países ricos e pobres, em que coloca como um problema, sem explicar ou discorrer profundamente, a ampliação e universalização escolar, assim como as políticas de acesso e permanência e a construção de um sistema nacional de educação não melhorariam a educação escolar, pois tem muitos investimentos e pouco rendimento, de modo a trazer a alfabetização da Educação Básica, em que no Saeb de 2017 apenas 1,6% dos estudantes do Ensino Médio alcançaram a proficiência em leitura, nos informando sobre quanto mais se aumenta a escolarização, tem-se uma diminuição dessa proficiência. Assim como a educação universitária que também é composta

por analfabetos funcionais (Zamboni, 2020), distinguindo-se de séculos atrás, na Grécia Antiga em que só ia para a escola aqueles com interesse e a reputação dos docentes era devido sua autoridade e sapiência, não dado pelo Estado; a massificação do ensino fez surgir um novo professor³³ que não domina sua profissão, lamenta-se por não ser valorizado e ganhar um salário baixo e apenas trabalha por ser regulamentado pelo Estado (burocrata) e o faz no intuito de preparar os alunos ao mercado de trabalho (técnicos), além de julgar e manipular seus alunos ao colocar suas pautas políticas (militante político) (idem, 2016).

Numa sociedade que pouco valoriza os professores, mas os produz em abundância, o objetivo da maioria é o salário e o emprego estável. A alternativa mais comum a esse destino não é mais nobre: os professores de instituições particulares são empregados de um negócio cuja finalidade é o lucro; devem ser, sobretudo, comunicadores, animadores de auditório, procurando cativar os clientes para não perder o emprego.

A expansão da escola gera a demanda por professores sem vocação. São contratados em larga escala, docentes jovens, sem experiência, nem cultura literária nem domínio das disciplinas. O resultado é uma aberração. (idem, p. 20)

A partir disso podemos ter uma percepção ampliada da visão desses autores sobre a educação formal escolarizada, assim como podemos perceber seu intuito ao tratar que a “educação socialista moderna” tem vergonha em mostrar uma educação “cristã, rigorosa e completa”, de forma a ser permeada pelo “abandono da mentalidade de loja de conveniência e de fast-food”, diferentemente do que seria a educação domiciliar pois seria clássica e demandando assim um tipo de mentalidade e orientação, a qual necessita do trabalho duro dos pais para educar sua prole (Callihan, Jones e Wilson, 2017, p. 7-8).

Cabe termos como esclarecimento a amplitude do significado da palavra “educação”, para isso convém utilizarmos a explicação de Sousa Jr (2010) por pautar-se na materialidade do termo e sua discussão, pois o ser humano em contato com a natureza produz, desenvolve relações sociais mediadas pela linguagem - por depender do coletivo o qual integra -, fazendo-o realizar atividades práticas que garantam sua existência por meio dos materiais necessários e, por ser um ser social, é formado de acordo com suas relações sociais, sendo inacabado e em constante aprendizado, de modo a centralizar o assunto como “[...] um processo de edu-

³³ É preciso abrir um parêntese sobre as considerações feitas por Zamboni da sua perspectiva sobre esse novo professor o qual se refere e as considerações que temos nesta monografia, pois compreendemos a limitada e pequena visão de Zamboni sobre a totalidade e complexidade da realidade e sua pobre análise da realidade. Por isso, mesmo que existam sim profissionais ruins ou bons, estes existem em todas as profissões, não sendo nenhum mérito ou demérito maior ou menor de alguma outra profissão, sendo necessário perceber o movimento do real para fazer surgir esse tipo de docente e sua formação profissional, assim como as condições materiais que os rodeiam, não havendo necessidade de romantizar aqueles docentes que conseguem realizar bem seu trabalho formativo em uma escola precária, porquanto não deveria ser aquela condição de ensino e aprendizagem, assim como não haveria motivo para condenar os docentes que não conseguem formar em condições positivas, ambas têm seus obstáculos a serem pesquisados, analisados e criticados, são condições que perpassam para além das aparências.

cação em que os homens (trans)formam-se (educam-se) nas relações sociais que estabelecem e que têm como fundamento a atividade prática, produtora da vida.” (idem, p. 23). A educação então é compreendida de maneira ampla e não estando encerrada e/ou limitada a uma instituição escolar, de modo a trazermos que o processo educativo é definido como “[...] a forma como a humanidade aprende a entender o mundo e a si mesma” (p. 24), seguindo a lógica dialética em transformar o ambiente e com isso transformar-se também e vice-versa.

Desse modo, por mais que os autores citados anteriormente a favor do ED queiram retomar um determinado tipo de educação por considerarem melhor pois os “resultados” eram pessoas inteligentes, reflexivas, virtuosas, cabe considerar o contexto histórico de quem podia acessar a educação, e qual(is) tipo(s) existia(m), pois como trazem Saviani (2006) e Pereira (2012) a educação era determinada segundo o(s) grupo(s) dominante(s), de maneira a determinar o que e quem iria receber em sua formação, pois aqueles formados para permanecerem no poder (político e econômico) recebia uma educação geral, voltada para os conhecimentos socialmente construídos ou a sua reflexão de como aconteceriam os fenômenos da natureza, enquanto aqueles a trabalhar receberiam uma formação prática do que fariam, de modo a haver essa dualidade antes mesmo da institucionalização da educação escolar e formal de atualmente, não havendo quaisquer valorização do trabalho manual.

Podemos trazer o questionamento dos autores, Zamboni (2016, 2020) e Callihan, Jones e Wilson (2017), em concordarem com uma educação que seja para poucos e seu intuito com isso, principalmente por considerar como uma vocação determinada por princípios divinos e não uma construção humana ao longo da sua formação, podendo ser transformada através da superação do sistema do capital ao sobrevalorizar o capital em relação às associações, uniões, vínculos humanos para sua emancipação social, tendo em vista que a massificação do ensino não ocorreu por bondade da burguesia em ver na formação dos/as trabalhadores/as a possibilidade da emancipação humana. Mas foi fruto das pressões sociais em conjunto com as necessidades econômicas e produtivas da industrialização a corroborar a ampliação da educação formal. A partir dessa junção há uma expansão do processo de escolarização e obrigatoriedade, mas de forma lamuriosa, devido a continuação da dualidade do ensino.

Assim, além da anacronismo em crer no retrocesso histórico-social da possibilidade de trazer à tona uma educação da Antiguidade ou Medieval, aqueles autores também não parecem se situar na realidade concreta, pois o tipo de educação defendida por eles não caberia atualmente sem que fosse misturada às necessidades produtivas, sociais e econômicas do capital, de modo a podermos notar isso quando Zamboni (2016) destaca o papel da escola deven-

do ser virtuosa para os homens³⁴, desenvolver o espírito humano, essencialmente divino para sua humanização; em seguida comparando a modernidade com a Idade Antiga e Média, alegando que não tinham desordem e confusão como em nossa época, pois era ordenado e “[...] cada homem no seu lugar natural, cada instituição cumprindo um papel cordato e satisfatório” (p. 39). Com isso temos a possibilidade de compreender a visão determinista dos autores ao seguir a mesma linha do ditado popular “filho de peixe, peixinho é”, sem ter uma noção da construção social da *práxis* ao longo da história da humanidade a nos fazer chegar até onde estamos e a possibilidade de superar o estado atual da sociedade para dela se emancipar, ou destruí-la.

É certo o fato da escola ter seus problemas, criticá-la e procurar sanar os erros é um caminho lógico a ser seguido, mas os autores não pontuam essa questão, preferem partir para a alternativa dos pais/responsáveis retirarem seus filhos do ambiente institucional da escola para educá-los em casa, com isso, uma reflexão instigadora de Sousa Jr (2010) traz à tona sobre a participação ativa da comunidade escolar e não-escolar em resolver os problemas em conjunto, coletivamente, de forma criticar a educação para reivindicar melhores condições, mas sem colocá-las como um fim em si mesmo, e sim como um meio para buscar um horizonte longínquo de superação da sociedade do capital, pois

[...] a educação para o trabalho, isto é o treinamento dedicado aos que são lançados no mundo das incertezas e da feroz competitividade, passa a se distanciar cada vez mais da formação de razoável qualificação vinculada ao emprego formal e estável. Esse tipo de educação para o trabalho, atualizado pelas circunstâncias do capital mundializado e financeirizado, na periferia capitalista, se estriba numa concepção de formação, ou melhor, de treinamento - de acordo com as exigências do mercado, ou seja, ainda nos velhos termos definidos pelos economistas filantropos³⁵ - cujas características fundamentais têm de ser a diversificação, o aligeiramento, a superficialidade, a flexibilidade e a continuidade.” (idem, p. 162).

Assim, as características colocadas na citação acima referem-se a dois tipos de educação já referenciadas, exatamente no contexto histórico brasileiro da parte pedagógica sobre as contribuições de Saviani (2019), o neotecnicismo e neoescolanovismo, pois reiteram a ques-

³⁴ Cabe o destaque da autora sobre o uso do termo “homem” como representante/sinônimo de humanidade nos termos de outros autores, mas caso seja referenciado pela própria os termos serão homem/mulher, sociedade, humanidade, pessoas, porquanto não concebe como humanidade sendo constituída apenas pelo sexo masculino como destaque.

³⁵ Segundo Sousa Jr (2010), ao tratar dos economistas filantropos, utiliza como referência Marx e Engels (1992:81) para conceituar os diferentes sentidos de politecnia para a produção capitalista e a proposta de formação politécnica defendida por Marx, em que: “Para o capital interessa uma formação que resulte no aumento da capacidade de adaptação da força de trabalho à nova dinâmica produtiva da grande indústria, pois ‘o verdadeiro significado da educação para os economistas filantropos é a formação de cada operário no maior número possível de atividades industriais, de tal modo que, se é despedido de um trabalho pelo emprego de uma máquina, ou por uma mudança na divisão do trabalho, possa encontrar uma colocação o mais facilmente possível’. Já a proposta marxiana defende uma formação que eleve o proletariado como classe social potencialmente revolucionária, Mais: enquanto o capital pensa os trabalhadores como força de trabalho, como mercadoria meramente, Marx os toma como sujeitos históricos.” (p. 81).

tão de adaptabilidade ao trabalho por meio do constante aprender a aprender e a flexibilização em se adaptar a essas condições para realizar diversificados trabalhos, mas aqui não quero desmerecer o constante autoaprendizado, pois somos seres incompletos e continuamente aprendendo, a crítica que faço refere-se a esse aprender a aprender voltado para a lógica de mercado que obriga trabalhadores/as a manter-se em um ritmo acelerado para não serem descartados/as, não sendo um aprendizado por deleite, curiosidade, necessidade intelectual, mas sim para não ser mais uma pessoa desempregada ou que vá à informalidade ou ao subemprego.

Prosseguindo com o parágrafo anterior, cabe a colocação sobre os avanços tecnológicos e científicos e da regressão-destrutiva do capital que produz uma população supérflua, fragmentada, individualizante, repercutindo no aprofundamento de problemas já existentes mesmo na fase expansiva do capital no keynesianismo/taylorismo-fordismo, como: analfabetismo, desemprego, más condições de trabalho, segundo Sousa Jr (2010)

No caso brasileiro, o que é uma realidade universalizada entre os países da periferia do sistema e, em diferente medida, até mesmo do centro do sistema, grande parcela da população, cerca da metade da força de trabalho, luta pela sobrevivência na órbita da informalidade, da precarização, da desqualificação. A maioria dos trabalhadores pode contar a seu favor com argumentos do tipo dos elaborados pelos organismos internacionais que defendem a universalização da educação, sendo que essa defesa, seguindo a trajetória regressiva do sistema, não se apoia nas bases liberal-democráticas clássicas, mas em noções que se fundamentam no pressuposto da naturalização das condições sócio-históricas regressivas atuais. Desse modo, a educação - vista como treinamento - seria o modo de ajudar a esses trabalhadores, que compõem a chamada população excedente, a viver criativamente com o que lhes resta - inclusive atendendo às preocupações socioambientais e contribuindo para o equilíbrio ecológico - no mundo da reciclagem, isto é, transformando as matérias descartadas, reutilizando, dando vida nova às mercadorias que viraram lixo. (idem, p. 161/162)

Com isso, o ideal de educação imaginado pelos defensores do ED tem por obstáculo as mudanças educacionais decorridas da necessidade de formar mão de obra excedente para a produção e reprodução da ordem capitalista, mesma ordem que os fazem elogiar pela suposta meritocracia, liberdade de expressão, a qual produz também a desumanização dos indivíduos, a destruição do ecossistema, desigualdade estrutural, dualidade do ensino, entre outras contradições, de maneira a impossibilitar o retrocesso temporal que almejam aqueles defensores. Assim como eles idealizam uma sociedade que não existe concretamente ao instigarem a existência de perseguição contra cristãos no Brasil, tendo em vista que desde 2007, 60% a 70% da população é cristã³⁶, atualizando esses dados, temos somente a diferença entre católicos e

³⁶ OLIVEIRA, José Carlos. Rádio Câmara. Especial Religiosidade 1 - O cristianismo domina as crenças no Brasil. Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/radio/programas/284941-especial-religiosidade-1-o-cristianismo-domina-as-crencas-no-brasil-0607/> > Acesso em 19 de maio de 2023.

evangélicos, ambos compondo a maioria com 50% e 31% respectivamente³⁷.

Assim, para finalizar o ponto principal sobre o *homeschooling*, mesmo quando Enguita (1989) traz a realidade do ensino em casa, ele não era realizado na casa dos próprios progenitores/responsáveis, nem mesmo nas tribos primitivas de antes da Antiguidade o era feito, sempre havia-se um terceiro envolvido na tarefa do ensino, ou seja, podemos inferir que o ensino em casa promovido pelos pais não existiu, é um movimento recente. Contudo isso não significa dizer que os pais não eduquem os filhos, tendo em vista que o ato de educar é amplo, não se restringindo a um local, tempo e espaço, de modo a compreendermos o “caráter educativo imanente da *práxis* humana”, em que a formação/educação da humanidade em sua existência se deu permeada pela atividade humana, *práxis* e trabalho, transformando a si, seu meio e o coletivo para construir-se como ser social. Segundo Sousa Jr (2010) ao realizar suas atividades práticas para garantir a sobrevivência e ser formado pelas relações sociais vivenciadas, os homens e mulheres são inacabados e em constante aprendizado. Assim, a educação é um movimento contínuo.

Ainda segundo Sousa Jr (*idem*), a educação burguesa é determinante sobre um conjunto de fatores sociais, não determinando a educação escolar apenas, mas a conformando em um trabalho educativo escolar, familiar e na formação dos sujeitos, como também o conjunto dessas relações também determinam a sociedade burguesa por articularem-se a outras esferas sociais, de modo a interferirem na dinâmica social e por esta, interferidos, buscando adequar os sujeitos à necessidade econômica da burguesia, enquanto os proletariados buscam melhorar suas condições de vida, não cessando a luta de classes, apenas conformando-se com o modo de vida que acabam tendo. Por isso, não caberia uma educação domiciliar propiciada pelos responsáveis/progenitores por ser incoerente com suas pregações, não há como seus filhos/as estarem sendo educados fora do ambiente familiar e dentro não serem formados também por sua família.

Os autores que defendem o *homeschooling* aqui referenciados também trazem a ressalva da violência escolar, ignorando ou, mesmo de modo inocente, excluindo a existência da violência doméstica, trazendo essa modalidade para aqueles que escolhessem e tivessem condições para realizar o ensino domiciliar, o qual pelo ERE demonstrou-se o aumento da violência doméstica³⁸ contra mulheres e crianças, podendo até mesmo esses/as responsáveis advogarem

³⁷ G1. 50% dos brasileiros são católicos, 31%, evangélicos e 10% não têm religião, diz Datafolha. Disponível em: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml> > Acesso em 19 de maio de 2023

³⁸ BALDO, Ana Laura (2020). Eu estou aqui: a violência contra a mulher no período de pandemia. Trabalho de Conclusão de Curso premiado no Expocom Sul, 2021. Curso de Jornalismo. Canal de YouTube: Ana Baldo. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=B4KpsZIdN7M&t=3s> > Acesso em: 1 de julho de 2023

pela escolha dessa modalidade e, nesse cenário, como procederiam as vítimas e os órgãos regulatórios? Será mesmo uma possibilidade a reclusa das crianças e jovens dentro de suas casas aprendendo ou não seria melhor uma escola verdadeiramente democrática em que os/as responsáveis legais/progenitores também estivessem incluídos nas atividades escolares para melhorarem o ambiente pedagógico?

3. As três modalidades de ensino dentro do contexto de cada governo federal e sua relação com o neoliberalismo.

Relacionando essas modalidades de ensino com o neoliberalismo e os três governos referidos devemos notar a principal característica enfatizada nesse trabalho, explicitamente ou implicitamente, sobre a contínua necessidade do capital de autoexpansão e valorização da sua lucratividade, pois no contexto do governo de Lula e Dilma tem-se a aprovação de políticas públicas para os cursos EaD e sua regulamentação, havendo um *boom* de cursos do setor privado, voltados principalmente para a pedagogia. Lopes e Faria (2013) nos trazem os dados de 2010, contabilizando 286.771 (34,2%) de matrículas, seguida pelo curso de administração com 228.503 (27,3%).

Essa tendência de privatização da educação superior no Brasil, apesar das políticas dos últimos anos do Governo Lula de expansão das universidades e institutos tecnológicos, não sofreu alteração, pelo contrário, vem se firmando com a demanda por parte de grupos sociais e políticas fomentadoras de bolsas e financiamento dos 'serviços educativos'. Nesse cenário, a ampliação da oferta de cursos, sobretudo na modalidade a distância é uma realidade (Lopes e Faria, p. 147-147, 2013).

Dessa forma não é possível desfazer-se dessa modalidade, mas também não podemos abstraí-la de críticas sobre como é elaborada e utilizada para baratear a oferta da educação, tendo qualidade duvidosa e individualizar os sujeitos que assim estudam, de maneira a termos como solução sua regulamentação, tratando-se de uma modalidade interpretada dentro da sociedade do capital, a qual não deve ser vista como a solução final dessa problemática.

Tendo desde 2006, a incidência de vagas do setor privado maior que a da pública, pois como os autores (idem) afirmaram, "[...] de um total geral de 818.580 vagas oferecidas para cursos na modalidade a distância, 524.096 foram para educação, portanto 64,02%, sendo 18.912 em instituições públicas e 505.184 pelo setor privado." (idem, p. 150), com o governo Temer e a aprovação da contrarreforma do Ensino Médio (Lei Nº 13.145/2017) faz com que possa ser oferecida a modalidade EaD e a contratação de profissionais sem licenciatura, abrindo para o mercado de privatização e parcerias público-privadas (Corti, 2019).

Atualizando aqueles dados, tomando de 2006 a 2007, a rede privada detém 1.600.000 e a pública 200.000. Assim, apesar da defesa de alguns dos autores desta pesquisa sobre a EaD e a ampliação do acesso e a regulamentação, pretendida, dessa modalidade nos governos Lula e Dilma com o Decreto n. 5.622/2005 e o CNE/CES n. 1/2016 (Santos, 2019) não foram concretizadas porquanto no governo Temer houve a publicação de decretos e portarias para desregulamentar "[...] a modalidade na perspectiva da qualidade, escancarando as portas para a expansão sem controle e sem qualidade." Interferindo também no Ensino Médio ao ter a admissão de 20% e 30% da carga horária total do diurno e noturno, respectivamente, a serem contempladas por atividades a distância. Bolsonaro também vê na EaD um modo de baratear a educação pública, além de "[...] combater aquilo que chama de 'marxismo' na sala de aula. Bolsonaro defendia, já em seu programa de governo, a oferta educacional na modalidade a distância desde o ensino fundamental." (idem, p. 58), levando em conta a defesa do *homeschooling* nesse mesmo sentido.

Com isso, podemos até concordar com o que traz Ana Paula Corti (2019) sobre as reformas curriculares serem o

[...] modelo preferido de Estados neoliberais quando propõem (ou encenam) mudanças educacionais, não apenas pelo baixo custo em relação ao enfrentamento dos problemas estruturais, mas também por serem uma fórmula para reduzir o investimento em educação, favorecerem a privatização e atuarem como peças de marketing político capazes de aplacar a sede da população por melhorias. (p. 52)

Contudo, discordamos quanto ao seu posicionamento de defesa dos governos Lula e Dilma quanto a suas políticas educacionais conciliatórias, pois por mais que acatassem às manifestações e demandas populares, o faziam também para satisfazer os desejos dos setores empresariais de lucrarem, não sendo coincidência o aumento exponencial da modalidade EaD privada em comparação com a pública. Assim como o PL n. 6.840/2013 (reforma do ensino médio de autoria do deputado Reginaldo Lopes (PT/MG) ter influências empresariais com ideias de diversificação, flexibilização laboral e desenvolvimento de competências semelhantes àquelas do governo FHC para "[...] formar um trabalhador polivalente, com competências gerais que possibilitassem uma abertura permanente aos novos contextos produtivos. O mais importante era que os jovens 'aprendessem a aprender'." (p. 49).

Desse modo tem-se a crescente e ampliação da EaD, com o advento da pandemia e as escolas terem de realizar suas atividades de forma remota, as discussões sobre a EaD e os docentes fazerem uso das tecnologias no ambiente de trabalho aumentaram, enquanto isso, no governo Bolsonaro estava em pauta a regulamentação do *homeschooling*, o que demonstra a descentralização da educação formal/escolar na formação dos indivíduos, barateando ainda

mais e cortando seus recursos, além de reforçar a dualidade do ensino, pois apenas as famílias de classe média conseguiriam prover uma educação fora do ambiente escolar, enquanto a classe baixa estaria à mercê do currículo fragmentado da educação básica pública e a classe alta buscaria as melhores escolas aos seus filhos/as com um currículo integral, do mesmo modo tratado por Enguita (1989) e Saviani (2006) sobre o assunto, em que o primeiro trata de alguns exemplos sobre o discurso dos defensores da ideia hegemônica capitalista no período da industrialização, de modo a ser requerido um trabalhador que não fosse só piedoso e resignado,

A partir de agora, devia aceitar trabalhar para outro e fazê-lo nas condições que este lhe impusesse. Se os meios para dobrar os adultos iam ser a fome, o internamento ou a força, a infância (os adultos das gerações seguintes) oferecia a vantagem de poder ser modelada desde o princípio de acordo com as necessidades da nova ordem capitalista e industrial, com as novas relações de produção e os novos processos de trabalho. (Enguita, p. 113, 1989)

Assim, segue com alguns trechos de que a instrução não é mais importante que a formação de hábitos laborais, qualidades servis, enquanto o segundo dá luz para a dualidade do ensino tratando de uma para a classe proletária e outra para os homens livres, sendo esta “[...] centrada nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar [...]” e aquela é para assimilarem o “[...] próprio processo de trabalho.” (Saviani, p. 155, 2006), com o aprofundamento da divisão social do trabalho pelo surgimento da sociedade de classes, a relação entre escola e trabalho também acabam tendo uma dualidade, de maneira a ter uma educação realizada concomitantemente com o processo laboral e outra destinada para a educação do trabalho intelectual.

Faz parte disso o ensino remoto, pois apesar da situação emergencial no momento da pandemia, essa forma de ensino foi tida como única alternativa, como Saviani e Galvão (2021) trazem sobre o discurso de excepcionalidade servir aos interesses de ampliar a oferta de EaD pelas Portarias N. 433 e N. 434 de 2020, as quais pretendiam promover a elaboração de iniciativas para expandir a educação superior pelo meio digital nas universidades federais e apresentar estratégias para ampliar a oferta de cursos de nível superior na modalidade EaD nas federais, fazendo com que a ANPEd (2020) fizesse uma nota manifestando-se contra essas portarias pois não haveria qualidade por ser moldada através de interesses empresariais e incompatível com a tríade ensino, pesquisa e extensão, além das consequências desse modelo devido seu enviesamento neoliberal, o qual resultaria em demissões, redução de carga horária e contratação de tutores e docentes temporários, diminuição dos recursos das universidades federais.

Assim como nesse manifesto da ANPEd, tem-se a referência da exclusão de negros/as, indígenas, afrodescendentes, jovens da periferia e sem condições financeiras para ter acesso à internet e recursos tecnológicos adequados, contudo, discordamos que seja apenas uma mera exclusão desse público, significando sua inserção em uma outra lógica de qualidade, a qual seria voltada para aqueles/as que estão “fora da dinâmica nuclear da sociedade”, de maneira a questionar sobre o acesso e que tipo de educação se adequaria a uma condição tão rebaixada de trabalho e cidadania (Sousa Jr, p. 186, 2010). Por isso, cabe aqui um dos pontos destacados pela ANPEd sobre os fatores que afetam a aprendizagem quando o ensino remoto estava implementado.

5- Pesquisa feita pela Associação Brasileira de EaD (Divulgada na Globo News dia 13/10[2020]), com 5.500 pessoas entre estudantes, professores, pais e gerentes de escola, demonstra que, dentre os fatores que mais afetam a aprendizagem, a falta de contato pessoal é o que mais se destaca, com 82,65% dos entrevistados; 67,07% afirmam ser a dificuldade de estabelecer uma rotina. O acesso a dispositivos eletrônicos: 92% acessam pelo smartphone; 29% por computador e 24% compartilham o dispositivo eletrônico. 72,6% afirmam que a aprendizagem piorou com o ensino remoto. (idem)

Devido ao já exposto, a discussão para implementar o ED/*homeschooling* chega a nós mais enfaticamente com a eleição de Bolsonaro, pois previa-se a aprovação do PL n. 1338/2022 para dispor da oferta de educação domiciliar na educação básica. A defesa desse projeto pelos/as senadores/as parte do pressuposto de que não é um ataque contra a escola e garantiria aos pais e responsáveis o direito de educar seus/uas filhos/as em casa e tendo supervisão do poder público, segundo a deputada Luisa Canziani (PSD-PR), “Elaboramos um texto com muita tecnicidade, para dar esse direito às famílias, mas, sobretudo, para garantir o desenvolvimento pleno das nossas crianças” (Agência Senado, 2022), porém cabe enfatizar que esse direito já existia no seio da família, de forma implícita ou explícita, cabe à família educar suas crianças, mas apenas ela não é suficiente por mais que algum dos responsáveis ou ambos tenham formação superior e certidão criminal da Justiça federal e distrital ou estadual limpa, as especificidades da profissão docente, já citadas por Saviani e Galvão (2021), em “[...] identificar as pendências afetivo-cognitivas que precisam ser suplantadas e que podem promover o desenvolvimento.” (p. 42), não excluem a atuação conjunta da família para o desenvolvimento integral das crianças e dos jovens, como é o ideal nas discussões referentes à educação, pois não somente a escola educa, como a sociedade e a família também o fazem.

Precisamos também discutir sobre o projeto da “Escola Sem Partido”, o qual surge como apoio para a defesa do ED, pois como traz Penna (2018), é um discurso reacionário pautado pelo ódio aos professores/as e fomenta o pânico moral, como foi colocado no tópico sobre

o *homeschooling* e prevê a atuação docente como inimiga da família, sendo claramente colocado na Constituição Federal de 1988 o caráter colaborativo da educação entre docentes, familiares e comunidade escolar.

Consideremos também a questão da “liberdade de escolha”³⁹ das famílias. A princípio inicia-se na escolha da escola de preferência delas e agora vem a possibilidade de elas escolherem se querem ou não colocar seus filhos/as na escola para ensinar em casa; podemos dizer que a consequência é: cria-se outro terreno de mercado para adequar a educação aos interesses de uma determinada parte da sociedade que se fecharia para a totalidade diversa para ser ensinada e aprender apenas o que for de interesse da família, repercutindo também no tipo de educação que viria a ser ministrada, se de fato com rigor científico ou baseado no senso comum de interesses particulares, ao invés de um trabalho essencialmente democrático com base no diálogo aberto e honesto com a população, não sendo utópico se pensado no formato do centralismo democrático, o qual se concretiza por meio de núcleos, secretarias de estado e secretaria nacional para amplas discussões, podendo ser visto como exemplo a Conferência Nacional de Organização⁴⁰ do Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro (CFCAM), pois a organização das resoluções que pautam o coletivo passou pelo processo de centralismo democrático.

Além disso, mesmo que a escola proceda da forma colocada por Enguita (1989) sobre o desenvolvimento de habilidades voltadas para o trabalho mais do que a instrução, não deixando de ser uma contradição da escola nos moldes da sociedade do capital e de uma educação dual entre proprietários e não-proprietários, há de se ter em vista ser uma construção social, podendo ser transformada devido a atuação social humana em sua constituição (Sousa Jr, 2014).

Para Marx, inicialmente, a escola tem um lugar muito bem definido dentro das preocupações proletárias. Ela é uma instituição burguesa, no sentido de que é filha desta sociedade, no sentido de que toma parte da dinâmica da mesma, portanto, como tal, seria incapaz de se transformar, como microestruturas, numa instituição contrária à dinâmica social à qual está vinculada.

[...]

Contudo, a importância da escola para a caminhada emancipatória do proletariado não se diminui. Ela reside no fato de a escola ser o local privilegiado onde as camadas sociais exploradas devem se apropriar de um determinado tipo de saber acumu-

³⁹ “O mercado não é o mecanismo propício para estimular o desenvolvimento de processos educacionais favoráveis a uma educação de qualidade. Da mesma forma, a liberdade dos pais de escolher entre o setor privado e o público ou entre diferentes escolas públicas não é equivalente a que haja mais liberdade para os professores nem para os intercâmbios desses com os alunos, mas um passo para ficar à mercê dos gostos particulares daqueles. Contrariamente ao que pressupõem algumas leis da livre competição ao mercado, é no espaço público onde melhor se garante a criatividade profissional dos professores. Tirar os professores este espaço ou a comunidade educacional como tal para deixá-los ao arbítrio da livre competição não melhora a qualidade dos processos.

⁴⁰ CFCAM. Resoluções. Disponível em: < <https://anamontenegro.org/cfcam/resolucoes/> > Acesso em 03 de julho de 2023.

lado historicamente. A instrução escolar deveria, no entender de Marx, ocupar-se da instrução de conteúdos menos afeitos às interpretações classistas, como matemática, as ciências naturais, gramática etc. (idem, p. 254-255)

Assim como Sousa Jr (idem), reforça na nota de rodapé 85, p. 255, também o fazemos ao tratar da reavaliação sobre as disciplinas tratadas por Marx como objetivas e puras, as quais fazem parte de uma forma social, mas concorda-se sobre a necessidade de distinguir-se os conteúdos apropriados à instrução geral e outros que devam ser “[...] trabalhados em processos educativos autônomos dos trabalhadores.”; mas essa discussão não será tratada ou aprofundada por falta de estudo e pesquisa crítica sobre o assunto.

Correlacionando com os outros capítulos, temos na história neoliberal a influência de organismos internacionais, como colocado pelo BM, OMC e Unesco, além do processo de mundialização do capital e a crise no formato liberal-democrático da escola, repercutindo na fragmentação, individualização, precarização e dualidade na escola e no trabalho, havendo consequências no Brasil a partir da ditadura empresarial-militar com o tecnicismo e pós-ditadura/redemocratização com os *neos*: neoprodutivismo, neoescolanovismo, neotecnicismo etc.; a fazer com que os próximos governos, mesmo os mais democráticos (Lula e Dilma) também se envolvam nessa lógica mercadológica a defender uma suposta “liberdade de escolha” em nome da precarização de direitos públicos e sua privatização, como podemos notar com as modalidades EaD, ERE e *homeschooling*/ED sem ser realizada uma apuração de um olhar crítico sobre as consequências desse processo por parte do legislativo e judiciário, porquanto há interesses em seu entorno que ultrapassam a atividade pública na Câmara, Senado e Executivo para adentrar em um cenário empresarial e em busca pela lucratividade, sendo exacerbada nos demais governos cada vez menos democráticos, como o governo Temer e Bolsonaro.

Para finalizar o capítulo, cabe a citação abaixo:

Todas essas medidas são utilizadas como modo de isentar o Estado da responsabilidade da oferta universal, gratuita e obrigatória da educação na medida em que as mais diferentes entidades e organizações passam a cumprir o que seria função do Estado. Outra consequência dessas iniciativas é a proposital pulverização e fragmentação do sistema, realização da ideia antissistema do neoliberalismo. (Sousa Jr, 2014, p. 98)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para começar as considerações da pesquisa, cabe retomarmos os questionamentos que foram colocados na introdução e tiveram como intuito organizar a visão e o caminho do trabalho desenvolvido, elas são: qual a defesa feita para cada uma dessas formas de ensino e quais referências pautam suas ideias? Qual a motivação para essa ampliação da “liberdade de escolha” - referente ao tipo de escola em estar ou não e dos conteúdos a serem colocados, especificamente o ensino domiciliar - e sua justificativa para fazer um consenso dessas estratégias de ensino? Qual a limitação do neoliberalismo? Há uma individualização das formas de produzir conhecimento, podendo virar uma “batalha de narrativas”? Por fim, a pergunta principal que leva a problemática deste trabalho: como as características neoliberais desembocam nas formas de ensino: EaD, ERE e *homeschooling* dos governos de 2011 a 2022 no Brasil?

Revisitando essas questões, nota-se a maioria ter sido respondida ao longo do trabalho, contudo cabe observar o não esgotamento do tema, pois ainda precisariam analisar os pontos referentes aos organismos internacionais, aos precursores do neoliberalismo, da nova fase de acumulação capitalista, as quais estão presentes nos autores Hayek, Friedman, Mises etc., assim como um maior aprofundamento da atualidade brasileira sobre as estratégias de ensino, sendo o esboço apenas um primeiro delineamento a ser futuramente melhor destrinchado em pesquisas posteriores. Do mesmo modo não houve um detalhamento sobre a “batalha de narrativas”, sendo substituída pela ideia da hegemonia das ideias dominantes para fazer uso da ideologia burguesa através de reformas educacionais e estratégias de ensino como alternativas viáveis para além da educação formal, como se fossem passíveis de substituí-la de seu papel de ensino-aprendizagem para outros modos, os quais acabam por precarizá-la e privatizá-la, em última instância.

Temos como a principal defesa dessas formas de ensino, a precarização da educação formal/escolar para enclausurar os sujeitos ainda mais em seu espaço individual, tornando a realidade uma espécie de eterna competição entre os/as trabalhadores/as, resultado do caráter neoliberal a buscar a expansão do capital e sua acumulação exorbitante acima das necessidades humanas e sociais. De modo que em momento algum também pretendemos romantizar a realidade contraditória e problemática dentro da educação formal/escolar, pois sabemos desse lado oculto, mas a vemos como uma, dentre outras, possibilidades de emancipação da classe proletária e das massas, a qual é constantemente atacada em seus direitos e necessidades de sobreviver, não havendo a alternativa plena de viver para além de seus consumos básicos e reprodução da vida.

Por fim, cabe salientar o(s) motivo(s) da não proposição de uma alternativa para as modalidades de ensino abordadas: primeiro, por conta da complexidade do assunto e, segundo, por não crer que uma pessoa consiga pensar em uma alternativa viável e possível de ser concretizada, pois as condições materiais da população e a forma como está organizado o sistema não auxiliam nessa tarefa de verdadeiramente democratizar o acesso e a permanência da educação com qualidade e emancipadora, do mesmo modo não é válida a sentença de “tem que fazer a revolução para conseguir dar uma situação melhor à classe trabalhadora”, pois acaba se tornando simplista e deixando um problema atual ser resolvido em um horizonte idílico, ou como algo secundário a ser resolvido na revolução, como se de maneira mágica tudo fosse resolvido sem qualquer tipo de conflito (não necessariamente se remetendo a um caráter violento e agressivo). Por isso, cabem-se os debates em torno deste tema para pensarmos coletivamente as formas de solucioná-lo em busca de dar as ferramentas à classe trabalhadora para possibilitar sua emancipação, novamente, de forma coletiva.

REFERÊNCIAS

Agência Senado. Projeto que autoriza educação domiciliar começa a ser discutido no Senado. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/05/26/projeto-que-autoriza-educacao-domiciliar-comeca-a-ser-discutido-no-senado> > Acesso em 03 de julho de 2023.

AURELIANO, Francisca Edilma Braga Soares; QUEIROZ, Damiana Eulinia de. As tecnologias digitais como recursos pedagógicos no ensino remoto: implicações na formação continuada e nas práticas docentes. Educação em Revista|Belo Horizonte|v.39|e39080|2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/PDVy8ythhFbqLrMj6YBfxsm/?lang=pt> Acesso em 19 de jun. 2023.

ANPEd. Manifesto sobre portaria acerca de Expansão da Educação Superior por meio digital em Universidades Federais. Portal ANPEd, 2020. Disponível em: < <https://anped.org.br/news/manifesto-sobre-portaria-acerca-de-expansao-da-educacao-superior-por-meio-digital-em> > Acesso em 01 de jul. 2023.

BEHAR, Patricia Alejandra Behar. Artigo: O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância. UFRGS. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/>. Acesso em: 19 de jun. de 2023.

BRASIL. LDB : Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. – 5. ed. – Brasília, DF : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2021. 60 p.

CORTI, Ana Paula. Ensino médio: entre a deriva e o naufrágio; *In*: Educação contra a Barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar/ organização Fernando Cássio; prólogo de Fernando Haddad. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2019. (Tinta Vermelha) p. 47-52. ISBN: 978-85-7559-705-7.

DOUGLAS, Wilson. Educação clássica e educação domiciliar./ Douglas Wilson, Wes Callihan, Douglas Jones, tradução Felipe Sabino de Araújo Neto - Brasília, DF: Editora Monergismo, 2017. 62 p.; 20 cm. ISBN 978-85-69980-25-4.

FREITAS, Luiz Carlos de. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias./ Luiz Carlos de Freitas. -- 1. ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2018. 160 p. ISBN 978-85-7743-344-5.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem (1876). IN: História, natureza, trabalho e educação/ Karl Marx, Friedrich Engels; Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Roseli Salette Cardart (orgs.). - 1. ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2020. p. 421-435. ISBN 978-85-7743-381-0.

FERNÁNDEZ ENGUITA, Mariano. A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo. Mariano Fernández Enguita: trad. Tomaz Tadeu da Silva - Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. p. 105-131.

GALLEGO, Esther Solano (org.). O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil./ Luis Felipe Miguel...[et al.]; organização Esther Solano Gallego; [ilustração Laerte, Luiz Gê, Gilberto Maringoni]. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2018. il. (Tinta Vermelha). ISBN 978-

85-7559-654-8.

GIOLO, Jaime. A Educação a Distância e a Formação de Professores. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1211-1234, set./dez. 2008. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/es/a/yQbgDvpr5BmJPwJRqfdvDQb/?lang=pt&format=pdf> > Acesso em 07 de maio 2023.

GRAMSCI, Antonio, 1891-1937. *Cadernos do cárcere, volume 2/* Antonio Gramsci; edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira – 2º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p .32-53.

HILL, Dave. O Neoliberalismo Global, a Resistência e a Deformação da Educação. *Currículo sem Fronteiras*, v. 3, n. 2, pp. 24-59, Jul/Dez 2003. ISSN 1645-1384 (online) www.curriculosemfronteiras.org.

HOBBSAWM, Eric. A era dos extremos: O breve século XX: 1914-1991./ Eric Hobsbawm; tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. - São Paulo: Companhia das Letras, 1995. ISBN 978-85-7164-468-7.

MOREIRA, Jani Alves; MARTINELI, Telma Adriana; SILVA, Renata; VASCONCELOS, Carolina. Banco Mundial e as Recomendações Atuais para as Políticas Educacionais no Brasil. *FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação*, v. 10, n. 14, 2020. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/fineduca> > Acesso em: 14 de set de 2022. ISSN: 2236-5907.

LÊNIN, Vladimir Ilitch, 1870-1924. A emancipação das mulheres e a revolução proletária./ Vladimir Ilitch Lênin; tradução Mariângela de Sousa Marques. - São Paulo: Lavrapalavra, 2021. 160 p. ISBN 978-65-87311-08-1.

LESSA, S. O processo de produção/reprodução social – trabalho e sociabilidade. *Capacitação em Serviço Social e Política Social*, Módulo 2, pp. 20-33, CEAD-UNB, 1999.

LOPES, Luís Fernando; FARIA, Adriano Antônio. O que e o quem da EaD: história e fundamentos / Luís Fernando Lopes, Adriano Antônio Faria. Curitiba: InterSaber, 2013. (Série Fundamentos da Educação). ISBN 978-85-8212-771-1.

MIRANDA, José Carlos. John Maynard Keynes. *In: Os clássicos da economia*. São Paulo - SP: Editora Ática, 2004. ISBN 85-08-06331-8. p. 97-106.

NETTO, José Paulo 1947 - introdução ao estudo do método de Marx. / José Paulo Netto. - 1.ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p. ISBN 978-85-7743-182-3.

PENNA, Fernando. O discurso reacionário em defesa de uma “escola sem partido”; *In: O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil/* organização: Esther Solano Gallego; [ilustração Laerte, Luiz Gê, Gilberto Maringoni]. - 1. ed. - São Paulo: BoiTempo, 2018. (Tinta Vermelha) p. 109-114.

PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues. Trabalho e educação: uma perspectiva histórica./ Maria de Fátima Rodrigues Pereira. - Curitiba: InterSaber, 2012. - (Série Fundamentos da Educação). ISBN 978-85-8212-788-9.

RODRIGUES, Alberto T. Três visões sobre o processo educacional no século XX. *Sociologia da Educação*. 6. ed., Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2004. p. 88-95. (Cap.V).

SACRISTÁN, J. G. Educação pública: um modelo ameaçado. In. SILVA, T. T. da; GENTILLO, P. (Org.) *Escola s/a: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília, DF: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 1996.

SANTOS, Catarina de Almeida. Educação a Distância: tensões entre expansão e qualidade; *In: Educação contra a Barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar/ organização* Fernando Cássio; prólogo de Fernando Haddad. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2019. (Tinta Vermelha) p. 53-58. ISBN: 978-85-7559-705-7.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Trabalho encomendado pelo GT – Trabalho e educação. 29a. Reunião anual da ANPED, Caxambu 2006.

_____. *Escola e democracia/ Dermeval Saviani*. - Campinas, SP: Autores Associados, 2008. - (Coleção educação contemporânea). ISBN 978-85-7496-219-1.

_____. (2007). *História das Ideias Pedagógicas no Brasil/ Dermeval Saviani*, - 5. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2019. – (Coleção memória da educação). ISBN 978-85-7496-427-0.

SAVIANI, Dermeval; GALVÃO, Ana Carolina. *Educação na pandemia: a falácia do ensino remoto*. *Universidade e Sociedade*, ano XXXI n. 67, jan. 2021. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/julianaschivani/disciplinas/midias-educacionais/educacao-na-pandemia-a-falacia-do-201censino201d-remoto/view> Acesso em 19 de jun. de 2023.

SOARES, Roberto Fernandes; SOUSA JUNIOR, Justino de. #VAIDARCERTO: TRABALHO DOCENTE E EDUCAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO FORTALEZA EM TEMPOS DE PANDEMIA. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/69983>. Acesso em 19 de jun. de 2023.

SOARES, Roberto; FONSECA, Jenifer; MERICHELLI, Marco. Discurso político, ações e estratégias docentes durante a pandemia em uma escola municipal de Fortaleza. *Diversitas Journal*, Santana do Ipanema, v. 7, n. 3, p. 2046 – 2067, 2022. Disponível em: https://diversitas-journal.com.br/diversitas_journal/article/view/2232. Acesso em: 19 de jun. de 2023.

SOUSA JUNIOR, Justino de. *Marx e a crítica da educação: da expansão liberal à crise regressivo-destrutiva do capital./ Justino de Sousa Junior*. - Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2010. ISBN: 978-85-7698-071-1.

_____. *A crise da escola/ Justino de Sousa Junior*. - Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014. ISBN: 978-85-7485-209-6.

_____. *Educação, Cultura e Luta de Classes: Crônicas Brasileiras./ Justino de Sousa Junior* - Fortaleza: Nova Civilização, 2018. 246 p. ISBN: 978-85-93267-07-9.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia./ Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling* - 2ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2018. ISBN:

978-85-359-2566-1.

ZAMBONI, Fausto. *Contra a escola: Ensaio sobre literatura, ensino e Educação Liberal*. Fausto Zamboni - Campinas, SP: VIDE Editorial, 2016. ISBN: 978-85-67394-89-3.

_____. *A opção pelo homeschooling: Guia fácil para entender por que a educação domiciliar se tornou uma necessidade urgente em nossa época*. Fausto Zamboni. 1ª edição - julho de 2020 - CEDET.